

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, CULTURA E
REGIONALIDADE**

CRISTIANE DA SILVA BARCELOS

**VOZES DO *RECRIAR TEXTOS*: A PRODUÇÃO LITERÁRIA DOS INTERNOS DO
CASE, DE CAXIAS DO SUL, COMO REPRESENTAÇÃO DO CONTEXTO
SOCIOEDUCATIVO EM REGIME DE RECLUSÃO**

**CAXIAS DO SUL
2018**

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, CULTURA E
REGIONALIDADE**

CRISTIANE DA SILVA BARCELOS

**VOZES DO *RECRIAR TEXTOS*: A PRODUÇÃO LITERÁRIA DOS INTERNOS DO
CASE, DE CAXIAS DO SUL, COMO REPRESENTAÇÃO DO CONTEXTO
SOCIOEDUCATIVO EM REGIME DE RECLUSÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre em Letras,
Cultura e Regionalidade na Universidade de
Caxias do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Alessandra Paula Rech.
Coorientador: Prof. Dr. Rafael José dos Santos.

**CAXIAS DO SUL
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

B242v

Barcelos, Cristiane da Silva

Vozes do Recriar Textos : a produção literária dos internos do CASE, de Caxias do Sul, como representação do contexto socioeducativo em regime de reclusão / Cristiane da Silva Barcelos. – 2018.

175 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura, 2018.

Orientação: Alessandra Paula Rech.

Coorientação: Rafael José dos Santos.

1. Análise de discurso. 2. Memória. 3. Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) - Caxias do Sul. 4. Recriar Textos. I. Rech, Alessandra Paula, orient. II. Santos, Rafael José dos, coorient. III. Título.

CDU 2. ed.: 81'42

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)

Ana Guimarães Pereira - CRB 10/1460

**Vozes do *Recriar Textos*: a produção literária dos internos do
CASE, de Caxias do Sul, como representação do contexto
socioeducativo em regime de reclusão**

Cristiane da Silva Barcelos

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade. Área de Concentração: Estudos de Identidade, Cultura e Regionalidade. Linha de Pesquisa: Processos Culturais e Regionalidade.

Caxias do Sul, 24 de agosto de 2018.

Banca Examinadora:

Dra. Alessandra Paula Rech
Orientadora
Universidade de Caxias do Sul

Dr. João Claudio Arendt
Universidade de Caxias do Sul

Dr. Márcio Miranda Alves
Universidade de Caxias do Sul

Dr. Telmo Marcon
Universidade de Passo Fundo

Aos meninos e meninas que, por falta de acesso à educação ou de oportunidades, tendem à invisibilidade.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Eron e Marli, que se não tiveram condições financeiras para prover meus estudos, me deram um bem ainda mais valioso: a coragem. Afinal, é necessário ser muito corajoso para seguir acreditando que o conhecimento é, sim, a arma mais potente que possuímos.

Aos meus irmãos Patrícia e Eron, pelo apoio e amor em cada etapa da minha jornada, e por, assim como meus pais, compreenderem minhas ausências e reconhecerem o quão trabalhoso, porém gratificante, é o caminho do mestrado. Ao lado deles, agradeço ao primo Arthur, por me inspirar a sempre procurar aprender e ensinar.

À minha orientadora, Alessandra Paula Rech, pela sabedoria, paciência e carinho com que me conduziu durante todo o percurso, mostrando-se uma grande parceira de estudos, e ao meu coorientador, Rafael José dos Santos, pelas sábias contribuições.

Às amigas Caroline Rosa, Fernanda Fedrizzi, Juliana Rech e Juliana Rossa, por serem meu ponto de força e de equilíbrio, entendendo a minha distância, me incentivando e apoiando minhas decisões.

Às colegas de curso que se transformaram em fantásticas amigas, Débora Bregolin, Emanuele Freitas e Sílvia Zanella, por compartilharmos os medos, as angústias e as conquistas.

A Gustavo Toigo, Laura Benelli e Fernanda Paglioli pela cordialidade e pelo apoio para que eu pudesse frequentar as aulas.

A todo o quadro de professores do Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul, bem como à própria instituição, pela troca de conhecimentos proporcionada. À secretária do Programa, Daniela Pioner, pelo auxílio e presteza.

Agradeço, ainda, à CAPES, pelo suporte financeiro à minha pesquisa.

*Ninguém pode estar no mundo,
com o mundo e com os outros
de forma neutra. Não posso
estar no mundo, de luvas nas
mãos, constatando apenas.*

Paulo Freire

RESUMO

A presente dissertação investiga textos escritos por internos do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), de Caxias do Sul, e que integram o livro *Recriar Textos*, buscando perceber as representações do sistema socioeducativo em regime de reclusão que perpassam a produção escrita. Para isso, utiliza a metodologia de Análise de Discurso, que permite inferir diante da complexidade presente nas entrelinhas dos textos. O estudo é uma forma de dar aproveitamento de interesse social à produção dos jovens. A partir dos temas recorrentes abordados pelos internos, analisa-se o contexto da vulnerabilidade social que facilita a entrada desses rapazes no crime, bem como questões relacionadas à reclusão, como as ações educativas nem sempre eficazes e a presença ostensiva das religiões. Noções sobre escrita da memória, polifonia, eufemismo e assujeitamento resultam da etapa posterior à análise. O trabalho cruza o exame de fragmentos selecionados dos escritos com a revisão bibliográfica interdisciplinar que contempla, entre outros, autores como Foucault, Goffman, Barthes, Bakhtin, Bachelard e Sarlo.

Palavras-chave: Memória. Assujeitamento. Vulnerabilidade Social. *Recriar Textos*. CASE.

ABSTRACT

This dissertation investigates texts written by inmates of the Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) from Caxias do Sul, which are part of the book *Recriar Textos*, aiming to perceive the socio-educational system representations in a regime of imprisonment that overarching written production. For this purpose, it is used the Discourse Analysis methodology, which permits to infer about the complexity observed in the subtexts of the writing. The study of these materials is a way of raising social interest to the production of these teenagers. Based on the recurrent themes addressed by inmates, we analyze the context of social vulnerability that facilitates the entry of these young people into crime, as well as issues related to reclusion, such as educational actions that are not always effective and the ostensible presence of religions observed in the texts. Notions about memory writing, polyphony, euphemism and subjection process resulted in the post-analysis phase. The paper crosses the examination of selected fragments of the writings with the interdisciplinary bibliographic review that includes, among others, authors such as Foucault, Goffman, Barthes, Bakhtin, Bachelard and Sarlo.

Keywords: Memory. Subjection process. Social vulnerability. *Recriar Textos*. CASE.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Atos infracionais.....	30
Tabela 2 - Casos envolvendo assassinato ou tentativa de assassinato.....	30
Tabela 3 – Faixa etária.....	31
Tabela 4 – Maioridade.....	31
Tabela 5 – Escolaridade por máximo cursado.....	31
Tabela 6 – Escolaridade.....	32
Tabela 7 – Cidade de origem.....	32
Tabela 8 – Bairros e loteamentos de origem de internos moradores de Caxias.....	33
Tabela 9 – Pobreza e extrema pobreza nos principais bairros do CRAS Centro x bairros de origem de internos.....	36
Tabela 10 – Reincidência.....	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – MC Bigô x Leonardo.....	107
Quadro 2 – Detentos do Rap x Gustavo.....	110
Quadro 3 – MC Felipe Boladão x Alexandre.....	111
Quadro 4 – Alternativas ao uso do termo “preso” e suas variações.....	117

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 METODOLOGIA	20
3 JUSTIÇA E MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	29
3.1 PERFIL: UM RETRATO DOS INTERNOS DO CASE.....	29
3.1.1 Análise do perfil à luz de dados socioeconômicos	34
3.2 REINCIDÊNCIA: PENSANDO ESTRATÉGIAS DE COMBATE À VOLTA AO CRIME	38
4 VULNERABILIDADE SOCIAL	43
4.1 PERIFERIA E EXCLUSÃO	43
4.1.1 A exclusão como reflexo de vivências e privações	47
4.1.2 Quando a pobreza ultrapassa a condição financeira	51
4.2 ADOLESCENTE NA SOCIEDADE DE CONSUMO.....	54
5 RECLUSÃO E ASSUJEITAMENTO	64
5.1 “MINHA ROTINA AQUI É SEMPRE A MESMA”: POR DENTRO DO CASE ...	64
5.2 “HOJE, ESTOU AQUI... TRANCADO”: O CASE COMO UMA INSTITUIÇÃO TOTAL	68
5.3 “ESTOU NUM LUGAR QUE CHAMAMOS DE ISOLAMENTO”: O PAPEL DA DISCIPLINA	75
5.4 “GRAÇAS À MÃO DIVINA DE DEUS”: O USO DA FÉ NA INSTITUIÇÃO TOTAL	83
6 FABULAÇÃO E MEMÓRIA	96
6.1 ENTRE O AUTOBIOGRÁFICO E O FICCIONAL.....	96
6.2 A ESCRITA DA MEMÓRIA	100
6.2.1 Autorias compartilhadas	106
6.3 “PRIVADO DA LIBERDADE”: EUFEMISMO E FABULAÇÃO.....	114
6.3.1 A cultura do eufemismo	122
6.4 LINGUAGEM E PODER	125
6.4.1 Sistema socioeducativo em xeque	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	139
ANEXO A – TEXTO DO INTERNO RAFAEL	147
ANEXO B – TEXTO DO INTERNO ARTHUR	149
ANEXO C – TEXTO DO INTERNO FRANCISCO	150
ANEXO D – TEXTO DO INTERNO ANTÔNIO	151

ANEXO E – TEXTO DO INTERNO CÁSSIO	152
ANEXO F – TEXTO DO INTERNO JORGE	153
ANEXO G – TEXTO DO INTERNO DANIEL	154
ANEXO H – TEXTO DO INTERNO BRUNO	155
ANEXO I – TEXTO DO INTERNO FÁBIO	156
ANEXO J – TEXTO DO INTERNO GUILHERME	157
ANEXO K – TEXTO DO INTERNO FELIPE	158
ANEXO L – TEXTO DO INTERNO KEVIN	159
ANEXO M – TEXTO DO INTERNO PEDRO	160
ANEXO N – TEXTO DO INTERNO EVANDRO	161
ANEXO O – TEXTO DO INTERNO MARCELO	162
ANEXO P – TEXTO DO INTERNO LUCAS	163
ANEXO Q – TEXTO DO INTERNO LEONARDO	164
ANEXO R – TEXTO DO INTERNO GUSTAVO	165
ANEXO S – TEXTO DO INTERNO ALEXANDRE	166
ANEXO T – TEXTO DO INTERNO PABLO	167
ANEXO U – TEXTO DO INTERNO WILLIAN	168
ANEXO V – TEXTO DO INTERNO LUÍS	169
ANEXO W – TEXTO DO INTERNO VÍTOR	170
ANEXO X – TEXTO DO INTERNO GILBERTO	171
ANEXO Y – TEXTO DO INTERNO BENTO	172
ANEXO Z – PERFIL DE INTERNOS DO CASE - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	173

1 INTRODUÇÃO

O interesse em estudar os ambientes de reclusão me acompanha há anos, alimentado pela minha formação em Jornalismo e pela curiosidade a respeito do que emerge desses espaços, os quais naturalmente nos remetem aos sentimentos de tristeza, abandono e impotência. Ao realizar reportagens, tive a oportunidade de ingressar nas galerias femininas da Penitenciária Industrial de Caxias do Sul (PICS) e escutar o que diziam aquelas mulheres: seus anseios, seus medos, seus desabafos, contato que serviu como uma tentativa de cruzar o muro que separava a minha liberdade da falta de liberdade delas. Faço este breve relato para situar o motivo que me instigou a pesquisar textos escritos por internos do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE).

As redações em análise estão publicadas no livro que é resultado da IX Mostra Literária da Rede RECRUA - *Recriar Textos – Ler e Escrever: da realidade à fantasia* (2016). A obra, dividida nas categorias prosa e verso, reúne trabalhos premiados pela comissão organizadora do evento e inclui, além da produção de internos do CASE, outras criações de meninos e meninas também em situação de vulnerabilidade social, como crianças carentes que frequentam entidades assistenciais no turno inverso ao da escola ou aquelas que vivem em casas de acolhimento por terem sido temporária ou definitivamente afastadas do convívio com os pais. Em virtude do meu interesse, salientado anteriormente, decidimos realizar o recorte apenas em relação às redações construídas no CASE.

O CASE, situado no bairro Reolon, em Caxias do Sul, atende exclusivamente ao público masculino e abriga rapazes com idade entre 13 e 21 anos para cumprimento de medidas socioeducativas. São jovens reclusos por terem cometido os mais diversos delitos, incluindo homicídio e tráfico de drogas. Além de Caxias, a instituição é direcionada a receber garotos dos outros 16 municípios sob jurisdição do Juizado Regional da Infância e da Juventude de Caxias do Sul (Antônio Prado, Bento Gonçalves, Bom Jesus, Canela, Carlos Barbosa, Farroupilha, Feliz, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, Nova Prata, São Francisco de Paula, São Marcos, Vacaria e Veranópolis), embora chegue a abrigar garotos de outros municípios gaúchos, possivelmente em função de as unidades constantemente enfrentarem a superlotação. Esse, aliás, é um problema também em Caxias: a capacidade de público informada pelo site da Fundação de Assistência Social (FASE),

à qual o CASE é vinculado, é de 40 adolescentes, número que é excedido a exemplo do que ocorre com os abarrotados presídios brasileiros – em média, a lotação do CASE é de cerca de 70 garotos, índice que oscila em função de liberações e de novos ingressos.

Os textos são produzidos em oficinas promovidas pela Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente de Caxias do Sul (RECRIA), ligada à Fundação de Assistência Social (FAS), órgão gestor da política pública de assistência social de Caxias do Sul. Essas atividades ocorrem no seio das próprias instituições e são ministradas por profissionais que já atuam nesses locais. Ao final, os trabalhos são avaliados pela equipe da RECRIA, que seleciona os melhores e os publica em livro. No CASE, as oficinas são realizadas durante as aulas na Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire, que funciona em salas dentro do próprio Centro de Atendimento e atende aos adolescentes nos ensinos fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A dissertação se direciona à edição de 2016, a última que havia sido lançada quando iniciamos os estudos. Composto por 352 páginas, o livro tem 411 textos no total, sendo 388 escritos por jovens dos sexos masculino e feminino atendidos pela Rede RECRIA e 23 de autoria de socioeducadores e professores, todos ligados às instituições participantes do projeto. Dentre os 388 textos de crianças e adolescentes, 54 são assinados por internos do CASE, conjunto que estudamos para chegar ao nosso *corpus*. Além disso, 133 meninos e meninas tiveram ilustrações publicadas, mas como nenhum deles estava no CASE, esses desenhos não foram analisados em nossa pesquisa.

O *corpus* é composto por 25 textos, escolhidos por apresentarem os relatos mais ricos. Inicialmente havíamos excluído aqueles em que encontramos quaisquer indícios de que pudessem ter sido parcial ou totalmente copiados de outras fontes, por entendermos que somente um conteúdo completamente original pudesse nos passar alguma informação passível de análise. No entanto, o progresso dos estudos nos fez questionar o que entendíamos como inédito e perceber a necessidade de abrir espaço para outros relatos, que nos levariam a contemplar as diversas nuances que foram sendo abertas pela pesquisa. Descobrimos, assim, que a reprodução de trechos – em geral de músicas de rap ou funk – que anteriormente nos levou a ignorar alguns textos, também merecia ser considerada, porque aquele “copia e cola”, sendo uma

opção do jovem autor, poderia carregar informações sobre seu campo de interesse e suas experiências.

Importante salientar que, quando transcrevemos trechos do *corpus* no decorrer dos capítulos, optamos por não sinalizar cada ponto em que encontramos algum erro de pontuação ou de gramática, o que dificultaria a leitura da dissertação. Contudo, verificamos que a correção em geral é boa, elemento sobre o qual comentaremos no trabalho.

Para evitar a identificação dos internos, em respeito ao que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), designamos nomes fictícios aos autores e substituímos também a identidade de pessoas mencionadas por eles, incluindo socioeducadores. Embora alguns rapazes já tivessem 18 anos completos ou mais quando a obra foi publicada, optamos por seguir a mesma regra em todos os casos, preservando os nomes verdadeiros.

Uma primeira aproximação com o *corpus* indicava que os textos seriam ferramentas para pensarmos o lugar periférico na narrativa dos internos. Posteriormente, passamos a focar as manifestações nas redações, com a finalidade de entender como esses jovens autores “se diziam”. Contudo, o percurso de pesquisa, tanto de teoria como de análise mais acurada do *corpus*, levou a observar outros aspectos, como a participação de vozes sobrepostas na produção do *Recriar Textos*. Logo, tais fatores indicaram um caminho que contempla o papel da edição e a influência dos professores no processo de escrita, elementos que, se considerada a linha de pesquisa inicial, comprometeriam o estudo.

Todas essas descobertas não diminuíram a relevância do *corpus*. Pelo contrário: nos mostraram o quão complexo era o conjunto que tínhamos em mãos, o que instigou ainda mais a pesquisa. Trata-se de um material que armazena “vozes” de alguma forma oriundas de um sistema de reclusão, as quais não costumam ter visibilidade além das páginas do livro. Também não encontramos estudos que digam respeito ao *Recriar Textos*, e entendemos como fundamental a construção de reflexões acerca de projeto tão rico, responsável por transformar o que poderia estar silenciado em uma obra cujos falares são múltiplos. Assim, trata-se de um trabalho pioneiro no âmbito regional.

Diante disso, o objetivo geral é verificar a representação do contexto socioeducativo em regime de reclusão no material escrito por internos do CASE, de Caxias do Sul, e publicado no *Recriar Textos*.

Nessa linha, são objetivos específicos: dar aproveitamento de interesse social a essa produção literária, tirando os textos da obscuridade e ouvindo mais minuciosamente as vozes que emergem do *Recriar Textos*; identificar os principais temas abordados nos textos dos internos; entender de que forma se dão as representações de vulnerabilidade social no contexto de reclusão; analisar indícios de assujeitamento evidenciados pelos autores, a partir das leituras preliminares. Entendemos que os ditos e os não ditos, as fantasias, os eufemismos e as demais manifestações discursivas verificadas no *corpus* podem ajudar a melhor compreender o sistema socioeducativo desenvolvido no CASE, seus acertos e suas possíveis lacunas.

Acreditamos que, ao trabalhar com foco nos objetivos mencionados, conseguiremos nos apropriar melhor do *corpus*, estabelecendo conexões a partir do estudo teórico aliado à análise acurada. Assim, teremos condições de responder à seguinte questão: de que forma o *Recriar Textos* pode fornecer informações sobre o processo socioeducativo desenvolvido na unidade local do CASE?

Acolher as vozes do *Recriar Textos* é também a possibilidade de fazer ecoar outras leituras sobre o processo socioeducativo, valendo-se da ferramenta de Análise de Discurso e de conceitos apresentados por pensadores emblemáticos, como Foucault, Goffman, Barthes, Bakhtin e Bachelard. Assim, percebe-se que muito mais do que a simples acolhida das “notícias” que vêm do CASE por meio de sua produção escrita (o livro cujos fragmentos estão em análise), a autora desta dissertação pode, agora no lugar de pesquisadora, contribuir para uma “reescrita” sobre o atendimento socioeducativo.

A pesquisa está estruturada em cinco capítulos. No primeiro deles, discorreremos sobre a Análise de Discurso, metodologia que orienta nosso olhar para o *corpus*. Também estudamos as noções de polifonia, porque percebemos a possibilidade de várias “vozes” estarem por trás do que os internos colocaram no papel, como as opiniões incrustadas neles por educadores sociais, psicólogos e mensagens religiosas ou transmitidas por canções que costumam ouvir, bem com o processo de edição pelo qual os trabalhos passaram antes da publicação. Esse capítulo fornece as bases iniciais para que possamos pensar criticamente os escritos, buscando auxiliar na construção de um diálogo entre as teorias e o que os jovens do CASE nos dizem.

Na sequência apresentamos o capítulo 3. Como subsídio para entendermos melhor o objeto que estamos estudando, inicialmente mostramos um perfil dos

internos do CASE, incluindo faixa etária, atos infracionais cometidos, cidade e bairro de origem, escolaridade e reincidência, obtidos via Lei de Acesso à Informação. São pontos que, embora não nos coloquem diante da individualidade dos rapazes, o que não é permitido pelo ECA, dão o suporte necessário para amparar a pesquisa. Depois, cruzamos o perfil com informações socioeconômicas do município que encontramos no Diagnóstico Socioterritorial, um documento produzido pela prefeitura de Caxias do Sul por meio da Fundação de Assistência Social (FAS). O capítulo finaliza com estudo sobre a reincidência de menores infratores e aborda a Justiça Restaurativa como uma opção para reduzir os casos de retorno à criminalidade.

O capítulo número 4 é voltado à vulnerabilidade social, quando buscamos ir além da compreensão de que os nossos jovens escritores estão reclusos para entender que tipo de periferia é aquela em que estão situados, isolada de forma muito mais forte do que um limite geográfico possa impor. Como passo inicial, contextualizamos o cenário em que se situa o CASE, em um bairro pobre, com ruas de chão batido e cercado por casas precárias e muito lixo. Em seguida, abordamos a exclusão social como um desaguadouro das privações vividas pelo sujeito. O capítulo finaliza com enfoque na sociedade de consumo, procurando entender a cultura da posse, naturalizada em nossa sociedade e que acaba por estimular o desejo pelos bens materiais. Tentamos mostrar que esse anseio por consumir leva, muitas vezes, ao crime.

Ingressamos então no capítulo 5, quando passamos a nos debruçar mais intensamente na análise do *corpus*, entrelaçando as teorias com o conteúdo dos textos. Iniciamos com o relato de duas visitas realizadas ao CASE com a intenção de conhecer o espaço da Escola Paulo Freire e entender o contexto em que as redações foram produzidas, bem como evidenciar características do funcionamento da instituição. Como etapa seguinte, mostramos o conceito de instituição total cunhado por Goffman e explicamos o motivo que nos leva a incluir o CASE nessa categoria. O tópico posterior fala de como a disciplina pode ser imposta e aborda os assujeitamentos a que o jovem acaba submetido, bem como os apontamentos de Goffman a respeito da "fantasia da libertação" (quando o interno escreve a respeito do que sonha viver quando deixar a reclusão). A última parte do capítulo é reservada a analisar as representações e o papel da religião dentro do cárcere como possível fator de assujeitamento, com o agravante de que o Estado é laico.

A pesquisa culmina no capítulo seis, que começa tratando do papel da memória e da escrita da memória nos textos dos internos. Após, nos debruçamos sobre os eufemismos que fomos identificando ao longo da pesquisa, observando momentos em que palavras que indicariam a situação com mais clareza são omitidas e procurando entender o que essa suavização da realidade esconde. Também contemplamos a possibilidade de esses escritos representarem uma forma de empoderamento desses jovens, por permitir que eles, de alguma forma, se expressem.

Todos os textos dos internos do CASE cujos fragmentos analisamos são anexados ao final do trabalho, para que se possa conhecer o inteiro teor do que estamos discutindo. Por meio dos passos explicitados, esta dissertação fará uma costura entre a teoria e o *corpus*, buscando embasamento tanto em obras de estudiosos consagrados como em pesquisas contemporâneas, dados empíricos e reportagens de jornal. Acreditamos que, assim, poderemos mostrar as diferentes nuances do contexto socioeducativo que são evidenciadas (de forma direta ou não) pelos internos do CASE.

2 METODOLOGIA

Os textos escolhidos para integrarem o *corpus* desta pesquisa foram editados em livro em 2016, como resultado da IX Mostra Literária da Rede Recria. A décima edição foi lançada em novembro de 2017, mas optamos por nos restringir apenas à edição de 2016, cujo conteúdo começou a ser analisado por nós logo após a publicação, em outubro daquele ano.

As temáticas encontradas, como tráfico de drogas, violência, pobreza e solidão, chamaram nossa atenção desde o princípio, mesmo que em um primeiro momento não estivéssemos realizando uma leitura crítica do material. Naquela etapa ainda dispúnhamos de pouco conhecimento sobre o *corpus* e ainda nos faltava embasamento teórico, carências que fomos suprindo ao longo da pesquisa.

Oito edições do *Recriar Textos* antecederam o volume que escolhemos. Buscamos acesso a todas as publicações e pudemos verificar o amadurecimento do projeto. A primeira delas, lançada em 2008, tem aparência um pouco mais artesanal e contou com a participação de 17 entidades assistenciais, somando 53 textos, ou seja, praticamente a mesma quantidade assinada apenas por internos do CASE no volume de 2016 (54 redações). O trabalho seguiu sendo realizado anualmente. A partir da edição número 5, publicada em 2012, as obras passaram a incluir, além dos textos, alguns desenhos feitos pelos jovens, imagens que até então haviam ficado restritas à capa da primeira publicação.

Da edição de 2016 participaram, além do CASE, as instituições Abrigo Jesus Senhor, Abrigo Estrela Guia, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Leste (bairros Século XX e Diamantino e distrito de Vila Seca), Centro de Atendimento de Semiliberdade (CASEMI), Centro de Cuidados Nossa Senhora da Paz, Centro Técnico Social Murialdo, Instituto de Audiovisão (INAV), Programa Florescer, Programa Integração AABB Comunidade, Projeto Pescar – Consolação, Associação Criança Feliz, Associação Educacional Helen Keller, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Joana d’Arc, Casa Brasil, Centro de Assistência Voluntários sem Fronteiras, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Coração de Maria, Cruzeiro do Sol, José Luiz de Medeiros Ramos, Laços da Amizade e Santo Antônio, Entidade Assistência à Criança e Adolescente (ENCA) Belo Horizonte e Reolon, Espaço do Adolescente SOS Vida e Murialdo Santa Fé. Ou seja, a proposta é voltada a diversos públicos e variadas situações de vulnerabilidade, como meninos e meninas recolhidos

em casas de acolhimento por estarem afastados do convívio familiar, diversos serviços que oferecem atividades no turno inverso ao da escola, estudantes com problemas de visão e outros. Apesar disso, mantivemos o foco em estudar os textos oriundos do CASE.

Na apresentação da edição do *Recriar Textos* que selecionamos, a então coordenadora da Rede Recria, Inez Camargo Soso, explica a sistemática adotada desde o início do processo até a culminância, ou seja, o lançamento da obra. Inez salienta que o trabalho se iniciou em março daquele ano, com a realização de palestra e curso de formação para educadores ligados às instituições participantes, por meio de oficinas de leitura e criação textual, conteúdo posteriormente trabalhado com as crianças e adolescentes. Foram esses educadores os responsáveis por despertar o interesse dos jovens em participar do processo (RECRIAR, 2016, p. 3).

Inicialmente, lemos os 54 textos do CASE e consideramos a possibilidade de selecionar apenas 10 para compor o *corpus*. Depois, optamos por analisar os 25 que avaliamos como os mais ricos, ou seja, que mais tinham “a dizer” e eram passíveis de serem estudados em fragmentos. Em função de termos em mãos um *corpus* que se mostrava complexo, mesmo não sendo retirado de uma obra literária tradicional – ou talvez até mesmo por causa dessa característica –, decidimos que nossa pesquisa seria direcionada a investigar o discurso por trás dos escritos produzidos pelos internos.

Trata-se de uma pesquisa de análise qualitativa. Significa que estamos nos referindo a uma seara que, como salienta Minayo, estuda fenômenos humanos como parte da realidade social (2009, p. 21). Assim, não há uma preocupação em traduzir o *corpus* em números, produzindo estatísticas: a proposta é mergulhar nos dizeres verificados nos textos, à luz de teorias que darão suporte à pesquisa.

Por acreditarmos que diversas vozes poderiam subsistir nesse material, recorreremos às contribuições de Bakhtin, no que diz respeito à polifonia. Além disso, consultamos as teorias da Análise de Discurso, tomando como base bibliográfica de Pêcheux e de Orlandi.

Embora busquemos suporte metodológico em Bakhtin, nosso objetivo não é adentrar no universo da linguística, mas explorar os recursos que o estudioso põe à mesa. O autor é considerado em uma aproximação mais ampla com o *corpus*, por inspirar a pensar em como um conjunto de vozes poderia fazer parte dos textos que estudamos. A polifonia de Bakhtin pode ser inicialmente compreendida se comparada

ao conceito aplicado na música, ou seja, aquela composição em que uma série de vozes ou de melodias soam simultaneamente. Já na literatura, a noção de polifonia diria respeito a uma multiplicidade de vozes, ou seja, um discurso formado por diversos discursos (PIRES; TAMANINI-ADAMES, 2010, p. 66).

Para Bakhtin, é possível que uma série de vozes, quer dizer, um conjunto de contribuições distintas, possam fazer parte de um mesmo produto final. De acordo com o autor, “São vozes diferentes, cantando diversamente o mesmo tema. Isto constitui precisamente a ‘polifonia’, que desvenda o multifacetado da existência e a complexidade dos sofrimentos humanos” (BAKHTIN, 2002, p. 44, grifo original).

Assim, o produto final – que, no caso da nossa pesquisa, é o texto – poderia ser resultado de uma série de interações entre diversos subprodutos, que soariam em uníssono:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 2006, p. 125, grifo original).

De acordo com a linha teórica de Bakhtin, esse resultado impresso de que tratamos contemplaria a soma de uma série de experiências e de influências que, juntas, teriam ajudado de alguma forma a construir o texto. É como se pensássemos no cidadão adulto, que é o resultado de suas vivências desde a infância, passando pela adolescência. Conforme Bakhtin,

[...] o ato de fala sob a forma de livro é sempre orientado em função das intervenções anteriores na mesma esfera de atividade, tanto as do próprio autor como as de outros autores: ele decorre portanto da situação particular de um problema científico ou de um estilo de produção literária. Assim, o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc. Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta [concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc.] (BAKHTIN, 2006, p. 126).

Seguindo esse raciocínio a respeito da construção textual, consideramos especialmente apropriada a análise que Fiorin (2017) faz do pensamento de Bakhtin. Fiorin explica que, para o autor russo, “o sujeito vai constituindo-se discursivamente,

apreendendo as vozes sociais que compõem a realidade em que está imerso, e, ao mesmo tempo, suas inter-relações dialógicas” (p. 61). Ainda conforme Fiorin, a partir dos estudos de Bakhtin,

Como a realidade é heterogênea, o sujeito não absorve apenas uma voz social, mas várias, que estão em relações diversas entre si. Portanto, o sujeito é constitutivamente dialógico. Seu mundo interior é formado de diferentes vozes em relação com o outro, o mundo interior não está nunca acabado, fechado, mas em constante vir a ser, porque o conteúdo discursivo da consciência vai alterando-se (FIORIN, 2017, p. 61).

Fiorin destaca que, para cada sujeito, essas “vozes” podem ser assimiladas de maneira diferente, citando as de autoridade, ou seja, aquelas “resistentes a impregnar-se de outras vozes”, sobre as quais usa como exemplos igreja, partido ou grupo do qual o sujeito participa. Acrescenta, ainda, que outras acabam sendo “internamente persuasivas”, ou seja, são abertas à persuasão (2017, p. 61). Fiorin salienta que a consciência é “sociosemiótica”, formada por discursos sociais, logo, o mundo interior de cada indivíduo é composto dessa mistura de diversas vozes (2017, p. 61). Assim, uma análise do que há nos textos do nosso *corpus* não poderá deixar de levar em consideração eventuais “falas” que possam ter ajudado a construí-los.

Como ferramenta para estudar os textos, trazemos à luz a Análise de Discurso, tomando como base ideias de Pêcheux e de Orlandi. Pêcheux, fundador da escola francesa de Análise de Discurso e uma das principais fontes de pesquisa de Orlandi, referência sobre o tema no Brasil, considera que:

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso. (PÊCHEUX, 1990, p. 53).

Orlandi destaca que a língua e a gramática não são o foco da Análise de Discurso, apesar de, logicamente, esses elementos interessarem – e inclusive nos interessam, porque é necessário observarmos de que forma os jovens do CASE se expressam nos textos. Para Orlandi, etimologicamente, a palavra discurso carrega as ideias de curso, percurso, movimento, assim, o discurso é “palavra em movimento,

prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2012, p. 15).

Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. Por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se. A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social (ORLANDI, 2012, p. 15).

Uma observação importante é citada pela autora: a diferença entre Análise de Discurso e Análise de Conteúdo. Conforme Orlandi, a segunda procura extrair o sentido do texto, buscando explicar o que ele quer dizer. O que a Análise de Discurso quer saber, por sua vez, é “como”, não “o quê” um texto significa. Se na Linguística se trabalha a “língua fechada nela mesma”, na Análise de Discurso se pensa o discurso como um “objeto sócio-histórico em que o lingüístico intervém como pressuposto” (2012, p. 16). Assim, o discurso “é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/ para os sujeitos” (2012, p. 17). Orlandi assim conceitua a Análise de Discurso:

[...] ela não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade (ORLANDI, 2012, p. 18).

De acordo com a autora, nos estudos discursivos não se separam forma e conteúdo: “procura-se compreender a língua não só como uma estrutura, mas sobretudo como um acontecimento” (2012, p. 19). Quanto à origem, Orlandi pontua que a Análise de Discurso está situada na confluência entre a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise:

[...] se a Análise de Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Lingüística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Lingüística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 2012, p. 20).

O discurso não é uma mera transmissão da informação, tampouco apresenta uma linearidade entre elementos da comunicação, como emissor e receptor de uma mensagem, segundo Orlandi. O que a autora propõe é que, ao invés de uma mensagem repassada de um a outro, se pense o discurso em si, que para ela é “efeito de sentidos entre locutores” (2012, p. 21). A língua, nesse contexto, funciona como “condição de possibilidade de discurso” (2012, p. 22).

O que a Análise de Discurso faz é colocar em questão a interpretação do texto, buscando mostrar como um objeto simbólico produz sentidos (ORLANDI, 2012, p. 25-26). Orlandi salienta que a Análise de Discurso “não estaciona na interpretação” e que um mesmo analista, desde que formule questões diferentes, poderá encontrar respostas diferentes para o seu estudo (2012, p. 26-27). Assim, o que esta pesquisa pretende não é meramente interpretar o que dizem os autores do *Recriar Textos* mas, mais além, construir conhecimento a partir das pistas encontradas. Não se trata de exclusivamente interpretar o texto, como faz o hermeneuta, tampouco pender apenas para a descrição do conteúdo. Orlandi salienta que o “analista não só procura compreender como o texto produz sentidos, ele procura determinar que gestos de interpretação trabalham aquela discursividade que é objeto de sua compreensão” (ORLANDI, 2001, p. 88).

O que se espera é realizar o cruzamento das impressões despertadas pela leitura dos trabalhos escritos pelos jovens do CASE com a base teórica. É isso que Orlandi defende ao dizer que “[...] os resultados vão estar disponíveis para que o analista os interprete de acordo com os diferentes instrumentais teóricos dos campos disciplinares nos quais se inscreve e de que partiu” (2012, p. 28).

A autora menciona uma característica da produção do discurso muito importante em nossa pesquisa: a memória, que, para ela, é tratada como interdiscurso, ou seja, aquilo que “fala antes, em outro lugar, independentemente” (2012, p. 31). É o que Orlandi chama de memória discursiva, ou seja, “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (2012, p. 31). No caso deste estudo, podemos aproximar das relações entre o autobiográfico e o ficcional, que analisaremos no capítulo 6, levando em consideração a interferência das normas institucionalizadas, da moral vigente e mesmo da ideia prévia (memória discursiva) que se tem em torno do que seja uma produção de textos de internos em processo socioeducativo.

Pêcheux já havia feito uma ponderação a respeito, dizendo que “Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe” (PÊCHEUX, 1990, p. 56). O autor aponta que

[...] todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma "infelicidade" no sentido performativo do termo - isto é, no caso, por um "erro de pessoa", isto é, sobre o outro, objeto da identificação (PÊCHEUX, 1990, p 56-57).

Orlandi alerta para a necessidade de diferenciar interdiscurso e intertexto: interdiscurso seria “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido” (ORLANDI, 2012, p. 33), ou seja, aqueles conhecimentos e experiências que foram completamente absorvidos, passando a ser expressados de forma natural. Na sequência, Orlandi acrescenta: “o interdiscurso é da ordem do saber discursivo, memória afetada pelo esquecimento, ao longo do dizer, enquanto o intertexto restringe-se à relação de um texto com outros textos” (2012, p. 34).

Para Orlandi, os discursos são constituídos por condições de produção, entre elas, o que a autora chama de relação de forças (2012, p. 39). Trata-se, segundo Orlandi, de “dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno” (2012, p. 39).

Esses mecanismos de funcionamento do discurso citados por Orlandi, entre eles a relação de forças, “repousam no que chamamos de formações imaginárias” (2012, p. 40). Para a autora, não são os sujeitos físicos nem os lugares empíricos que poderiam ser sociologicamente descritos e que funcionam no discurso, mas as imagens que resultam de projeções (2012, p. 40). Assim, essas “imagens projetadas” poderiam ser percebidas por meio da Análise de Discurso.

Observe-se, ainda, que a Análise de Discurso será uma ferramenta para transpor o imaginário a que se costuma condicionar os sujeitos, destaca Orlandi. Para explicar essa linha de raciocínio, ela comenta que se espera que um professor que segue uma linha de direita fale em um tom “x”, enquanto que outro docente, de

orientação de esquerda, se manifeste de forma “y”. Para Orlandi essa máxima nem sempre é verdadeira: “os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas” (2012, p. 42).

A partir dessa construção teórica, Orlandi propõe que o analista de discurso monte um dispositivo de interpretação que tenha como característica:

colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras.
A Análise de Discurso não procura o sentido “verdadeiro”, mas o real sentido em sua materialidade linguística e histórica” (ORLANDI, 2012, p. 59).

Orlandi sugere que, além daquilo que é dito, observe-se os “não ditos”, porque “há toda uma margem de não-ditos que também significam” (2012, p. 82), e, entre esses não ditos, menciona o silêncio, mas alerta: é preciso saber delinear as margens do não dito: “não é tudo que não foi dito, é só o não dito relevante para aquela situação significativa” (2012, p. 83).

Se pensarmos de acordo com Orlandi, o nosso *corpus* não inicia a pesquisa totalmente livre de análise. É que a autora defende que todo *corpus* já recebeu um primeiro tratamento, mesmo que superficial (2012, p. 65), quando foi delimitado, de acordo com os critérios definidos pelos pesquisadores. Mais ainda: Orlandi sustenta que a Análise de Discurso “não está interessada no texto em si como objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso” (2012, p. 72).

Fica claro que a leitura despreziosa realizada por um sujeito comum se distingue daquela feita pelo analista, que toma o texto em mãos com o objetivo de estudá-lo e ir além do que está no papel. A própria Orlandi faz essa separação e destaca que, enquanto o analista é guiado por uma base teórica, o leitor comum se vale apenas do dispositivo ideológico (2001, p. 84). Isso não quer dizer, contudo, que o analista tenha uma posição completamente neutra, mas que dispõe de ferramentas analíticas (ORLANDI, 2001, p. 85). Segundo Orlandi, é “[...] a possibilidade de contemplar o movimento da interpretação, de compreendê-lo, que caracteriza a posição do analista. Nem acima, nem além do discurso, ou da história, mas deslocado” (2001, p. 85).

A revisão bibliográfica, baseada em autores que são referência em cada uma das temáticas abordadas, é outra ferramenta da nossa metodologia, que conta, ainda,

com pesquisas contemporâneas. O trabalho procurará, enfim, colocar a teoria em diálogo com o processo de análise, mostrando exemplos captados nas redações dos internos e apresentando as reflexões no decorrer dos capítulos. Os fragmentos de textos serão estudados e esmiuçados durante todo o percurso da dissertação, levando em consideração os pormenores apresentados neste capítulo.

3 JUSTIÇA E MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

3.1 PERFIL: UM RETRATO DOS INTERNOS DO CASE

Como subsídio para analisar o *corpus*, buscamos informações que nos aproximassem, de alguma forma, dos autores, procurando conhecer a realidade social vivenciada por eles. Optamos por solicitar um perfil geral dos internos do CASE, sem a necessidade de mergulharmos especificamente na identidade de cada um, tampouco dos autores dos textos em análise, já que não poderíamos correr o risco de identificá-los, em função do que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O perfil dos internos foi obtido por meio da Central de Informação do Governo do Estado Rio Grande do Sul, um serviço regulamentado pela Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida popularmente como Lei de Acesso à Informação. Cadastramos a solicitação no site da Central de Informação no dia 3 de abril de 2018 e recebemos retorno via e-mail no dia 10 de abril. Recorremos a esse dispositivo por não termos conseguido uma resposta diretamente com a direção do CASE, embora algumas estatísticas de cunho geral, como população dos CASEs do Rio Grande do Sul, sejam públicas e encontradas no site da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), à qual a unidade caxiense está ligada.

Os dados que recebemos são referentes à população do CASE no dia 1º de março de 2018. Portanto, o perfil que vamos analisar refere-se aos 65 jovens que, de acordo com o levantamento, estavam internados naquele dia, logo, não temos subsídios para dizer que se tratam dos autores dos nossos textos. Mesmo assim, é um recurso extremamente relevante, porque nos coloca próximos das características do público da instituição.

O número de internos era de 65, 25 a mais do que a capacidade do CASE, que é de abrigar 40 jovens. Chama a atenção a gravidade dos atos infracionais cometidos: 37 internos, ou seja, mais da metade (56,9%) cometeram roubo. Em relação aos crimes contra a vida, 16 rapazes (24,7%) estavam internados por envolvimento em homicídios; dois (3,1%) em função de latrocínios, que são os casos de roubo seguido de morte; três jovens (4,6%) cometeram tentativa de homicídio e outros três, tentativa de latrocínio. Além disso, três internos (4,2%) cumpriam medida socioeducativa por

tráfico de drogas e um (1,5%) por sequestro e cárcere privado, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 – Atos infracionais

Tipo de ato infracional	Número de internos que cometeram	Percentual
Roubo	37	56,9 %
Homicídio	16	24,7 %
Tentativa de homicídio	3	4,6 %
Tentativa de latrocínio	3	4,6 %
Tráfico de drogas	3	4,6 %
Latrocínio	2	3,1 %
Sequestro e cárcere privado	1	1,5 %

Esse resultado não difere totalmente do panorama nacional, conforme o que mostra o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Relatório publicado pelo órgão em 2015 (o mais atual quando produzimos esta dissertação), aponta que o roubo aparece no topo da lista de delitos praticados por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Brasil em 2013, com 39,90%. Em segundo lugar aparece o tráfico, com 23,55%, seguido pelo homicídio, com 8,75% (IPEA, 2015, p. 28).

Somando-se os jovens do CASE em cumprimento de medida socioeducativa em função de delitos que envolveram assassinato (homicídio ou latrocínio) ou tentativa de assassinato (tentativa de homicídio ou tentativa de latrocínio), o total é de 24 internos, o que corresponde a 36,9% do total de 65 jovens. Isso quer dizer que mais de um terço deles cumpriam medidas socioeducativas por terem tentado ou consumado ato violento contra a vida de uma pessoa (ver tabela 2).

Tabela 2 - Casos envolvendo assassinato ou tentativa de assassinato

Tipo de ato infracional	Número de internos que cometeram	Percentual em relação ao total de 65 internos
Homicídio	16	24,6 %
Latrocínio	2	3,1 %
Tentativa de homicídio	3	4,6 %
Tentativa de latrocínio	3	4,6 %
Total: 24 internos		

Quanto à faixa etária (ver tabelas 3 e 4), quase metade tinha menos de 18 anos: a soma era de 30 rapazes, sendo um com 14 anos, três com 15 anos, sete com 16 anos e 19 com 17 anos. Outros 17 jovens tinham 18 anos, 14 tinham 19 anos e quatro

tinham 20 anos¹. Embora saibamos que o CASE é um serviço voltado à internação do público adolescente ou no início da fase adulta, é chocante constatar que praticamente a metade tivesse cometido um dos graves crimes citados anteriormente antes mesmo de completar 18 anos – um deles chega a ter apenas 14 anos, a idade média de um garoto que frequentaria o nono ano do ensino fundamental.

Tabela 3 – Faixa etária

Idade	Número de internos	Percentual
14 anos	1	1,5 %
15 anos	3	4,6 %
16 anos	7	10,8 %
17 anos	19	29,2 %
18 anos	17	26,2 %
19 anos	14	21,6 %
20 anos	4	6,1 %

Tabela 4 – Maioridade

Faixa etária	Número de internos	Percentual
Até 17 anos completos	30	46,2 %
18 anos completos ou mais	35	53,8 %

A escolaridade (ver tabelas 5 e 6) é outro ponto que nos foi informado. Mais da metade dos rapazes sequer concluiu o ensino fundamental (51 deles, o que representa 78,5%), o que é muito preocupante se considerarmos que a maior parte dos 65 internos tem entre 17 e 19 anos. Outro ponto alarmante é que um dos rapazes cursou apenas o primeiro ano do ensino fundamental e outro concluiu apenas o segundo ano.

Tabela 5 – Escolaridade por máximo cursado

(continua)

Máximo cursado	Número de internos	Percentual
1º ano do ensino fundamental	1	1,5 %
2º ano do ensino fundamental	1	1,5 %
4º ano do ensino fundamental	1	1,5 %
5º ano do ensino fundamental	6	9,3 %
6º ano do ensino fundamental	16	24,7 %

¹ O CASE abriga jovens infratores com idades entre 13 e 21 anos, sendo que a internação não pode exceder a três anos de duração e a liberação é compulsória para aqueles que completarem 21 anos de idade.

		(conclusão)
7º ano do ensino fundamental	17	26,1 %
8º ano do ensino fundamental	9	13,9 %
9º ano do ensino fundamental	3	4,6 %
1º ano do ensino médio	9	13,9 %
3º ano do ensino médio	1	1,5 %
Não informado	1	1,5 %

Tabela 6 - Escolaridade

Nível	Número de internos	Percentual
Ensino fundamental incompleto	51	78,5 %
Ensino fundamental completo	3	4,6 %
Ensino médio incompleto	9	13,9 %
Ensino médio completo	1	1,5 %
Não informado	1	1,5 %

Em relação à cidade de origem (ver tabela 7), a maioria dos internos é de Caxias do Sul: são 36 rapazes, número que praticamente já esgotaria a quantidade de vagas para o qual o CASE foi projetado (40 lugares). Esse predomínio pode se justificar pelo tamanho do município, o segundo maior do Rio Grande do Sul, com população estimada em 483.377 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017.

Os outros 29 jovens são de nove municípios diferentes, incluindo São Leopoldo, Caçapava do Sul e Viamão, que não fazem parte da lista dos 16 que estão na jurisdição do CASE Caxias do Sul. Depois de Caxias, a maior parte dos internos é de Bento Gonçalves (sete) e de Vacaria (seis). As cidades de Farroupilha e Nova Petrópolis, com quatro jovens cada, Canela, com três, e São Francisco de Paula, com dois, também aparecem na relação.

Tabela 7 – Cidade de origem

Cidade de origem	Número de internos	Percentual
Caxias do Sul	36	55,4 %
Bento Gonçalves	7	10,8 %
Vacaria	6	9,2 %
Farroupilha	4	6,2 %
Nova Petrópolis	4	6,2 %
Canela	3	4,6 %
São Francisco de Paula	2	3,1 %
São Leopoldo	1	1,5 %
Caçapava do Sul	1	1,5 %
Viamão	1	1,5 %

Quanto ao bairro ou loteamento de origem dos internos (endereço de moradia ao qual estão vinculados), optamos por explorar apenas o caso de Caxias do Sul (ver tabela 8), por representar a maioria absoluta de jovens, ou seja, mais da metade (55,4% dos rapazes). Solicitamos a informação em nosso pedido na Central de Informação por entendermos que esta pode ser uma ferramenta para observarmos uma possível conexão entre os internos do CASE e situações de vulnerabilidade social relacionadas às suas moradias, a partir de análise de características das localidades.

Tabela 8 – Bairros e loteamentos de origem de internos moradores de Caxias

Bairro ou loteamento	Número de internos
Belo Horizonte	4
Marechal Floriano	3
Primeiro de Maio	3
Santa Fé	3
Pioneiro	2
Planalto	2
Pôr do Sol	2
Vila Ipê	2
Campos da Serra	1
Castelo	1
Centenário II	1
Desvio Rizzo	1
Euzébio Beltrão de Queiroz	1
Esplanada	1
Forqueta	1
Jardelino Ramos	1
Jardim América	1
Kayser	1
Rosário II	1
Santa Catarina	1
São Cristóvão	1
São Pedro	1
Serrano	1

Para o IPEA (2015), os atos infracionais juvenis estão relacionados não apenas à pobreza em si, mas a questões como desigualdade social e dificuldade de acesso a políticas sociais de proteção fornecidas pelo Estado (p. 15). Souza (2007), juiz de Direito dedicado às questões da infância e da juventude, destaca entre os motivos para a criminalidade infanto-juvenil a carência de recursos básicos, como a alimentação, ao lado de recursos sociais providos pelo Estado de forma deficitária, como a saúde pública e a educação. No rol dessas carências, Souza inclui a

desestrutura das figuras materna e paterna, ao lado da crise habitacional e a baixa ou inexistente renda (2007, p. 188 - 189). Para o autor, são fatores que contribuem para um cenário de “desagregação familiar”, com reflexos no comportamento juvenil (2007, p. 191).

Em um contexto marcado por desestrutura, destaca Souza, a criminalidade acaba sendo banalizada e fica à mercê de um diagnóstico triste: “O contato com a morte acaba sendo corriqueiro, não mais causando espanto a cena de um cadáver estendido na via pública” (SOUZA, 2007, p. 190). Além disso, a falta de perspectivas nos campos pessoal e profissional pode acabar por desviar o jovem do que Souza chama de “caminho da virtude e dos bons costumes” e a droga e até a prostituição infantil passam a compor o quadro. Para o autor, a infância e a juventude estariam despreparadas para encarar essa realidade (p. 190).

A seguir, buscaremos traçar um paralelo entre o perfil dos internos do CASE que recebemos e informações socioeconômicas de Caxias do Sul, com o objetivo de tentar nos aproximar e compreender o cenário vivido por esses jovens.

3.1.1 Análise do perfil à luz de dados socioeconômicos

Recorremos ao Diagnóstico Socioterritorial (2017), um documento elaborado pela prefeitura de Caxias do Sul por meio da Fundação de Assistência Social (FAS), como uma ferramenta para traçar um panorama da situação social vivida pelos jovens internos do CASE. Assim, cruzamos as informações dos bairros de origem dos rapazes com dados levantados pelo documento. Esmiuçar esses apontamentos é uma estratégia para começarmos a pensar sobre a ideia de vulnerabilidade, tema sobre o qual nos debruçaremos mais adiante.

O Diagnóstico Socioterritorial mostra riscos, vulnerabilidades sociais e o alcance da cobertura da rede socioassistencial caxiense. De acordo com o relatório, os elementos servem para mapear os serviços, observar a oferta existente e montar projeções futuras (2017, p. 7). A principal fonte do estudo foi o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. De acordo com o Diagnóstico Socioterritorial, o Cadastro Único é operacionalizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e pela Caixa Econômica Federal e funciona como o recurso mais importante atualmente para identificar e caracterizar famílias em situação de

vulnerabilidade, com base na renda, condições de moradia e situação educacional dos cidadãos cadastrados, além de outras características (2017, p. 8-9).

Dentre outras fontes consideradas para a construção do Diagnóstico estão Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Social, censo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por meio de serviços e programas da rede socioassistencial pública e privada, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Conferência Municipal de Assistência Social (2017, p. 10).

O Diagnóstico Socioterritorial considera alguns indicadores de vulnerabilidade para caracterizar o público-alvo da política de assistência social, dentre os inseridos no Cadastro Único: a situação de pobreza e extrema pobreza², os beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família³ e os atendidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁴ (2017, p. 52). O relatório apresenta a situação de cada um dos seis Centros de Referência Socioassistencial (CRAS) de Caxias do Sul, responsáveis por atender à população do município. Cada um desses CRAS tem capacidade para ser referência a 5 mil famílias da respectiva área de abrangência, ou seja, aquelas que poderão fazer uso dos serviços de proteção social básica ofertados (2017, p. 54). Os seis CRAS são identificados conforme regiões geográficas da cidade: Centro, Norte, Oeste, Leste, Sul e Sudeste.

Percebemos que, dos 23 bairros e loteamentos de origem dos internos mostrados na tabela 8, 13 deles (ou seja, 57%) pertencem à área de abrangência do CRAS Centro (2017, p. 55). Como os outros 10 bairros e loteamentos de origem dos internos se dividem entre quatro dos outros cinco CRAS, entendemos que estudar somente os números do CRAS Centro pode nos colocar diante de um panorama satisfatório.

De acordo com o documento, o CRAS Centro é o que atende a mais bairros e loteamentos de Caxias do Sul, em um total de 90. O motivo atribuído é o transporte

² O estudo considera como famílias em extrema pobreza aquelas que tinham renda per capita mensal entre R\$ 0,00 e R\$ 85,00 e, em situação de pobreza, aquelas com renda entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00.

³ De acordo com o site da Caixa (caixa.gov.br), banco responsável pelos pagamentos, o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o Brasil. O benefício básico mensal é de R\$ 85 e pode chegar ao máximo de R\$ 372 por família, conforme dados de 2018.

⁴ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, é a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (aqueles que produzam efeitos pelo prazo mínimo de dois anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

público urbano: há casos em que é mais fácil para o cidadão deslocar-se até o centro da cidade e assim buscar o CRAS Centro do que a um CRAS localizado na sua região, mas em bairro diferente do endereço de moradia (2017, p. 55-56). Os demais CRAS atendem ao seguinte número de localidades: Leste abrange 61, Sul conta com 34, Norte soma 25, Sudeste tem 20 e Oeste, 12.

O próprio estudo aponta que os serviços são distribuídos com desigualdade, de forma que a concentração maior de atendimentos, em todos os níveis de proteção, fica na região mais populosa e central do município. Mais uma vez, a justificativa seria o transporte público, que poderia tornar mais prático o deslocamento até o CRAS Centro (2017, p. 68). De toda forma, o fato de não haver uniformidade na oferta do auxílio é um indicativo de que as famílias recebem um suporte falho.

Em relação aos indicadores de vulnerabilidade social, o documento mostra dados de 2016 que analisam os bairros e loteamentos com mais de 100 famílias cadastradas no CRAS Centro em relação aos índices de pobreza e extrema pobreza (p. 80). Dentre as 22 localidades apontadas nessa relação, aparecem 10 que figuram na listagem de bairros de origem de internos do CASE, conforme a lista que nos foi repassada pela Central de Informação (ver tabela 9).

Tabela 9 – Pobreza e extrema pobreza nos principais bairros do CRAS Centro x bairros de origem de internos

(continua)

Bairro	Famílias cadastradas	Famílias em pobreza ou extrema pobreza	Bairro de origem de interno do CASE?
Madureira	319	238	
Primeiro de Maio	144	89	Sim
Vila Lobos	214	130	
Jardelino Ramos	215	129	Sim
Por do Sol	197	111	Sim
Marechal Floriano	234	118	Sim
Forqueta	162	81	Sim
Fátima Alta	799	394	
Charqueadas	310	150	
Pioneiro	318	152	Sim
Jardim América	143	66	Sim
Santa Corona	193	89	
Pio X	128	59	
Universitário	100	45	
Sagrada Família	155	66	
Desvio Rizzo	714	301	Sim
Centro	297	113	
Rio Branco	340	123	

			(conclusão)
São José	151	50	
Lourdes	100	33	
Campos da Serra	1113	342	Sim
Santa Catarina	127	33	Sim

Conforme mostra a tabela 9, os 10 bairros de origem de internos que estão na relação dos que são atendidos pelo CRAS Centro em relação aos índices de pobreza e extrema pobreza são os seguintes: Campos da Serra, Desvio Rizzo, Pioneiro, Marechal Floriano, Jardelino Ramos, Pôr do Sol, Jardim América, Forqueta, Santa Catarina e Primeiro de Maio (2017, p. 81). A vulnerabilidade já havia sido constatada: o mesmo relatório mostra que esses 10 bairros também estavam entre os que abrigavam famílias mais pobres de acordo com levantamento do ano de 2014 (2017, p. 78-79).

Outra observação relevante é que, de janeiro de 2014 a agosto de 2016, 257 novas famílias em situação de extrema pobreza surgiram nos relatórios de atendimento do CRAS Centro (2017, p. 82), um número que mostra o aumento das dificuldades financeiras sofridas nos bairros atendidos por esse CRAS. Além disso, de um total de 3.718 famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza no CRAS Centro, condição que as habilitaria a obter auxílio do Programa Bolsa Família em 2016, 27,4% não recebiam o benefício (2017, p. 84). O estudo não aponta o motivo, mas nos leva a imaginar um cenário de miserabilidade ampliada em função do não acesso ao suporte financeiro.

Sem apresentar índices numéricos, o documento lista como os grupos mais vulneráveis entre os atendidos pelo CRAS Centro: crianças e adolescentes, famílias pobres, pessoas com deficiência, idosos e mulheres (2017, p. 93). E entre os "principais desafios e/ou desproteções que perpassam o território", aparecem desemprego, fragilidade de vínculos familiares e/ou relacionais, violência em função do tráfico de drogas, acesso aos serviços públicos precário ou nulo e falta de vaga em escola infantil (2017, p. 93). Somados, esses itens contribuem para um cenário de vulnerabilidade.

Entre características gerais do território de abrangência do CRAS Centro, o documento ressalta "assentamento ou acampamento; área com risco de desabamento e alagamento; contornos geográficos que dificultam a mobilidade; moradias irregulares como favelas, invasões, grotas, cortiços" (2017, p. 94). Além

desses detalhes de ordem física, o texto aponta que há altos índices de criminalidade e violência em função de tráfico de drogas, bem como a exploração sexual de crianças e adolescentes. A lista de problemas sociais prossegue: baixa escolaridade (o que também notamos claramente entre os internos do CASE), desemprego e precário acesso a equipamentos públicos (2017, p. 94). A maior parte dessas mazelas está concentrada nos bairros e loteamentos Campos da Serra, Euzébio Beltrão de Queiroz, Primeiro de Maio, Jardelino Ramos e Vila Lobos (2017, p. 94-95), sendo que apenas o último não faz parte da lista de locais de moradia dos internos do CASE (ver tabela 8).

Reportagem do jornal Pioneiro publicada em 2015 corrobora a noção de vulnerabilidade: informa que 95% dos internos são de famílias com passagens pelo Conselho Tutelar e pela rede de assistência social municipal. Como pontos em comum entre os casos, de acordo com a matéria, estão a evasão escolar e o uso de drogas (TEIXEIRA, 2015), todos elementos que convergem com os dados mostrados anteriormente.

A análise realizada até aqui busca nos colocar diante de um possível retrato do cenário em que viviam os internos do CASE antes de serem encaminhados pela Justiça para cumprimento de medida socioeducativa. São evidências que, apesar da ponderação inicial de que não necessariamente seriam referentes aos mesmos rapazes que escreveram os textos do nosso *corpus*, mostram um contexto social dos bairros de origem de boa parte dos rapazes, como um subsídio para que possamos começar a compreender em que situação ocorreram as práticas de atos infracionais. É um elemento que, mais adiante, certamente contribuirá para a análise do que é dito nos textos que selecionamos.

3.2 REINCIDÊNCIA: PENSANDO ESTRATÉGIAS DE COMBATE À VOLTA AO CRIME

Do total de 65 internos cujo perfil analisamos, 14 são reincidentes, o que significa um índice de 21,54% (ver tabela 10). O percentual pode parecer pequeno, mas é preciso ponderar que se refere a um grupo de apenas 65 garotos com idade entre 14 e 20 anos em que pouco mais de um terço deles já havia passado pelo CASE. É importante relembrar, para efeito de contexto, que quase metade do total (30 jovens ou 46,2%) não havia sequer completado 18 anos, o que torna ainda mais preocupante o fato de boa parte não estar na instituição pela primeira vez.

Tabela 10 - Reincidência

Tipo de ingresso no CASE	Número de internos	Percentual
Pela primeira vez	51	78,46 %
Mais de um ingresso	14	21,54 %

Volpi (1997) entende que as medidas socioeducativas não podem ocorrer isoladas da situação social, política e econômica em que o interno está inserido. Ele defende que somente com políticas públicas que assegurem os direitos dos jovens será possível reduzir o índice de atos infracionais cometidos por adolescentes. Em paralelo, sugere a criação de uma rede que sirva de suporte, incluindo serviços de assistência social capazes de prover o apoio necessário (p. 42).

A luta de socioeducadores para afastar os adolescentes da criminalidade e evitar que voltem a cumprir medida de internação tem se mostrado desafiadora. Por determinação do ECA, as unidades são obrigadas a manter atividades pedagógicas, como o CASE, que possui em suas dependências a Escola Estadual Paulo Freire. Apesar disso, os debates sobre como frear os casos de reincidência seguem em busca de uma resposta eficaz.

Maruschi e Bazon (2013) afirmam que é necessário haver a identificação correta dos que cometeram um ato infracional de forma isolada daqueles “cujo comportamento infracional parece descrever uma trajetória persistente” (2013, p. 17). Para as autoras, é a partir disso que será possível diferenciar se o jovem precisa ou não de atendimento especializado, pois acreditam que

[...] adolescentes sem engajamento infracional preocupante, além de não se beneficiar [sic] da medida socioeducativa, podem ser negativamente impactados com os procedimentos institucionais que geram rotulação e contextos específicos de socialização no âmbito das agências de controle (MATUSCHI; BAZON, 2013, p. 17).

Artigo assinado por Maruschi, Bazon e Estevão (2012) trata da necessidade de se criar instrumentos de avaliação capazes de analisar o risco de reincidência infracional com o objetivo de adequar a medida judicial a que o jovem será submetido. O texto das três autoras foi construído a partir do estudo de um método canadense aplicado no Brasil, chamado de *Youth Level Service/ Case Management Inventory* (YLS/CMI), cujo objetivo foi verificar o risco de reincidência em um grupo de 40 adolescentes brasileiros do gênero masculino, com idades entre 12 e 17 anos (2012, p. 680-681). Ponderamos que não temos o objetivo de realizar quaisquer

comparações levianas, sobretudo com realidades de outros países, mas o artigo das autoras faz um importante alerta:

É certo que a proposta de avaliação de níveis de risco pode suscitar o problema ético relacionado ao perigo de predizer problemas no comportamento humano, e assim, fomentar profecias autorrealizadoras, ainda que se faça a ressalva de que predições no plano científico nunca são perfeitas. De todo modo, na prática cotidiana do Sistema de Justiça Juvenil, a partir do momento em que o jovem é considerado autor de um ato infracional, ele é avaliado e, a partir daí, tomam-se decisões que afetam de forma concreta e radical sua vida, porque em algum nível se formaram convicções sobre suas dificuldades e necessidades (MATUSCHI; BAZON; ESTEVÃO, 2012, p. 684).

Ferramentas têm sido discutidas para tentar reduzir o número de jovens que retornam ao crime e, conseqüentemente, são reconduzidos ao sistema socioeducativo. Um exemplo é o mostrado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco. Os internos não são acomodados em celas, mas em casas feitas para causar a sensação de estarem em uma moradia. Uma delas é chamada de "casa projeto de vida", que é onde o adolescente fica após nove meses de internação para que comece a planejar seu futuro. Em 2015, o índice de reincidência na unidade era de 13%, enquanto na região Nordeste chegava a 54% (CNJ, 2015). Mais uma vez não arriscaremos quaisquer comparações com o CASE de Caxias do Sul, por reconhecermos que são situações distintas, mas registramos o simbólico exemplo.

A Justiça Restaurativa tem sido discutida como uma potencial estratégia para combater a reincidência, tanto no sistema penitenciário como no socioeducativo. Autor de um guia para nortear ações de Justiça Restaurativa em situações de violência envolvendo crianças e adolescentes de Porto Alegre, Brancher (2008) destaca que no modelo tradicional (penitenciário) "a ameaça de punição e a promessa de sofrimento que ela contém induzem o ofensor ao ocultamento da sua responsabilidade" (2008, p. 30). Já a Justiça Restaurativa, de acordo com Brancher, consiste em um processo em que as partes envolvidas possam se reunir para debater coletivamente sobre como lidar com as conseqüências do ato. E um dos princípios que regem a defesa por esse tipo de alternativa é o de que toda transgressão cometida por alguém pode trazer consigo perigos e oportunidades:

O perigo é que a comunidade, a vítima e o agressor emergam da resposta ao crime mais alienados, feridos, desrespeitados e impotentes, sentindo-se em

uma sociedade menos segura e cooperativa. A oportunidade é que a injustiça seja reconhecida, a igualdade restaurada e o futuro iluminado, de modo que as partes envolvidas sintam-se mais seguras, capazes de respeito, empoderadas e cooperativas em relação aos outros e à sociedade (BRANCHER, 2008, p. 21).

As formas de aplicação da Justiça Restaurativa costumam ser chamadas de “práticas restaurativas”, porque compreendem diversas estratégias para resolução de problemas e conflitos (BRANCHER, 2008, p. 35). Ainda conforme Brancher, essas práticas são “uma oportunidade de educar para a democracia e para a responsabilidade” (2008, p. 30).

A efetividade desse tipo de medida é baseada em três princípios, de acordo com Bazemor (2006). O primeiro deles é a reparação do dano, que diz respeito a "cicatrizando as feridas das vítimas, dos infratores e das comunidades que tenham sofrido um crime ou a ação nociva de algum comportamento danoso" (2006, p. 605). O autor afirma que “[...] a ausência de ações reparadoras do dano é uma barreira significativa à reintegração do infrator” (2006, p. 606). O segundo item trata do envolvimento das partes interessadas, ou seja, aponta que vítima, infratores e membros da comunidade poderão participar do processo de busca de solução do problema. Por fim, o autor destaca que o princípio número três envolve a avaliação dos papéis desempenhados tanto pelo governo quanto pela comunidade (2006, p. 607), acrescentando que

o relacionamento colaborativo entre profissionais e cidadãos (e entre sistemas de justiça e comunidades) é essencial à facilitação da participação da vítima, do infrator e demais cidadãos, na promoção conjunta da segurança comunitária, da paz e da justiça, por meio da cicatrização das feridas causadas pelo crime juvenil, e implica em uma transformação dramática do papel do profissional da justiça juvenil (BAZEMORE, 2006, p. 607).

Brancher (2006) comenta que uma das estratégias da Justiça Restaurativa é fazer com que tanto as pessoas quanto as instituições se responsabilizem pelo ato infracional (2006, p. 689). Nessa linha, Braithwaite (2006) destaca que a intenção da Justiça Restaurativa não é perdoar, uma vez que ela não estabelece a falta de punição. O que esse modelo propõe é, na verdade, uma mudança de foco: "da punição pelo cometimento do crime para a punição por não ter se empenhado na prevenção do crime" (2006, p. 384). Assim, a Justiça Restaurativa envolve outros tipos de pena, ou seja, a confrontação entre as partes, que para o autor pode ser “emocionalmente dolorida”, ou a reparação do dano material, que pode ser

“monetariamente dolorida ou dispendiosa de tempo”, usando como exemplo os casos de pagamento via prestação de serviços comunitários (2006, p. 385). De forma bastante crítica, Braithwaite afirma que o sistema de justiça criminal é um “desastre institucional”:

A maioria dos crimes mais leves são ignorados pela autoridade e zombados pelos colegas, o que passa a mensagem de que não são importantes. Crimes graves e reincidentes são respondidos com punições severas, passando a mensagem de serem algo inadmissível. Esse sistema também costuma deixar os infratores com uma sensação de injustiça baseada na percepção de que cometeram crimes repetidamente sem serem punidos e, no dia que o critério de gravidade passa a abrangê-los, eles sempre sentem que foram arbitrariamente vitimados (BRAITHWAITE, 2006, p. 386).

As ideias apresentadas até aqui mostram que o debate em torno da reincidência entre jovens infratores ainda será longo, mas é praticamente consenso que a busca por estratégias voltadas à educação e ao entendimento conjunto são algumas tendências. A situação mostrada em Caxias do Sul, com índice de um terço de jovens que passa pelo sistema pelo menos pela segunda-vez, respalda a necessidade de manter em pauta a discussão em relação à busca por um modelo que, de fato, consiga reduzir os índices e recolocar os adolescentes em sociedade.

4 VULNERABILIDADE SOCIAL

4.1 PERIFERIA E EXCLUSÃO

Para que possamos nos apropriar do conteúdo dos textos em análise nesta pesquisa, inicialmente é importante revisar os estudos referentes à periferia, avaliando de que forma viver em tal cenário pode acarretar situações de exclusão, que evidenciaremos mais adiante.

Aqui vale esclarecer que trataremos do ambiente que circunda o CASE de Caxias do Sul em função de a instituição ser a moradia provisória dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Logicamente, nem todos os rapazes têm família residente nas proximidades, o que provocaria uma ligação ainda maior com o lugar, mas nossa linha de pensamento se justifica em função de que é no CASE que eles estabelecem relações durante o período de cumprimento da medida. Assim, propomos um olhar para os arredores do prédio, observando o abandono e o desleixo e prestando atenção a uma sensação que temos e que pode ser compartilhada pelos internos: a de que eles estão, de certa forma, "depositados" naquele lugar.

O CASE está situado no bairro Reolon, na região Oeste de Caxias do Sul. Distante cerca de seis quilômetros do centro da cidade, fica na Rua Luiz Covolan e tem características que lembram um presídio, como muros altos e arame farpado, aspectos sobre os quais nos aprofundaremos no capítulo subsequente a este. O cenário na vizinhança é de abandono, com casas bastante precárias, algumas de madeira e com muitas frestas, e bastante lixo à beira da rua ou em pequenos montes feitos provavelmente por catadores. A área comporta aspectos característicos do que o senso comum trata como periferia, como sujeira e mato crescido, e não é raro avistar usuários de drogas em pontos mais discretos, como alguns próximos a árvores em terrenos baldios abandonados. Distante poucos metros tanto do CASE quanto das moradias corre o arroio Tega, que é poluído em função do histórico depósito de esgoto sem tratamento e outros dejetos, como restos químicos provenientes de empresas.

O prédio do CASE, além de comportar em suas dependências uma escola estadual de ensino médio, a Paulo Freire, que atende aos internos, fica a aproximadamente uma quadra de outra instituição de ensino, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Machado de Assis. Casos de insegurança, frequentemente

relatados pela mídia local, levam a ações por parte do poder público na tentativa de frear a violência.

Neste contexto, passamos a pensar no cenário que envolve o CASE, de Caxias do Sul, e que está imerso nessas estatísticas. Em reportagem publicada no site G1 em outubro de 2017, a respeito de patrulhamento feito pela guarda municipal no entorno de colégios de Caxias do Sul, o professor Fernando Menegat, da escola Machado de Assis, afirma: "É preciso polícia, sim. Mas são necessários projetos sociais para tirar essa criança dos maus contatos" (G1, 2017). A frase dita pelo docente dá suporte à ideia de que a comunidade vive sob sensação de insegurança e desespero, o que nos ajuda a compreender o entorno em que o CASE está inserido. Em dissertação de mestrado datada de 2002, Chiaradia faz importante relato que reforça nossa análise: "Segundo os professores, o caráter de difícil acesso se deve às dificuldades no deslocamento até a escola, que é feito por estrada de chão batido, e também pela violência presente na comunidade" (2002, p. 84)⁵.

Na mesma pesquisa, Chiaradia entrevista a primeira diretora da escola Machado de Assis, Vera Furlan, que comenta a respeito da formação do bairro Reolon e do Vale Verde e Mattioda, que ficam na mesma região, dando um panorama de como foi a concepção da área:

[...] Em 1991, ocorreu o primeiro assentamento de mais ou menos cinquenta famílias, provenientes de alguma subhabitação da cidade. Os novos moradores eram acomodados em pequenas casas de madeira construídas à beira do Tega, com a promessa de aguardarem a construção dos "blocos" (sobrados), mas as construções eram bem simples. Na parte denominada Reolon, os moradores ganharam os lotes e construíram suas casas com subsídios da prefeitura. Desde logo se estabeleceu uma rivalidade entre os moradores do alto do morro – Reolon – e os da beira do Tega, sendo esses últimos considerados marginais pelos primeiros. Houve também muita disputa para definição do local da construção da nova escola, pois os moradores do morro queriam que fosse lá em cima. Um dado importante dá conta de que quando os blocos ficavam prontos e as famílias do Tega eram transferidas, as casas provisórias eram negociadas ou vendidas para os novos invasores. Na verdade, até hoje as casinhas provisórias nunca ficaram desocupadas. [...] Há muita richa [sic] entre as famílias e as lideranças (CHIARADIA, 2002, p. 80-81).

A partir destas impressões iniciais do espaço onde fica o CASE, em um quadro de periferia, passamos a perceber a instituição intrinsecamente ligada a uma

⁵ Atualmente, as principais vias que levam ao CASE são asfaltadas, mas em outros pontos do bairro ainda há chão batido.

realidade: as sensações de abandono vividas dentro do cárcere e a precariedade de um ambiente interno com aspecto descuidado vão ao encontro do que se percebe no lado de fora. Logo, interpretaremos os textos escritos pelos jovens do CASE levando em consideração tanto a situação em que vivem no espaço delimitado por muros quanto o que é percebido para além dessas fronteiras físicas, ou seja, o bairro em que a instituição está instalada. A vulnerabilidade nessa periferia diz respeito a todo um cenário social, compreendido entre as vivências dos rapazes enquanto eles estavam em liberdade, as experiências dentro do Centro de Atendimento Socioeducativo e o que se percebe no entorno.

Maricato (1996) defende que “as cidades refletem o processo industrial baseado na intensa exploração da força de trabalho e na exclusão social, mas o ambiente construído faz mais do que refletir” (p. 43). Ou seja, a partir dessa ideia e do que mencionamos anteriormente, a respeito da formação do bairro Reolon, onde fica o CASE, podemos perceber que se trata justamente de uma construção, fruto de uma série de aspectos conectados. Para Maricato, “o urbano se institui como polo moderno ao mesmo tempo em que é objeto e sujeito da reprodução ou criação de novas formas arcaicas no seu interior [...]” (1996, p. 43).

Ao abordar as periferias e a vida em favela, a autora pondera que trabalhadores de indústrias, por enfrentarem dificuldades econômicas mesmo que empregados, também são levados a viver em favelas, e não apenas o “trabalhador do extensivo e atrasado terciário urbano informal”, relacionando que, em muitos casos, os salários pagos não são suficientes para atender às necessidades, assim como as políticas públicas para evitar a migração para as sub-habitações nem sempre são eficazes (1996, p. 43). A afirmação de Maricato, aliás, permanece atual, porque ainda percebemos o nascimento de conjuntos de residências marcadas pela precariedade, principalmente nas cidades de médio e grande porte.

Como um sistema em cadeia, esse processo de criação de soluções precárias como tentativa de sanar a carência de moradia – lembrando que a habitação é, aliás, um dos traços mais fortes na caracterização de uma comunidade periférica – carrega consigo os reflexos da exclusão. Maricato analisa essas questões e propõe que seja feito um profundo estudo em relação à ligação da regulação urbana com a formação da cidadania (1996, p. 48-49). Afinal, como já mencionamos, fica claro que os processos estão conectados.

Segundo Maricato, é nas regiões metropolitanas que essa conexão entre o mercado fundiário e a exclusão se dá de forma mais forte, em função de que é nas áreas privadas preteridas pelo ramo imobiliário ou nos terrenos públicos mais distantes ou precários e por isso desvalorizados que a população pobre acaba por instalar-se, muitas vezes de forma improvisada. Como exemplo, cita a beira de córregos, as encostas de morros, espaços que correm o risco de serem atingidos por enchentes e até áreas de proteção ambiental ou sujeitas a outros riscos (1996, p. 58). Aqui observamos que essa leitura feita por Maricato se encaixa inclusive nas características que apresentamos das redondezas do CASE: próximo ao poluído arroio Tega e em área acidentada, como descreve Chiaradia (2002, p. 77). Como complemento, se observarmos a Caxias do Sul de hoje, perceberemos diversos exemplos que concordam com o que sustenta Maricato, como o bairro Cândia, na zona Norte, um dos mais carentes do município e cujo nome representa uma descrição da geografia irregular, ou ainda o loteamento Monte Carmelo, na zona Sul, também acidentado e com algumas ruas de chão batido praticamente intrafegáveis em dias chuvosos.

A autora traz um apanhado do que percebe nas periferias metropolitanas:

Sem perspectiva de trabalho ou pelo menos da segurança de um trabalho regular; sem estímulo para estudar, discriminada pela cor e pela pobreza; envolvida por intensa publicidade que liga felicidade ao padrão de consumo inatingível; participe de uma realidade social desigual e arbitrária além de fetichista, na qual convivem extremos de carências básicas e o consumo conspicuo; submetida a uma relação de favor com os políticos; crescendo em contato com a violência no cotidiano e tendo o crescente aumento das drogas como possibilidade de fuga e eventualmente de ganhos rápidos e fartos, essa é a realidade da imensa massa de jovens que habitam as periferias metropolitanas. Com a ausência da cidadania, o terreno é fértil para o desenvolvimento do crime organizado, especialmente por meio do tráfico de drogas [...] (MARICATO, 1996, p. 82).

Maricato tece uma relação entre as dificuldades encontradas por quem vive na periferia conceituada por ela (como a falta de emprego), com a ausência da sensação de cidadania e os consequentes reflexos no ingresso na criminalidade, que é o que pode ter sido vivenciado por muitos dos jovens em questão nesta pesquisa. Se para Maricato essas vivências são terreno “fértil para o desenvolvimento do crime organizado, especialmente do tráfico de drogas”, também parecem dar a abertura ideal para o surgimento dos relatos que aqui analisaremos.

Telles (2013) resgata brevemente a formação da sociedade brasileira nas últimas décadas e comenta sobre a criação de novas formas de organização e de representação coletiva, ainda ligadas ao que chama de “uma pobreza desmedida” (p. 13). Assim, o Brasil foi passando a ganhar uma identidade própria, mas ainda acompanhada de desigualdade, e onde a pobreza “[...] é trazida para o lugar em que a linguagem elabora promessas de futuro e a ação se faz visível na sua capacidade de [...] interromper o ciclo da natureza e dar início a um novo começo” (TELLES, 2013, p. 14). Em seguida, reflete sobre os anseios por uma sociedade mais harmônica para todas as camadas:

[...] sob o impacto das lutas sociais que agitaram toda a década de 80, a nossa velha e nunca resolvida questão social foi colocada no centro das promessas que acenavam com a construção de uma sociedade capaz de conciliar maior liberdade e maior igualdade. Depois de quinze anos de arbítrio e repressão, uma conflituosidade inédita atravessou as mais diversas dimensões da vida social e fez ecoar por toda a sociedade, através de reivindicações diversas, a exigência por uma ordem de vida mais justa e mais igualitária (TELLES, 2013, p. 14).

Ocorria, desta forma, o que podemos entender como uma espécie de conflito entre os avanços, a globalização e as consequências de um crescimento descontrolado, o que para Maricato representou, nos anos 1990, um país cuja imagem era associada a fatores como violência, poluição, tráfego caótico e outros elementos. Se havia fortalecimento econômico, o processo de urbanização inflou a desigualdade, ampliando a concentração espacial da pobreza no Brasil, uma vez que as oportunidades foram aos poucos se extinguindo. Quanto a isso, Maricato afirma que “A exclusão social tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental, configurando pontos de concentração de pobreza à semelhança de *guetos*, ou imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada” (MARICATO, 1996, p. 55, grifo original).

4.1.1 A exclusão como reflexo de vivências e privações

Se relacionarmos a pobreza à periferia, chegaremos a uma possível consequência: a exclusão social como um desaguadouro das privações vividas pelo sujeito. Pinheiro (2015) associa diretamente a exclusão social à periferia, recorrendo a ideias apontadas por Maiolino (2005):

A periferia costuma ser também um dos lugares onde situamos a “exclusão social” e aqueles que a vivenciam. Noção que ganha fôlego nos anos 1990, ela pode ser associada às circunstâncias geradas pela reestruturação produtiva, pela fragilização de políticas sociais e pelo desmonte do Estado de Bem-Estar social, cuja configuração no Brasil era já historicamente deficitária, sendo que a elevação de níveis de desemprego estrutural figurava como principal evidência de restrições à mobilidade social e, em consonância, de riscos de segregação (PINHEIRO, 2015, p. 60).

Conforme o raciocínio apresentado por Pinheiro, a ideia de marginalidade recuou para um sentido secundário, já que costumava fazer alusão a casos de desigualdade e não de exclusão. E completa:

[...] Além disso, a noção de “exclusão social” passava a reverenciar aspectos múltiplos do cotidiano (e transversais às condições econômicas), conforme se diversificavam grupos e reivindicações sociais. Presta-se tanto a reclamações de categorias desempregadas, sem teto, moradores de rua, como daquelas denominadas como “minorias” (grupos étnicos, homossexuais, etc.). Desta forma, parece corresponder a demandas diversas, agregadas por uma condição comum e genérica de apartação em relação ao que a sociedade dispõe, em que pese aí as diferentes caracterizações dos demandantes (PINHEIRO, 2015, p. 61).

Quando Telles (2013) comenta que a pobreza existente no Brasil “evoca o enigma de uma sociedade que não consegue traduzir direitos proclamados em parâmetros mais igualitários de ação” (2013, p. 15), podemos pensar no quanto estar na periferia pode, de certa forma, afastar o sujeito de possibilidades. Afinal de contas, reconhecamos, nem sempre os governos conseguem colocar em prática políticas públicas que efetivamente beneficiem parcelas menos favorecidas da sociedade. Em relação a isso, questionamos: quais são as possibilidades ofertadas e realmente experimentadas por quem está em uma periferia isolada por meio de muros, situação dos internos do CASE? É algo a refletir.

Para Telles, a pobreza contemporânea é um “ponto cego instaurado no centro mesmo de um Brasil moderno”, e perpassa os lugares onde sempre esteve notadamente presente, como nas “franjas do mercado de trabalho”, escondida sob o disfarce da economia informal ou do mundo rural, entre outros pontos (TELLES, 2013, p. 15). A autora aponta também, valendo-se de ideias de Hélio Jaguaribe, para os reflexos que essa cadeia pode causar, mencionando que a questão pode estar associada à “ameaça de uma convulsão social provocada pela miséria desmedida que alimenta virtualmente conflitos insolúveis e demandas inegociáveis numa economia em crise” (TELLES, 2013, p. 16).

Para exemplificar essa relação que apresentamos aqui, mencionamos duas breves amostras de como as dificuldades sociais são evidenciadas em textos do nosso *corpus*, como neste trecho de autoria de Rafael (anexo a), que será analisado posteriormente: “Passamos muitas dificuldades, num quarto muito pequeno, com lesmas nas paredes. Quando chovia, pingava em cima da cama. Passávamos fome, muitas vezes percebia que minha mãe não comia para deixar para mim” (RECRIAR, 2016, p. 190). Arthur (anexo b), cujo trecho de redação transcrevemos abaixo, fala de como a violência atingiu o local onde morava, o Loteamento Campos da Serra, na zona Leste de Caxias do Sul. São relatos que, carregados de experiências ou de informações criadas, demarcam uma forte noção de vulnerabilidade.

Lembro quando eu jogava bola com meus amigos, conversávamos até altas horas na esquina, dando muitas risadas, fazíamos churrasco com os vizinhos ouvindo música, que tempo feliz que ficou para trás, pois o crime carregou aquelas crianças de maldade, fazendo uns ficarem contra os outros, tentando acabar com a própria vida do amigo. Uma onda de violência tomou conta daquele bairro, fazendo as pessoas boas se afastarem daquele lugar. Fico a me perguntar por que aconteceu isso, será que algum dia a política de bons vizinhos retornará? Rezo muito para que a humanidade tome consciência das maldades que o ser humano pratica e que todos possamos viver em paz novamente [...] (RECRIAR, 2016, p. 269).

No decorrer dos anos, debates surgiram para tentar compreender melhor a pobreza e traçar estratégias para enfrentá-la, visando a pensar o futuro do Brasil, explica Telles. Ela acrescenta que foram realizadas diversas pesquisas e que economistas e sociólogos passaram a estudar a distribuição de renda e fornecer informações sobre a “lógica excludente do capitalismo brasileiro” (TELLES, 2013, p. 17). No entanto, deixa claro que pouco disso foi, efetivamente, capaz de construir mecanismos eficientes e de modificar a situação:

[...] espanta que essa pobreza persistente, conhecida, registrada e alvo do discurso político, não tenha sido suficiente para constituir uma opinião pública capaz de mobilizar vontades políticas na defesa de padrões mínimos de vida [...] Sobretudo, espanta que o aumento visível da pobreza no correr dos anos nunca tenha suscitado um debate público sobre a justiça e a igualdade, pondo em foco as iniquidades inscritas na trama social (TELLES, 2013, p. 18-19).

Butler (2004) faz uma leitura da exclusão a partir da ideia da perda. Na obra *Precarious life - the powers of mourning and violence*, a autora reúne cinco artigos que tiveram como ponto de partida as situações de vulnerabilidade e violência após os

atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, mas vai além: aborda as perdas para estudar a exclusão, conforme mostramos a seguir.

Todos tivemos perdas nas últimas décadas por causa da AIDS, mas há outras perdas que nos afligem, de doenças e de conflitos globais; e também há o fato de que mulheres e minorias, incluindo minorias sexuais, são, como comunidade, sujeitas à violência, expostas à sua possibilidade ou à sua realização. Isso significa que cada um de nós é constituído politicamente em parte pela vulnerabilidade social de nossos corpos – como um lugar de desejo e vulnerabilidade física, como um lugar de uma publicidade ao mesmo tempo assertiva e exposta. A perda e a vulnerabilidade parecem seguir os nossos corpos socialmente constituídos, ligados uns aos outros, em risco de perder esses apegos, expostos a outros, em risco de violência em virtude dessa exposição⁶ (BUTLER, 2004, p. 20, tradução nossa).

Ao afirmar que “cada um de nós é constituído politicamente em parte pela vulnerabilidade social de nossos corpos”, Butler nos faz pensar que o sujeito se forma com a contribuição do ambiente em que vive. Se trouxermos essa linha de raciocínio aos jovens autores dos textos em análise neste trabalho, teremos mais um subsídio para mostrar a ligação do produto final com as experiências de vida. Em outro trecho da mesma obra, Butler aborda mais um argumento que reforça nossa interpretação:

De certa forma, todos vivemos com essa vulnerabilidade particular, uma vulnerabilidade que é parte da vida corporal [...]. Esta vulnerabilidade, no entanto, torna-se altamente exacerbada em certas condições sociais e políticas, especialmente aquelas em que a violência é um modo de vida e em que os meios para garantir autodefesa são limitados⁷ (BUTLER, 2004, p. 29, tradução nossa).

Para Butler, o primeiro passo diante de tal realidade é ter consciência dessa vulnerabilidade, que não pode ser deixada de lado e que merece atenção. Afinal, como a própria autora afirma, trata-se de uma vulnerabilidade que integra a formação do sujeito, mas é acentuada diante da falta de políticas públicas de prevenção.

⁶ Transcrição do original: “We have all lost in recent decades from AIDS, but there are other losses that amict us, from illness and from global conflict; and there is the fact as well that women and minorities, including sexual minorities, are, as a community, subjected to violence, exposed to its possibility, if not its realization. This means that each of us is constituted politically in part by virtue of the social vulnerability of our bodies – as a site of desire and physical vulnerability, as a site of a publicity at once assertive and exposed. Loss and vulnerability seem to follow from our being socially constituted bodies, attached to others, at risk of losing those attachments, exposed to others, at risk of violence by virtue of that exposure”.

⁷ Transcrição do original: “In a way, we all live with this particular vulnerability, a vulnerability to the other that is part of bodily life[...]. This vulnerability, however, becomes highly exacerbated under certain social and political conditions, especially those in which violence is a way of life and the means to secure selfdefense are limited”.

4.1.2 Quando a pobreza ultrapassa a condição financeira

A exclusão social não é um mal que assola apenas países pobres, como lembra Wanderley (1999). Na verdade, acaba por demonstrar como algumas parcelas da população acabam separadas, “[...] seja pelas restrições impostas pelas transformações do mundo do trabalho, seja por situações decorrentes de modelos e estruturas econômicas que geram desigualdades absurdas de qualidade de vida” (p. 16). Então a pobreza é apenas um braço desses mecanismos excludentes. Wanderley explica, com suporte em Xiberras (1993), que do ponto de vista epistemológico é quase impossível delimitar a exclusão, em função de ser muito vasta: “excluídos são todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais ou simbólicos, de nossos valores” (XIBERRAS, 1993, apud WANDERLEY, 1999, p. 17). Para Wanderley, o que há, na verdade, não é a simples exclusão física, geográfica ou material, mas uma exclusão cultural, reflexo de um não reconhecimento de valores (1999, p. 18).

Conforme Maricato, “uma das faces centrais da exclusão é a ilegalidade generalizada”:

[...] ilegalidade nas condições de moradia (favela, aluguel informal de cômodo, loteamento ilegal), ilegalidade nas relações de trabalho, ilegalidade na ação da polícia ou desconhecimento de tribunais para a resolução de conflitos, além da impunidade. O Estado não está simplesmente ausente, mas sua presença pode dar-se de forma ambígua e arbitrária: repressor, paternalista ou clientelista (MARICATO, 1996, p. 83).

Atkinson (1998) aborda os reflexos da exclusão e refere-se a uma pobreza baseada em condições precárias de vida e tida como uma ameaça à coesão social. Como precariedade econômica e social, Atkinson enumera instabilidade conjugal, vida social e familiar inadequadas, pouca participação em atividades sociais e outros, todos componentes de “uma espiral viciosa de produção da exclusão” (1998, p. 110):

O conceito de exclusão social é dinâmico, referindo-se tanto a processos quanto a situações consequentes [...]. Mais claramente que o conceito de pobreza, compreendido muito frequentemente como referindo-se exclusivamente à renda, ele também estabelece a natureza multidimensional dos mecanismos através dos quais os indivíduos e grupos são excluídos das trocas sociais, das práticas componentes e dos direitos de integração social e de identidade [...] ele vai mesmo além da participação na vida do trabalho, englobando os campos de habitação, educação, saúde e acesso a serviços (ATKINSON, 1998, p. 109).

Para Vérias (1999), a pobreza é um conceito que está intimamente correlacionado à exclusão. Ou seja, a pobreza, na visão de Vérias, ultrapassa a privação de questões como o emprego, bens de consumo, direitos e até a liberdade e a esperança, atingindo assim uma dimensão moral, “não oferecendo mais alternativa e nem mesmo a possibilidade remota de ascensão social” (1999, p. 38). No entendimento da autora, existe a necessidade de entender a desigualdade por meio do que chama de “fenomenologia dos processos sociais excludentes”, e justifica dizendo que, “além de se produzirem e (re) produzirem relações marginais, cria-se também um universo ideológico no imaginário da sociedade de consumo” (1999, p. 39). Para exemplificar, recorre a exemplo citado por Martins (1997), que acredita que as políticas econômicas do Brasil na verdade não são políticas de inclusão, mas políticas:

de inclusão precária e marginal, ou seja, incluem pessoas nos [...] processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital (MARTINS, 1997 apud VÉRAS, 1999, p. 39).

Jodelet (1999) defende que exclusão é um conceito polissêmico. Para estabelecer uma delimitação, aborda a exclusão no sentido do nível de interações entre pessoas e entre grupos, o que nos interessa em função do nosso objeto de pesquisa. Para Jodelet,

a exclusão induz sempre uma organização específica de relações interpessoais ou intergrupos, de alguma forma material ou simbólica, através da qual ela se traduz: no caso da segregação, através de um afastamento, da manutenção de uma distância topológica; no caso da marginalização, através da manutenção do indivíduo à parte de um grupo, de uma instituição ou do corpo social; no caso da discriminação, através do fechamento do acesso a certos bens ou recursos, certos papéis ou status, ou através de um fechamento diferencial ou negativo. Decorrendo de um estado estrutural ou conjuntural de organização social, ela inaugurar um tipo específico de relação social. Sendo o resultado de procedimentos de tratamento social, ela se inscreverá em uma interação entre pessoas ou entre grupos (JODELET, 1999, p. 53).

Considerar o espaço em que ocorre a exclusão é um aspecto fundamental para Wanderley (1999), que destaca a necessidade de analisar o contexto em que esse processo ocorre, inclusive de acordo com fatos históricos (p. 18). No caso do Brasil, comenta a necessidade de resgatar as raízes da escravidão, que possuem reflexos

nas manifestações atuais (p. 19), ideia que faz coro ao que mencionamos anteriormente: não se trata de uma construção isolada, mas reflexo de um conjunto de situações. Baixa renda ou ausência dela, dificuldade de acesso a serviços públicos, bem como uma falta de poder de representação (social) estão entre os elementos que podem fazer parte desse conjunto (WANDERLEY, 1999, p. 23).

Maricato (1996) aponta a segregação ambiental como uma das faces mais importantes da exclusão social e a classifica como a parte mais relevante do processo. A autora justifica:

À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menores oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menores oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável (MARICATO, 1996, p. 56).

De fato, se observarmos a exclusão presente nas periferias de Caxias do Sul, provavelmente perceberemos um ou mais dos aspectos enumerados pela autora. Quando descrevemos o bairro Reolon anteriormente (onde está situado o CASE), mencionamos o arroio poluído que passa nas proximidades e os casos de violência, por exemplo, o que corrobora a teoria de Maricato. Para a autora, o que não é possível é mensurar a exclusão social. No entanto, salienta que ela pode ser caracterizada de acordo com “indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, sobretudo, a ausência da cidadania” (MARICATO, 1996, p. 57).

Wanderley chama a atenção para uma noção de conformidade da exclusão que muitas vezes acaba sendo naturalizada: a ideia de que “isso é assim e não há nada para fazer”, gerada em função da promoção da reprodução do ciclo de exclusão, que é demonstrada tanto por uma aceitação da situação a nível social quanto pela atitude do próprio sujeito excluído (1999, p. 23). Para a autora, essas características servem para contribuir com esse ciclo de exclusão, reforçando-o e reproduzindo-o. E pontua: “O estigma que é definido como cicatriz, como aquilo que marca, denota claramente o processo de qualificação e desqualificação do indivíduo na lógica da exclusão” (WANDERLEY, 1999, p. 24).

Maricato (1996) destaca que a exclusão social segue o processo de industrialização e de urbanização do Brasil (p. 76), mas não é algo que chegou à sociedade brasileira juntamente com a globalização. Era uma realidade obviamente já existente mas que, na interpretação da autora, foi impactada pelo aumento da pobreza nos anos 1980, bem como da violência urbana.

Estamos nos referindo aqui à violência expressa na criminalidade, em particular nos homicídios, mas é necessário lembrar que constitui expressão de violência a exclusão econômica, social, cultural, legal e ambiental [...]. Numa sociedade tão desigual o conceito de violência está frequentemente ligado à delinquência proveniente dos marginais ou dos mais pobres. Trata-se de conceito classista de uma sociedade que prioriza a defesa do patrimônio individual antes de priorizar por exemplo a integridade do trabalhador ou da criança [...] (MARICATO, 1996, p. 77).

A autora ainda relaciona a violência às áreas concentradoras de pobreza. Para embasar, cita pesquisa realizada por James Petra, da Universidade do Estado de Nova Iorque, sobre a relação entre a desindustrialização (que Maricato cita como elemento da pobreza e, por tabela, da exclusão) e a delinquência nas cidades norte-americanas de Boston, Chicago, Detroit, Newark e Nova Iorque (1996, p. 82). O estudo teve duração de 38 anos, compreendidos entre 1950 e 1988, e demonstrou, conforme Maricato, que a perda da integração à sociedade, da estabilidade da família e mesmo a perda de autoridade que o chefe da família exercia quando empregado estavam ligados à ampliação do número de casos de roubos e de homicídios. Trata-se de dado que indiretamente diz respeito à nossa pesquisa, se pensarmos que alguns dos textos escritos por internos do CASE e que analisaremos abordam justamente as situações precárias, algumas de extrema vulnerabilidade, para relatar histórias de vida que culminaram na reclusão – não importando aqui, como mostraremos posteriormente, a mescla ficcional supostamente presente em alguns dos relatos, mas aproveitando os elementos textuais para desenvolver as reflexões.

4.2 ADOLESCENTE NA SOCIEDADE DE CONSUMO

Outra contextualização necessária para seguir o fio condutor desta pesquisa é situar os jovens autores do nosso *corpus* em uma sociedade de consumo. Baudrillard (1995) faz o que chama de análise da lógica social do consumo, classificando-o sob dois aspectos. Primeiro, o consumo como “*processo de significação e de comunicação*”, ou seja, em que o consumo se revela como “sistema de permuta e

equivalente de uma linguagem” (1995, p. 59, grifo original). E conforme o segundo ponto, como “*processo de classificação e de diferenciação social*, em que os objetos/signos se ordenam, não só como diferenças significativas no interior de um código, mas como valores estatutários no seio de uma hierarquia” (p. 60, grifo original).

A sociedade de consumo é ainda a sociedade de aprendizagem do consumo e de iniciação social ao consumo – isto é, modo novo e específico de socialização em relação à emergência de novas forças produtivas e à reestruturação monopolista de um sistema econômico de alta produtividade (BAUDRILLARD, 1995, p. 81).

Featherstone (1995) salienta a importância de tratar de uma cultura de consumo, em vez de simplesmente considerar que o consumo é apenas fruto da produção (p. 31). Menciona uma “lógica do consumo”, ou seja, o uso de bens para demarcar relações sociais, justamente o que podemos depreender quando lemos nos textos de internos do CASE a respeito da vontade de adquirir um bom carro ou sobre o prazer de ostentar – trechos que apresentaremos mais adiante.

O autor diferencia os casos em que um objeto é considerado pelo seu valor monetário, exemplificando com uma garrafa de vinho do Porto, de outros que possuem uma valorização simbólica, que deixam de ser avaliados como uma mercadoria e passam a ser vistos pelo seu significado (caso de um presente herdado de um familiar) ou seja, aqueles itens sobre os quais costuma-se dizer que “não têm preço”, já que têm capacidade de “simbolizar relações pessoais intensas e de evocar a memória dos entes queridos” (FEATHERSTONE, 1995, p. 36-37), diz, citando Rochberg-Halton (1986). Assim, objetos de arte ou aqueles produzidos especialmente para serem utilizados em rituais, segundo o autor, são dotados de uma carga simbólica específica, não sendo tratados como meras mercadorias. Por outro lado, Featherstone explica que a roupa, por meio de seus diferentes estilos e marcas, e outros produtos da moda constituem “um conjunto de pistas usado no ato de classificar os outros” (p. 39).

Quando nos deparamos com essa análise que diz respeito ao modo de vestir como uma forma de “classificar” o outro, recorrendo ao termo usado por Featherstone, não podemos deixar de imaginar alguns sonhos de ostentação possivelmente vividos pelos jovens internos do CASE, como a intenção de possuir itens como tênis de grifes famosas ou peças de roupa cujas marcas os ajudem a se sentir inseridos em determinados grupos. É como se a imagem do jogador de futebol com roupas e óculos

de marcas cobiçadas, do músico com correntes douradas no pescoço e dos celulares com tecnologia de ponta exibidos por famosos nos comerciais de televisão fossem um ideal a ser seguido, por já fazerem parte de um imaginário aos poucos construído.

Lipovetsky e Serroy explicam que as marcas ganharam uma amplitude: elas criaram uma nova forma de cultura, presente em todo o globo, e hoje são objeto de discussões e servem de referência até para a localização no tempo: “Quem quiser dizer o que foram o século XX e o princípio do XXI deverá necessariamente dizer Coca, Levi’s, Vuitton, Apple, Sony, Nike, Dior, Rolex...” (LIPOVETSKY; SERROY, 2011, p. 99). As marcas servem também como elemento gerador de uma identificação coletiva: “Nike ou Converse, para aqueles que os usam, são mais do que simples calçados; são realmente elementos de definição de si próprio e de inclusão em um grupo que partilha os mesmos valores” (2011, p. 100). É dessa busca de inclusão que falamos, tese que é reforçada quando os autores afirmam que “Na época do hiperconsumo, as grandes marcas de luxo aparecem como o sonho acordado da cultura-mundo” (2011, p. 101).

Francisco (anexo c), de 18 anos, admite em seu texto justamente esse desejo pela posse de artigos de marcas cobiçadas, provavelmente aquelas que via amigos exibirem:

Minha avó nunca deixou faltar nada em nossa casa, roupa, comida, material escolar, calçados... e sempre me deu muito amor e atenção. Mas não me contentei mais com as coisas que minha avó me dava. Assim, comecei a roubar para conseguir ter as coisas de marcas caras, cada dia mais envolvido em situações erradas, achando que nada aconteceria comigo (RECRIAR, 2016, p. 276).

Ou seja, para ele não bastava ter o que era necessário e que a avó tinha condições de prover: interessava mesmo era conseguir, a qualquer custo, aqueles itens das marcas que desejava ostentar.

O rapto da filha do apresentador e empresário Silvio Santos, Patrícia Abravanel, em 2001, é um caso que ajuda a ilustrar a linha de raciocínio que estamos propondo. Na época, os sequestradores pediram R\$ 500 mil pelo resgate de Patrícia, que ficou sete dias em cativeiro. Calligaris (2004), em crônica publicada no jornal *Folha de São Paulo* e editado no livro *Terra de ninguém*, narra que o pai de dois dos criminosos contou que seus filhos estavam desempregados, buscavam o sustento fazendo “bicos” e que agiram por frustração. Calligaris alerta, no entanto: a dupla não vivia na

miséria, não recorreu ao crime por desespero por colocar comida na mesa. Para o autor, eles “estavam frustrados na corrida social ordinária: queriam mais bugigangas de *shopping center*” (CALLIGARIS, 2004, p. 129, grifo original). Não queremos aqui argumentar que a necessidade financeira justifique que se cometa um delito, e acreditamos que Calligaris entende da mesma forma, mas recorremos a esse exemplo para mostrar como essa urgência pelo “ter” é alimentada por uma engrenagem social que se mantém em paralelo com os abismos entre classes, contexto em que o crime é um desfecho até previsível.

Como uma espécie de exibicionismo, essa ostentação da qual falamos parece ser uma forma de autoafirmação do indivíduo, como se fosse necessário demonstrar a posse de algo para poder se sentir efetivamente aceito em uma sociedade. Contemporaneamente, esse movimento é muito percebido nas letras de música do gênero conhecido como funk ostentação, uma vertente do funk nascida na Baixada Santista, em São Paulo, no início dos anos 2000, e que deixava um pouco de lado as letras que remetiam à sexualidade para abordar os desejos de consumo da periferia (ABDALLA, 2014, p. 35).

A busca incessante pode se mostrar ainda mais cruel para aquele jovem em vulnerabilidade social, para o qual, logicamente, a conquista material se mostrará mais difícil do que para os que desfrutam de condições de vida confortáveis. Basta pensarmos que, para uma família pobre, adquirir um determinado item será fruto de muito esforço ou da opção por abdicar de outra posse. É como se aqueles que por toda a vida enfrentaram dificuldades financeiras estivessem sempre a uma distância maior do objeto material, exigindo um empenho muito mais intenso. Debord (1997) aborda o momento em que a mercadoria passa a representar a ocupação total da vida social da pessoa, quando “[...] não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo” (p. 30). É como se existisse algo como uma “cegueira”, uma necessidade de consumir para satisfazer a algum desejo, não importando mais quais são os sacrifícios necessários para alcançar aquele bem.

Essas conquistas materiais, pelo que podemos presumir, muitos de nossos autores teriam dificuldades de alcançar, se tomarmos como exemplo casos como o de Antônio (anexo d), mencionado a seguir. Reconhecemos que o relato pode ou não ser autobiográfico, mas, de qualquer forma, carrega elementos que retratam um cenário de dificuldade, seja uma transcrição da realidade ou uma construção ficcional.

Nasci numa família pobre. Antes mesmo de completar um ano de idade, já havia habitado várias cidades, de favor ou aluguel. Nesta mesma época, meu pai biológico começou a beber demais, usar drogas e cometer alguns delitos. Assim sendo minha mãe resolveu se separar dele, pois ele nos maltratava, a mim e a minha irmã, e deixava faltar coisas básicas do dia a dia de uma casa (RECRIAR, 2016, p. 192-193).

O fascínio pelo consumo não é um movimento recente, mas é de certa forma ressignificado e reinterpretado com o passar do tempo. Como exemplo, podemos observar que um sonho de consumo de boa parte dos jovens nascidos a partir das décadas de 1980 e 1990 é por uma conquista não material: o acesso a temporadas de estudos e aventuras fora do Brasil, por meio de programas de intercâmbio, como forma de viver uma experiência diferente e longe de casa.

Voltando no tempo, na Paris do século XIX o surgimento de lojas de departamento e galerias dava à cidade a aparência de um “mundo de sonhos”, alimentado pelo impulso do capitalismo, que proporcionava que a variedade de mercadorias em exposição fosse constantemente renovada (BENJAMIN apud FEATHERSTONE, 1995, p. 43). Todo esse processo foi fazendo com que o consumo fosse, de certa forma, alimentado. Depois, com o crescimento dos meios de comunicação de massa, por meio de notícias e imagens impressas, bem como do rádio, o movimento voltado ao consumo foi sendo reforçado. Assim, observa-se um “papel revigorado da cultura nas cidades ocidentais contemporâneas, cada vez mais centros não somente do consumo cotidiano, mas também de uma extensa série de mercadorias e experiências simbólicas” (FEATHERSTONE, 1995, p. 44-45).

Bauman (2008) demonstra a sociedade de consumo como aquela que tem como base a promessa de atender aos desejos humanos, e cuja promessa de satisfação permanece sedutora enquanto a vontade segue insatisfeita (p. 63). Ou seja, “a sociedade de consumo prospera enquanto consegue tornar perpétua a *não-satisfação* de seus membros (e assim, em seus próprios termos, a infelicidade deles” (BAUMAN, 2008, p. 64, grifo original). É como se o sujeito vivesse em uma busca permanente pela conquista de posses, gerando novas vontades a partir do momento em que as antigas vão sendo atendidas.

Para McCracken, existe uma ligação com o bem de consumo muito antes de ele ser adquirido, que opera em uma relação emocional, uma circunstância social ou um estilo de vida, como em uma espécie de sonho. Conforme o autor, “o indivíduo antecipa a posse de um bem e, com esse bem, a posse de certas circunstâncias ideais

que no momento existem em um local distante” (MCCRACKEN, 2003, p. 142). Para exemplificar, McCracken fala sobre um sujeito que tenha o plano de um dia conquistar uma “casa de campo coberta de rosas” e, segundo o seu raciocínio,

o indivíduo pensa sobre a eventual posse de tal casa de campo e, nesse processo, reflete sobre a posse de todo um jeito de viver que especifica mais ou menos explicitamente um certo tipo de estilo de vida, de esposa, de arranjo doméstico e assim por diante (MCCRACKEN, 2003, p. 142).

Quer dizer, conforme McCracken, ao idealizar esse objetivo maior, que no exemplo é a “casa de campo coberta de rosas”, a pessoa está imaginando todo um conjunto de conquistas que fariam parte de um mesmo pacote e que viriam a reboque.

Em uma análise contemporânea, Kehl (2008) usa o rap em comunidades da periferia de São Paulo como objeto de estudo. A autora faz reflexões a partir de trechos de músicas de grupos como Racionais MC’s e Planet Hemp e mostra como muitos dos anseios vividos por quem vive à margem acabam sendo propagados por esse meio. A autora chama as letras de “falas”, assim como pretendemos interpretar os textos escritos pelos jovens do CASE.

Entre os temas abordados nas canções estão tópicos que também aparecem na nossa pesquisa, mesmo que de forma breve, como a violência e o uso de drogas. Para Kehl, é como se existisse um certo fascínio, como se observa no trecho a seguir:

O crime e a droga são tentações enormes, agravados ainda pela falta de alternativas. O rap não oferece, evidentemente, nenhuma saída material para a miséria; também não aposta na transgressão como via de auto-afirmação, como é comum entre os jovens de classe média [...]. Muito menos no confronto direto com a principal fonte de ameaças contra a vida dos jovens, que a julgar pelo rap, é a própria polícia. Conformismo ou sabedoria? Provavelmente um pouco de cada um, se é que se pode considerar conformista o ceticismo dos manos quanto à possibilidade de enfrentamento com as instituições policiais no Brasil (KEHL, 2008, p. 82-83).⁸

Kehl aponta o poder destrutivo da droga, capaz de jogar o dependente “nas mãos do pior tipo de capitalista selvagem – o traficante” (2008, p. 83). Em alguns dos textos dos jovens do CASE, encontramos relatos sobre o contato com os

⁸ Em relação a esse trecho escrito por Kehl, é importante pontuar que nos textos dos jovens do CASE que pesquisamos não encontramos referências a essa ameaça representada pela polícia. Sabemos que os trabalhos passaram por processo de edição e não temos condições de apurar se os autores chegaram a mencionar essa relação com os policiais, mas ponderamos que essa ausência pode se tratar de uma espécie de assujeitamento, assunto sobre o qual trataremos no capítulo cinco.

entorpecentes e a entrada na criminalidade como alternativa para conseguir manter o vício. Kehl aborda o poder de exploração ao qual o usuário acaba submetido:

A droga representa o primado do individualismo, com seu apelo ao gozo solitário e imediato, e os reis do tráfico não se diferenciam dos policiais violentos nem dos grandes especuladores do capitalismo: exploram até a morte crianças e jovens, viciados ou passadores de droga. Eles não sofrem as condições da vida na periferia e sim, ao contrário, aproveitam-se dela (KEHL, 2016, p. 83).

Além de contextualizar os reflexos da busca pela droga, Kehl cita a sociedade de consumo como outra responsável por abrir caminho para a violência, destacando o que chama de “lado ‘careta” dessa sociedade e mencionando que “o fetiche da mercadoria também produz alienação e pode conduzir ao crime” (2008, p. 83). É o que observamos em textos como este de autoria de Cássio (anexo e), de 17 anos, que aborda o crime como caminho para o “dinheiro fácil” e em seguida diz que “[...] Hoje, me encontro na detenção, com vários irmãos... Mas logo... logo estarei no mundão. De Audi... do meu paizão... mais tarde, vou investir no meu Opalão” (RECRIAR, 2016, p. 300). Portanto, mesmo que perceba que o caminho trilhado o levou à internação no CASE, o plano de vida citado por Cássio segue voltado ao material, ou seja, à conquista de um automóvel.

Outro exemplo que podemos citar é o de Jorge (anexo f), de 17 anos, que também usa a expressão “dinheiro fácil”, que sabemos que pode ter sido fruto de edição, o que não diminui a importância da mensagem transmitida. Trata-se da ideia de conquistas rápidas, com o objetivo de sanar o desejo pela posse material:

[...] Um menino de família de classe baixa, a vida dele não era fácil, pois em casa o “muleke” havia dificuldades a enfrentar. Saindo de casa, o “muleke” percebeu que podia ganhar dinheiro fácil e rápido na “vida loka”. Pois gostava de adrenalina... de muita adrenalina. Cometeu sabotagens e sua vida tornou-se um pesadelo. Porém, tinha um sonho, o de ajudar a sua família e de viver uma vida normal! (RECRIAR, 2016, p. 281).

Nas linhas transcritas acima, percebe-se a presença tanto da marginalidade quanto do sonho: ao mesmo tempo em que Jorge fala das “sabotagens” que cometeu, destaca a intenção de auxiliar seus familiares e ter uma vida “normal”, que presumimos que seja o cotidiano longe do crime e do risco de acabar recluso novamente. Grande parte dos textos do nosso *corpus* dão conta justamente disso, do paradoxo entre a criminalidade e os sonhos, geralmente esperanças acalentadas pela

classe média, como possuir boas condições de vida em família. Debord (1997) salienta que “À medida que a necessidade se encontra socialmente sonhada, o sonho se torna necessário” (p. 19), ou seja, alimentar as esperanças parece fazer parte do cotidiano dos nossos jovens autores, mesmo que elas sejam utopias de uma vida perfeita. É como se o ideal de uma “vida de cinema” fizesse parte do imaginário dos adolescentes do CASE.

É evidente que o consumo nem sempre terá a capacidade de aplacar carências vividas pelo indivíduo ou de evitar o sofrimento causado por situações diversas. Em relação a isso, basta considerarmos que os jovens que escreveram os textos do nosso *corpus* o fizeram enquanto estavam reclusos em um centro de atendimento socioeducativo, sujeitos a um dia a dia regrado e sem as liberdades vivenciadas no mundo externo. McCracken é taxativo em relação a esse resultado que os bens materiais nem sempre causarão ao sujeito: “Com efeito, quando um indivíduo compra todas as coisas que serviram como pontes para o significado deslocado e descobre que seus ideais permanecem irrealizados, a vida muda irrevogavelmente” (MCCRACKEN, 2003, p. 145).

Kehl tece uma breve crítica ao modo com que a publicidade exerce papel influente sobre os jovens, dizendo que, além de bens materiais, como carros e cartões de crédito, a publicidade é responsável por vender “sonhos, ideais, atitudes e valores para a sociedade inteira” (KEHL, 2008, p. 155). A autora recorre a Bucci (2004) para mostrar um motivo para a ineficácia de campanhas contra o uso de drogas voltadas ao público jovem. Kehl reflete e faz um questionamento:

a publicidade oferece delírios e alucinações de prazer associados ao consumo de um chocolate ou de um refrigerante; com isto, convoca seu público a gozar sempre muito e sempre mais; como pode de repente abrir uma exceção e pedir ao jovem que renuncie ao prazer frágil que a droga proporciona? (KEHL, 2008, p. 156).

Jovens da idade dos autores das redações que estudamos estão, a todo tempo, sujeitos à influência e ao fascínio provocados pela publicidade, que é pensada para despertar fortemente o desejo de possuir determinado produto. Kehl também argumenta que a publicidade serve para “pautar a atitude jovem”. Para a autora, a questão não se restringe às mensagens isoladas transmitidas por uma ou outra propaganda, mas a uma “grande e única mensagem que atravessa todos os anúncios, que cria o caldo de cultura onde crescem as crianças e adolescentes brasileiros. Essa

mensagem é, com unanimidade, uma mensagem de ‘gozo’ (KEHL, 2008, p. 174). Kehl faz referência ao poder de convencimento exercido pela mensagem, que na opinião da autora “educa’ mais do que a escola e a família, é mais onipresente na vida das crianças do que os pais e professores” (KEHL, 2008, p. 174).

Para Kehl, o adolescente é defrontado seguidamente por mensagens que impulsionam ao consumo e acaba sendo “convidado” a se identificar com essa imagem propagandeada. A autora sentencia: “dizer que essa exuberante oferta imaginária não produz identificações, é ingenuidade ou má fé” (KEHL, 2008, p. 174).

A partir disso, pensemos em um adolescente que, ao praticar pequenos delitos e se deparar com a ilusão do “dinheiro fácil”, passa a conviver com o desejo de conquistar cada vez mais: dos tênis de marca ao celular mais moderno, da ostentação com bebidas e drogas em festas ao sonho de um carro potente. Atentemos ao que destaca Daniel⁹ (anexo g), de 18 anos, que escreveu no *Recrilar Textos* sobre seu sonho: “Comecei a fazer tráfico de drogas e outras coisas erradas, e ali terminava o sonho de ser um grande jogador e começava o de ser um poderoso traficante, ostentando com muito dinheiro e carros luxuosos” (RECRILAR, 2016, p. 272). Kehl destaca que o “apelo ao gozo sem limites” feito pelas marcas “delineia o horizonte para nossos desejos, de forma tão eficiente que acreditamos na autenticidade deles” (KEHL, 2008, p. 175).

McCracken faz uma análise esclarecedora sobre esse fenômeno da busca incessante:

Nosso gosto por luxos, por bens além do nosso poder de compra convencional, não é simplesmente cobiça, não é apenas auto-indulgência. É tributável também à nossa necessidade, enquanto grupo e enquanto indivíduos, de restabelecer o acesso a ideias que deslocamos para locações distantes no tempo e no espaço. Esse fenômeno cultural e psicológico tem sua própria racionalidade peculiar. É de uma só vez mais complicado, mais sistemático e mais curioso do que reconhecemos a princípio (MCCRACKEN, 2003, p. 148).

A “necessidade” de possuir algo – que grafamos entre aspas porque, na verdade, não é uma necessidade no real sentido da palavra, mas torna-se um sentimento de necessidade a partir do apelo do consumo – parece estar ligada à busca por “fazer parte”. É como o caso do sujeito que, em um emprego novo e na tentativa de se adequar ao sistema do lugar que o emprega, sente vontade de mudar

⁹ O texto de Daniel será profundamente analisado no capítulo 5, em que trataremos de assujeitamento.

a forma de vestir, de adquirir peças de roupa que o façam se sentir como parte daquela engrenagem. Quem nunca ouviu falar que “fulano vai ter que se vestir melhor no novo emprego”? Para completar essa linha de raciocínio sobre o consumo, observemos o que escreve Baudrillard:

Todo o discurso sobre as necessidades assenta numa antropologia ingênua: a da propensão natural para a felicidade [...]. A força ideológica da noção de felicidade não deriva da inclinação natural de cada indivíduo para a realizar por si mesmo. Advém-lhe, sócio historicamente, o fato de que o mito da felicidade é aquele que recolhe e encarna, nas sociedades modernas, o mito da Igualdade (BAUDRILLARD, 1995, p. 47).

Enfim, quando abordamos o consumo, precisamos reconhecer que se trata de um movimento que aqui, logicamente, analisamos levando em consideração o *corpus* de pesquisa sobre o qual nos debruçamos, mas que precisa ser compreendido como algo que integra – e afeta – o cotidiano de uma sociedade como um todo, seja ela composta de indivíduos mais ou até menos vulneráveis.

5 RECLUSÃO E ASSUJEITAMENTO

5.1 “MINHA ROTINA AQUI É SEMPRE A MESMA”: POR DENTRO DO CASE

Diante da necessidade de me apropriar das rotinas vivenciadas pelos jovens, como suporte para melhor compreender os textos, fiz duas visitas ao CASE. Como o *corpus* da pesquisa é composto por trabalhos escritos em oficinas em sala de aula, foi por meio da Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire, localizada nas dependências da instituição, que estabeleci os contatos.

A primeira visita ocorreu na tarde de 3 de outubro de 2017, uma terça-feira. Naquele dia, excepcionalmente, os internos não tiveram aulas, mas dois momentos de mateada – um pela manhã e outro à tarde – organizados pelos funcionários do colégio. A atividade foi alusiva à Semana Farroupilha, que é celebrada em setembro, mas na escola do CASE ocorreu apenas em outubro em função de professores terem aderido à greve da rede estadual de ensino, o que atrasou atividades.

Cheguei ao CASE às 13h50min e, como encontrei o portão de acesso de veículos aberto, fui direto à porta principal do prédio, sem acionar o interfone para visitas externas. Após uma batida no vidro da porta, fui recebida por um funcionário. Me apresentei e em seguida fui atendida pela supervisora da escola. Sem precisar passar por revista pessoal ou equipamento de raios x, seguimos por dentro do prédio. Ao ultrapassarmos uma porta interna de ferro, informei meu nome a um socioeducador (como são chamados os agentes que trabalham na instituição) do CASE. Caminhamos pelo corredor lateral à quadra de esportes coberta, que ocupa o eixo central do prédio e ao redor da qual ficam celas e outras salas. Ingressamos em um corredor estreito à esquerda e chegamos ao espaço que concentra salas de professores, da direção e cozinha da escola – a área é separada por portas de ferro da parte onde ficam as celas e demais dependências.

Naquele momento, os professores solicitaram que eu deixasse bolsa e celular na sala da direção, para que pudéssemos seguir até o auditório onde ocorreria a mateada. Carreguei comigo apenas um caderno e uma caneta e, para evitar qualquer intimidação que pudesse alterar comportamentos ou que informações fossem de alguma forma censuradas, optei por não gravar o encontro. De volta ao corredor lateral à quadra, que é caminho para o auditório, conversei com professores até por volta de 14h15min, quando nos direcionamos ao local da mateada. As professoras usavam

saias e vestidos de prenda e levaram cinco cuias com chimarrão pronto e cinco garrafas térmicas. Fomos até uma porta de ferro a cerca de cinco metros do auditório. Neste momento, a constatação de uma sistemática tal qual a aplicada em presídios: uma porta só é aberta quando todos os internos que ocupam aquele espaço são retirados – a regra é essa, uma porta só se abre depois que a anterior for fechada.

Entramos no auditório, uma sala em que cadeiras plásticas foram dispostas em formato de círculo, para que os internos se acomodassem, ao som de música gaúcha. Os jovens começaram a ser levados pelos agentes do CASE das celas para o auditório às 14h30min, sem usar algemas. Eram 35 garotos (cerca da metade da lotação do CASE naquele dia), que chegaram aos poucos e cumprimentaram a todos – inclusive a mim – com um aperto de mão. Apenas poucos rapazes evitaram o cumprimento. Ao questionar uma professora, fui informada que eles são ensinados a sempre saudar agentes, professores e visitantes dessa mesma forma, tanto na chegada quando na saída de qualquer evento, incluindo as aulas.

Os garotos se acomodaram nas cadeiras e observei que muitos tinham boa afinidade entre si. Os 35 rapazes que participaram dessa atividade, no turno da tarde, ficam alojados na mesma ala do CASE – o prédio é dividido em duas partes, de acordo com critérios como idade, delito cometido e até se pertencem a alguma facção, para que rivais não entrem em confronto. Ou seja, o sistema de separação dos internos ocorre aos moldes dos presídios, onde os detentos são colocados nas chamadas galerias.

Apesar de não ser um dia quente, percebi que os jovens não calçavam sapatos: todos estavam de chinelos de dedo, a maioria usando meias. Isso ocorre porque os tênis e sapatos só são permitidos para momentos em que eles deixam o prédio, como para audiências ou outras saídas autorizadas. O motivo da proibição é que muitos deles costumavam deitar no chão e bater os pés calçados nas portas de ferro das celas, o que é chamado internamente de “fazer pedaladas”, ação típica para chamar a atenção de agentes ou até adotada no início de rebeliões.

Integrantes do Grupo de Tradições e Cultura Nativa (GTCN) Velha Carreta entraram no auditório para uma apresentação e a diretora da escola deu as boas-vindas a todos. Enquanto os rapazes tomavam chimarrão, os componentes da inverno juvenil executaram números de dança e duas músicas tocadas na gaita, ao vivo. Ao final, as duas meninas e os três garotos do GTCN se apresentaram, informando nome, idade e a escola onde estudam, a pedido da diretora do colégio. A

iniciativa parece ser uma espécie de incentivo aos internos: transmite a ideia de reforçar o vínculo entre os jovens e a escola.

Observei que o auditório estava decorado para a ocasião: em uma das paredes, acima de um palco que não foi utilizado nas apresentações – o grupo dançou no chão, ao centro do círculo formado pelos internos – havia um cartaz que dizia “Mateada Paulo Freire” e a imagem de um peão e uma prenda. Em outras paredes, cartazes de papel pardo mostravam informações sobre erva-mate, lenda do Negrinho do Pastoreio e outros elementos ligados à cultura gaúcha.

Após esse momento, a diretora agradeceu aos visitantes e, antes que fosse servido o lanche – arroz de carreteiro –, e como um fechamento das apresentações, a docente convidou a todos para uma oração, sem mencionar qual seria. De forma automática, em movimentos aos quais pareciam já estar acostumados, todos se deram as mãos (internos, professores e demais agentes, visitantes e eu, inclusive) e iniciaram um Pai-Nosso (oração católica). As palavras eram bradadas. Ao final, todos aplaudiram e retomaram seus lugares. Em seguida, o carreteiro foi oferecido em pratos plásticos – as colheres, também plásticas, foram devolvidas após o uso.

Permaneci no auditório até as 16h, quando o lanche foi servido. Para a saída, o procedimento foi o mesmo da entrada: uma porta de ferro era aberta pelos agentes à medida em que a anterior era fechada. Fui até a porta de saída acompanhada de uma professora.

A segunda visita ocorreu na manhã da segunda-feira seguinte, dia 9 de outubro. Cheguei ao CASE às 8h e logo fui conduzida à sala dos professores. Lá, onde novamente tive que deixar celular e bolsa, recebi um colete branco para vestir sobre a roupa, igual aos usados pelos professores. Por volta de 8h20min nos direcionamos às salas de aula, após ultrapassar uma porta de ferro interna.

Acompanhei uma aula de Português para três jovens, dois de 18 e um de 17 anos. Tanto eles quanto os que estavam na sala de aula ao lado cumprimentaram a mim e às professoras com um aperto de mão, exatamente como ocorreu na tarde em que acompanhei a mateada.

Na sala de aula, classes e cadeiras são dispostas em formato quadricular, para que o professor circule no meio do espaço, sem dar as costas aos internos. Há quadro-negro e duas prateleiras de ferro parafusadas na parede: a maior delas acondiciona dezenas de livros didáticos, e a menor serve como apoio para o professor, que também dispõe de uma mesa. As salas de aula eram antigas celas, de cerca de seis

metros quadrados, o que se nota pelas portas: de ferro, com apenas uma abertura de cerca de 10 cm por 20 cm à altura dos olhos. Há uma câmera no canto da sala. As janelas são do tipo basculante e se vê grades no lado externo. Durante o período de aula, a porta da sala ficou encostada – os agentes permaneceram nos corredores.

Com exceção dos livros que ficam na sala de aula, na prateleira de ferro, todos os materiais são levados pelo professor diariamente – os alunos não podem armazenar qualquer item consigo, logo, os estudos se concentram na escola. Para cada estudante, o docente carrega um saco plástico acondicionando os cadernos, de tamanho pequeno e de modelo brochura, sem espiral. Canetas, lápis, borracha, apontador e tesoura são colocados em um estojo único: ao chegar na sala, observei que a docente que eu acompanhava os dispôs na mesa e, em seguida, um agente do CASE fez a contagem das unidades – o mesmo procedimento ocorreu ao final da aula, para evitar que quaisquer materiais fossem transportados pelos internos para as celas.

Na primeira aula que assisti, para primeiro ano do Ensino Médio, os jovens foram convidados a escrever redações para atividade semelhante ao *Recriar Textos*: o 1º Concurso Literário da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), órgão ao qual o CASE está vinculado. Dois dos adolescentes escreveram durante a aula, mas o terceiro se recusou mesmo diante da tentativa de convencimento da professora, que sugeriu que ele escrevesse uma carta para a mãe – o garoto respondeu que a mãe está morta.

A aula encerrou às 9h30min, quando os agentes passaram nas salas para fazer a contagem dos materiais (canetas, lápis, borracha, apontador e tesoura). Com um aperto de mão como despedida, os jovens deixaram as salas, no térreo, e foram revistados antes de retornarem às celas, no primeiro andar. Só após todos os internos serem encaminhados ao primeiro andar e a porta de ferro ser fechada é que os docentes e eu pudemos deixar o corredor das salas de aula e seguir à sala dos professores.

O retorno às salas de aula ocorreu por volta de 10h. Desta vez, acompanhei uma aula de Química de segundo ano do Ensino Médio para uma turma de quatro garotos. A professora revisou conteúdo sobre fórmulas de compostos químicos e passou exercícios. A classe se encerrou por volta de 11h30min.

As lições são para ensino fundamental, ensino médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), de acordo com a idade do interno. Além de idade e série, a divisão das

turmas respeita o critério de não misturar internos das alas A e B. Os alunos recebem as lições em um dos turnos: manhã, tarde ou vespertino. Para os ensinamentos fundamental e médio os encontros são diários, e para o EJA, em dias alternados. Ao todo, a estrutura conta com sete salas de aula e uma equipe de 16 profissionais, sendo 14 professores.

5.2 “HOJE, ESTOU AQUI... TRANCADO”: O CASE COMO UMA INSTITUIÇÃO TOTAL

Ao abrigar jovens em cumprimento de medidas socioeducativas após terem cometido algum delito, e funcionar como moradia sob regime de privação completa da liberdade (exceto nos casos em que o jovem tem o direito de acesso ao mundo externo para atividades como cursos ou para ver a família) mesmo que provisoriamente, o CASE de Caxias do Sul apresenta características que levam a entendê-lo sob a ótica de uma instituição total, conceito cunhado por Goffman a partir de uma pesquisa de campo iniciada no Hospital St. Elizabeths, em Washington D.C., Estados Unidos, acrescida de apoio em ampla bibliografia. Logo na introdução de *Manicômios, prisões e conventos*, Goffman conceitua instituição total:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 1996, p. 11).

O conceito estabelecido por Goffman diz respeito aos três tipos de instituições mencionados no título da obra (manicômios, prisões e conventos) e o CASE, sigla que define Centro de Atendimento Socioeducativo, funciona, na verdade, aos moldes de um presídio: o prédio é completamente fechado e cercado por muros e, internamente, reforçadas portas de ferro servem para separar um setor do outro, como apresentado no relato das visitas feitas anteriormente. Portas fechadas, muros altos e arame farpado estão entre as características enumeradas por Goffman para identificar fisicamente as instituições totais, cujo “fechamento”, que o autor cita entre aspas, “é simbolizado pela barreira à relação com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico” (1996, p. 16), como os portões e cercas.

Também a exemplo dos presídios, os internos não permanecem algemados, mas dormem em celas e têm toda a rotina determinada pelas regras da instituição. O sistema de segurança segue os moldes de penitenciárias: logo na recepção do CASE um banner explica, além dos procedimentos de revista pelos quais devem passar os visitantes, que qualquer alimento levado para os internos não é entregue sem antes passar pelos agentes locais. Na nossa visão, é possível afirmar que a grande diferença entre o CASE e uma penitenciária, além da óbvia questão da idade do público que pode abrigar, é, na verdade, apenas a nomenclatura.

Partindo-se dessa breve explicação e do conceito proposto por Goffman, pode-se entender o CASE como uma instituição total, afinal de contas, serve como um espaço de moradia fixa para jovens em privação de liberdade, onde permanecerão por um período máximo de três anos, segundo o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para os casos de internação em centros de atendimento socioeducativo. Em função do pouco contato com o mundo externo, é dentro das paredes da instituição que esses jovens passam dia e noite, criando laços de amizade com outros internos e com as equipes de trabalho.

Uma vez exposto o que entende como instituições totais, Goffman faz uma análise de características dos internos, bem como dos regramentos existentes nesses locais. Ao apontar que os internados em geral chegam à instituição com uma “cultura aparente” (1996, p. 23), Goffman nos leva a refletir sobre a ideia de que, em relação aos adolescentes que estão no CASE, uma bagagem de vida construída além das portas de ferro não é deixada de lado. São experiências, conhecimentos e laços afetivos que não ficam de fora da “mala” transportada pelo jovem ao ingressar no Centro de Atendimento. Goffman explica que essa “cultura aparente”, que ele grafa entre aspas, é “derivada de um mundo da família – uma forma de vida e um conjunto de atividades aceitas sem discussão até o momento de admissão na instituição” (1996, p. 23).

Goffman pondera que a vida dentro de uma instituição total não pressupõe a mera substituição de “algo já formado pela sua cultura específica” (p. 23). Logo, essa afirmação do autor pode corroborar com o entendimento de que os internos do CASE carregam consigo uma bagagem cultural que pode até sofrer interferências da nova modalidade de vida, mas o histórico não se perde por completo a partir da chegada ao local. O autor é claro: “se ocorre mudança cultural, talvez se refira ao afastamento de algumas oportunidades de comportamento e ao fracasso para acompanhar

mudanças sociais recentes no mundo externo” (p. 23). Assim, pode-se supor desse contexto de afastamento em relação ao lado de fora do CASE a dificuldade de acompanhar o que acontece no mundo, na cidade, na comunidade. Embora o próprio ECA estabeleça que os internos devem ter acesso à educação e aos meios de comunicação social, é natural que exista uma espécie de barreira que dificulta essa troca de informações, como a proibição do uso da internet e de telefones celulares e outros equipamentos eletrônicos – os muros da instituição podem ser entendidos como uma metáfora dessa realidade.

Atividades simples do dia a dia são analisadas por Goffman como elementos que fazem parte de uma espécie de submissão ao sistema. Como exemplo, o autor cita os atos de fumar, barbear-se, ir ao banheiro, telefonar (1996, p. 44). Tratam-se de questões básicas e rotineiras, mas que podem se transformar em momentos mecânicos e regrados de acordo com as normas da instituição total. Ou seja, para barbear-se, o interno terá de solicitar a entrega de uma lâmina, ou então, pedir permissão para ir ao banheiro. Na visão de Goffman, esse tipo de situação “[...] não apenas coloca o indivíduo no papel submisso, ‘não-natural’ para um adulto, mas também permite que suas ações sofram interferências da equipe diretora” (1996, p. 44).

Em relação ao CASE, aqui pretendemos relacionar que determinadas restrições também poderiam contribuir para a sensação de perda da autonomia possível no mundo externo, quando o jovem vivia em situação de completa liberdade em relação às suas atividades pessoais. Afinal, são pequenos aspectos da vida diária que aparentemente até soam insignificantes, mas que podem demonstrar, de certa forma, a autonomia do cidadão – ou a falta dela.

Observa-se, assim, uma adaptação às regras impostas pela instituição, necessárias para que ocorra o pleno funcionamento do local. Para o interno, trata-se de deixar de ter liberdade para suas ações comuns e cotidianas e passar a conviver diariamente com uma tabela de horários para suas atividades. É o que Goffman chama de “regras da casa”, aquelas prescrições e proibições a respeito da rotina do interno (1996, p. 50). É a partir disso que o autor menciona a ideia de “fantasia de libertação”: “Compreende-se que a conversa dos internados muitas vezes se centraliza numa ‘fantasia de libertação’, isto é, uma descrição do que a pessoa fará durante uma licença ou quando for desligada da instituição” (GOFFMAN, 1996, p. 51).

Trazendo a teoria de Goffman à luz desta pesquisa, observamos que esse tipo de manifestação sobre os planos futuros abordado pelo autor pode ser percebido em alguns dos textos em análise, como neste em que o jovem Daniel (anexo g) comenta sobre a vida honesta que pretende levar.

O rapaz, que tinha 18 anos quando escreveu, conta que seu sonho desde pequeno era se tornar um jogador de futebol, desejo que alimentava apesar da negativa da família, que lhe dizia para desistir do plano. Em meio a brigas em casa, aos 13 anos Daniel passou a se relacionar com amigos que ele diz que "talvez não fossem boa influência". Ainda conforme o relato publicado, ele passou a usar drogas, abandonou a escola e começou a frequentar festas onde costumava "ostentar" – a relação entre o jovem e a sociedade de consumo é assunto sobre o qual nos debruçamos no capítulo 4.

Sem dinheiro, Daniel apelou ao tráfico de drogas e passou a fazer "outras coisas erradas", as quais ele não detalha na narrativa. O rapaz conta que ali "terminava o sonho de ser um grande jogador e começava o de ser um poderoso traficante, ostentando com muito dinheiro e carros luxuosos" (RECRIAR, 2016, p. 272).

Mas nada dura para sempre e, como diz o ditado, "um dia a casa cai". A minha desmoronou...

Hoje estou privado da minha liberdade, mas agradeço todos os dias pelo apoio da minha mãe, que em todas as visitas está presente, a todos os meus tios, tias, avó e avô que apoiam quando podem. Tenho que agradecer a Deus por ter colocado essas pessoas na minha vida, que elas sejam abençoadas por Ele.

Hoje com ajuda de Deus percebo que esta "vida louca" é um caminho que destrói o ser humano e sua família, e novos sonhos começam fazer parte dos meus pensamentos. O principal é ser feliz trabalhando honestamente, adquirir com meu trabalho uma casa e nela estruturar uma família unida. Graças a Deus, estou "regenerado" (RECRIAR, 2016, p. 272).

No texto mostrado, embora não esteja conversando com os colegas, como sugere Goffman ao abordar a "fantasia da libertação", Daniel está narrando seus sonhos a quem quer que leia seu relato, e está deixando claro que seu objetivo é recomeçar. Assim, uma hipótese é a de que ele encontra na possibilidade de expor seus planos no papel uma ferramenta para a manifestação dessa fantasia.

O jovem fala em "estruturar" uma família unida. Desse termo utilizado por ele, pode-se interpretar que esteja fazendo referência à ideia de uma família que lhe

ofereça o suporte e o apoio que esperava ter recebido quando, ainda criança, expressara seu desejo de se tornar um jogador de futebol.

Apesar de, conforme o fragmento transcrito, Daniel agradecer pelo apoio da mãe ao visitá-lo no CASE, o rapaz deixa transparecer a dor pela ausência de amparo em relação à luta por seu objetivo. Logo no início do texto, Daniel escreve o seguinte: “Minha mãe falava para desistir deste sonho, minha tia me pediu para tirar isso da cabeça, ir trabalhar e ser alguém nessa vida, e esse meu sonho foi distanciando, dando lugar a uma revolta no meu pensamento” (p. 272).

A “fantasia de libertação” de Daniel giraria em torno de formar a família que lhe apoiaria como a sua não o fez, já que não encaravam seu sonho como uma meta executável ou que pudesse lhe proporcionar um futuro seguro. Em função dessas desavenças, Daniel diz que o relacionamento com os familiares começou a se abalar, e que brigas passaram a ocorrer.

Continuando nessa linha de raciocínio, o jovem escreve que a “vida louca’ é um caminho que destrói o ser humano e sua família [...]” (p. 272), logo, esta teria sido a consequência de ter ingressado no mundo do crime: a deterioração do laço com a família, e por isso o anseio por formar um novo núcleo familiar, trabalhando de forma honesta e assim adquirindo uma casa para morar. Ao escrever sobre a “fantasia de libertação”, aliás, Goffman menciona que ela “se liga ao sentimento de que os civis não compreendem como sua vida é maravilhosa” (1996, p. 51). Assim, a conquista de uma família e de um lugar para morar tem significado profundo para Daniel, talvez de forma muito mais intensa do que para um cidadão em liberdade, ou seja, são grandes objetivos a cumprir por estar “regenerado”, como ele afirma ao final do texto. Em relação a esse termo, regenerado, há que se pensar no que essa condição quer dizer para o jovem – provavelmente seja o fato de ter planos traçados que não incluam a volta à criminalidade.

Assis (1999) interpreta a “fantasia de libertação” tratada por Goffman como a manifestação de um desejo de fuga. A autora pesquisa a história de vida de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas no Rio de Janeiro e em Recife e aponta que “o adolescente passa boa parte de seu tempo pensando na sua vida na rua, o que aumenta a angústia e contribui para o desejo de fuga” (ASSIS, 1999, p. 171).

Esse ponto de vista apresentado por Assis pode ser percebido neste trecho escrito por Bruno (anexo h), de 19 anos: “Parece que foi ontem que cheguei e já se passaram oito meses. Tudo o que queremos aqui é que o tempo passe rápido, para

poder voltar ao mundão. Muitas vezes penso que lá fora a vida também não está fácil” (RECRIAR, 2016, p. 280). Ou seja, Bruno faz justamente a reflexão pensada por Assis: relembra o tempo vivido anteriormente à reclusão, manifesta a vontade de retomar a liberdade e não deixa de imaginar como têm passado aqueles que estão do lado de fora do CASE – o texto escrito por Bruno será analisado também posteriormente, quando abordarmos a questão da disciplina.

Mencionamos outro exemplo que se pode relacionar a essa “fantasia de libertação”. Fábio (anexo i), de 18 anos, não informa qual crime cometeu, mas dá a entender que foi ferido durante uma ação e apreendido. Depois, fala sobre como pretende levar a vida no futuro próximo:

Hoje, estou aqui... trancado, contando um pouco da minha história. Meus amigos se esqueceram de mim, só estavam comigo por interesse, quando eu tinha dinheiro [...]. Me entreguei pra Deus, quero sair e começar uma vida nova. Construir uma família, ter um bom emprego e não me envolver mais com o delito.

Caí na real e vi que essa "vida louca" é pura ilusão, por isso mano, te digo, "se tu tá pensando em entrar pra vida "bandida", pense bem, porque depois... é tarde, e talvez você nem tenha uma segunda chance... como eu tive!" (RECRIAR, 2016, p. 284).

Assim como no exemplo anterior, a “fantasia de libertação” de Fábio gira em torno de formar uma família, questão emblemática para ele, que diz ter sido deixado pelos pais biológicos quando ainda era um bebê. Como sugere a teoria de Goffman, Fábio escreve em tom de relato, como se estivesse realmente tendo uma conversa com amigos e fazendo projeções de vida.

Por fim, observamos que Fábio não utiliza a expressão “privado de liberdade”, como na imensa maioria dos textos: ele escreve que está “trancado”: “Hoje, estou aqui... trancado, contando um pouco da minha história”. A fantasia de libertação do jovem gira em torno da família, e ele ainda finaliza o texto com um conselho a outros jovens, ao sugerir “pense bem, porque depois é tarde”.

No caso daqueles que permanecem internados por muito tempo, Goffman conceitua um “desculturamento” (p. 23), ou seja, a dificuldade de enfrentar a vida diária – Goffman não especifica a qual intervalo de tempo se refere. Entendemos que esse “desculturamento” possa ocorrer entre os internos do CASE, embora o tempo de internação seja de no máximo três anos. Consideramos, aqui, que a instituição é destinada a jovens de 13 até 21 anos, ou seja, período de vivências e mudanças intensas. Todo esse contexto atua no controle do sistema:

Para o internado, o sentido completo de estar “dentro” não existe independentemente do sentido específico que para ele tem “sair” ou “ir para fora”. Neste sentido, as instituições totais realmente não procuram uma vitória cultural. Criam e mantêm um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional, e usam essa tensão persistente como uma força estratégica no controle de homens (GOFFMAN, 1996, p. 24).

Goffman também faz importante observação a respeito do limite de contato entre o interior da instituição total e o lado de fora. O autor usa a expressão “mutilação do eu” para indicar uma consequência da “barreira que as instituições totais colocam entre o internado e o mundo externo” (1996, p. 24). Isso acontece porque “a separação entre o internado e o mundo mais amplo dura o tempo todo e pode continuar por vários anos. Por isso ocorre o despojamento do papel” (p. 24). Esse processo teria a ver com as restrições de visitas, por exemplo. O autor ainda faz referência ao fato de o internado descobrir, após a saída da instituição total, que pode ter perdido alguns papéis sociais em função do período recluso, ou seja, pode ter deixado de viver momentos como o namoro, ou não conseguir recuperar o tempo que poderia ter empregado em outras atividades, como o trabalho (p. 25).

Embora alguns dos papéis possam ser restabelecidos pelo internado, se e quando ele voltar para o mundo, é claro que outras perdas são irre recuperáveis e podem ser dolorosamente sentidas como tais. Pode não ser possível recuperar, em fase posterior do ciclo vital, o tempo não empregado no progresso educacional ou profissional, no namoro, na criação dos filhos. Um aspecto legal dessa perda permanente pode ser encontrado no conceito de “morte civil”: os presos podem enfrentar, não apenas uma perda temporária dos direitos de dispor do dinheiro e assinar cheques, opor-se a processos de divórcio ou adoção e votar, mas ainda podem ter alguns desses direitos permanentemente negados (GOFFMAN, 1996, p. 25).

Essas últimas noções defendidas por Goffman e abordadas aqui lançam luz sobre o assujeitamento, tema sobre o qual nos debruçaremos mais profundamente a partir do item 5.3 mas que discorreremos brevemente aqui. Goffman fala de algumas consequências do período vivido dentro da instituição total, dentre elas uma mencionada no trecho transcrito anteriormente, “morte civil”. Assim, durante o período recluso, é como se o interno “não existisse” sob alguns aspectos, mas continuasse existindo de acordo com as normas vigentes na instituição. Quer dizer: naquele período, ele não poderá executar suas atividades triviais, como ir ao mercado ou à padaria, mas viverá, embora de acordo com o modelo e o sistema de regras impostos. É nisso que entra o “desculturamento” mencionado por Goffman, porque ocorre a perda, mesmo que temporária, da ligação com o mundo externo e tudo o que envolve

a vida cotidiana. E não há como pensar nesses termos sem associar com a “mutilação do eu”, porque, uma vez assujeitado ao sistema, esse indivíduo, enquanto sujeito de si, fica em segundo plano.

É importante lembrar que Goffman traça sua tese com base nas instituições totais, dentre as quais considera, além dos presídios, os conventos e manicômios, locais onde também há casos de isolamento total. São situações em que a reclusão pode ser resultado de uma escolha, em geral em relação aos conventos, ou de uma necessidade em função de tratamentos realizados, ou seja, nos manicômios, mas diversos pontos da análise realizada por Goffman podem, em nossa opinião, ser vistos sob a ótica de um centro de atendimento socioeducativo.

5.3 “ESTOU NUM LUGAR QUE CHAMAMOS DE ISOLAMENTO”: O PAPEL DA DISCIPLINA

Para analisarmos e compreendermos o significado e o alcance da disciplina no conjunto da pesquisa que nos propomos a fazer, precisamos antes retomar conceitos fundamentais: a ideia de sujeito e um movimento que buscamos interpretar neste capítulo, ou seja, a noção de assujeitamento, sobre o qual pincelamos um raciocínio no tópico anterior. Para esse aprofundamento, recorreremos a Foucault.

Abordamos, de início, um conceito de Foucault quanto ao sujeito, que para ele, não é uma substância:

É uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma. Você não tem consigo próprio o mesmo tipo de relações quando você se constitui como sujeito político que vai votar ou toma a palavra em uma assembleia, ou quando você busca realizar o seu desejo em uma relação sexual. Há, indubitavelmente, relações e interferências entre essas diferentes formas do sujeito; porém, não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito. Em cada caso, se exercem, se estabelecem consigo mesmo formas de relação diferentes (FOUCAULT, 2006, p. 275).

A existência de relações e de interferências sugerida por Foucault vem ao encontro do que buscamos mostrar: a capacidade que fatores externos têm de influenciar no comportamento do sujeito, assim como na visão que ele apresentará do mundo. No caso desta pesquisa, pensamos nos jovens do CASE vivendo de acordo com um código de regras imposto pela instituição e sob regime de reclusão, que leva à convivência com os demais internos, assim como com os agentes e educadores que

atuam no local. Seguindo nessa linha raciocínio, observamos o destaque que Foucault dá ao que segue:

[...] se agora me interesse de fato pela maneira com a qual o sujeito se constitui de uma maneira ativa, através das práticas de si, essas práticas não são, entretanto, alguma coisa que o próprio indivíduo invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social (FOUCAULT, 2006, p. 276).

Ou seja, esse sujeito, de acordo com o entendimento de Foucault, fica vulnerável a essas práticas de si, capazes de moldar o comportamento e até a formação da pessoa. Nesse contexto, podemos pensar nas relações de poder sugeridas por Foucault, e que também estão presentes no CASE. Foucault explica que “em inúmeros casos, as relações de poder estão de tal forma fixadas que são perpetuamente dessimétricas e que a margem de liberdade é extremamente limitada” (FOUCAULT, 2006, p. 277). Para o autor, nesses casos em que, em função do poder, existe algum tipo de dominação, seja ela econômica, social, institucional e até sexual, o problema é saber onde é que vai se formar alguma resistência, se é que ela existirá. Afinal, Foucault não se convence de que o poder “é um sistema de dominação que controla tudo e que não deixa nenhum espaço para a liberdade” (2006, p. 277). Para Foucault, “nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência [...] não haveria de forma alguma relações de poder” (2006, p. 277).

O conjunto de regras impostas e essas relações de poder estão diretamente ligados ao assujeitamento ao qual os internos do CASE são submetidos, em um processo de natureza intrínseca. Trata-se de um sistema em que as informações e as rotinas acabam sendo internalizadas no adolescente, e cujos reflexos buscamos evidenciar nesta pesquisa. Para Pêcheux (1997), “os sujeitos acreditam que 'utilizam' seus discursos quando na verdade são seus 'servos' assujeitados, seus 'suportes” (p. 311), ou seja, nesse processo de assujeitamento o sujeito não é um produtor de sentido, já que ele sequer consegue controlar o que diz – seu discurso – ou mesmo o que pensa.

Um indicativo de assujeitamento é que, nas redações que compõem o *corpus* desta pesquisa, os internos raramente escrevem sobre as rotinas vivenciadas dentro do CASE, dando prioridade para relatar alguns momentos da vida anterior à internação, em alguns casos até mencionando – mesmo que superficialmente – o

delito cometido e que causou a perda da liberdade. Como este trabalho considera os textos editados e publicados em livro, não temos dados que nos levem a afirmar se os garotos realmente optaram por não fazer descrições do dia a dia no Centro de Atendimento, seja por vontade própria ou por meio de uma espécie de disciplina imposta, ou, ainda, se informações relacionadas à rotina interna podem ter sido excluídas no processo de edição. De qualquer forma, essa carência de detalhes – ou omissão – nos parece relevante.

Em um dos textos que selecionamos, Bruno (anexo h), de 19 anos, faz um breve relato a respeito dos dias que vivenciava quando escreveu para o *Recriar Textos*. Bruno estava em isolamento após ter se envolvido em uma briga:

Hoje não é um dia muito legal para escrever, pois estou num lugar que chamamos de isolamento. Vim parar aqui por uma brincadeira que acabou em briga, em plena segunda-feira. Eu até tento ficar sereno, mas nem sempre consigo ficar tranquilo. Ontem mesmo, na visita, prometi a minha mãe que iria ficar de boa, entretanto nem sempre isso é possível. Hoje, foi um erro que permiti acontecer (RECRIAR, 2016, p. 280).

Neste trecho, Bruno evidencia a disciplina que não admite brigas entre os detentos. Ele não menciona se também houve punição ao (s) outro (s) envolvido (s), mas lamenta ter entrado em uma confusão e, por isso, acabar sofrendo por ter de ficar sozinho. Bruno não fornece mais nenhuma informação sobre o isolamento, mas deduzimos que o texto tenha sido escrito de dentro daquele local e não temos condições de constatar se o rapaz havia ou não tentado incluir mais detalhes sobre o lugar ao escrever, como por exemplo o tamanho do espaço e como é a acomodação, se semelhante às celas ou não, entre outros aspectos. Logo, não podemos afirmar se a escassez de informações era ou não um objetivo do jovem.

No trecho destacado, fica evidente a dificuldade do interno em lidar com as emoções, ao dizer explicitamente que tenta “ficar sereno”, expressão que entendemos ser usada para indicar a calma e o bom comportamento diante de quaisquer confusões. O jovem dá indícios de que aquela não havia sido a primeira situação de conflito em que se envolvera, pois relata que, no dia anterior, conversara com a mãe durante uma visita e prometera “ficar de boa”. Em seguida, Bruno afirma que “nem sempre isso é possível”, o que nos leva a pensar nas dificuldades de relacionamento, uma vez que os internos do CASE podem pertencer a grupos rivais, levando para o interior da instituição os reflexos, conflitos e carga emocional do que vivenciaram do lado de fora.

Um dos grandes desafios da disciplina dentro do CASE é lidar com essas diferenças, especialmente porque os internos passam por um período de grande transformação, ou seja, a adolescência. Assim como em outras instituições totais, a existência de regras rígidas, mesmo que possa nem sempre ser bem aceita pelos internos, torna-se uma necessidade para que o lugar possa bem operar.

O peso dessa disciplina parece ter reflexos sobre os rapazes, em um sentimento que pode estar manifestado nas entrelinhas, quando eles escrevem sobre os anseios por deixar logo o CASE. Afinal de contas, assim como a saudade de quem ficou do lado de fora e da liberdade como um todo, é evidente que seja difícil assimilar a adaptação a um regime de privações, onde há horários específicos para cada atividade, sempre sob controle, e onde cada passo é supervisionado.

Esse cenário, em que existe um anseio por cruzar definitivamente os portões em direção ao lado de fora, fica evidente no texto de Bruno, que, conforme seu relato, estava no CASE havia oito meses quando escreveu:

Tudo o que queremos aqui é que o tempo passe rápido, para poder voltar ao mundão. Muitas vezes penso que lá fora a vida também não está fácil. Amigos meus estão mortos, outros presos, alguns precisaram sumir no mundo para não morrer. Me pergunto se estaria vivo na rua, mas isso quem sabe é Deus, talvez ter vindo para este lugar foi uma maneira de ter uma nova chance na vida (RECRIAR, 2016, p. 280).

Podemos interpretar que o “mundão”, neste caso, seria aquele espaço sem fronteiras, sem limites impostos para os atos, e em que Bruno estaria completamente livre, independentemente das consequências que seus atos pudessem ocasionar. É por esse “mundão”, sem códigos de disciplina, que ele demonstra esperar ansiosamente.

Ao mesmo tempo em que anseia pelo dia em que deixará o CASE para voltar à vida livre, Bruno reconhece que todo o sistema ao qual está temporariamente sujeito é necessário. Quando diz que muitas vezes pensa que “lá fora a vida também não está fácil”, usando a palavra “também”, o rapaz parece estar indiretamente reafirmando o quão difícil é enfrentar o dia a dia na reclusão, sem deixar de reconhecer que talvez deva a própria sobrevivência ao fato de estar recolhido no Centro de Atendimento. Esse reconhecimento é claro quando Bruno cita que amigos seus estão mortos ou que precisaram fugir para preservar a vida.

Para reforçar a ideia da abordagem da disciplina, apresentamos outro texto que compõe o *corpus*, escrito por Guilherme (anexo j): “[...] Faz um tempo que estou longe do mundão, num sistema onde o bagulho é louco, parece brincadeira, mas não é. Aqui todo dia tem uma confusão para atrapalhar a caminhada da gurizada, não é fácil [...]” (RECRIAR, p. 270). Essas frases são escritas por Guilherme em tom de relato, visto que ele começa o texto dizendo “Já faz tempo que não nos encontramos, amigo, vou te contar como anda minha vida” (p. 270), também indicam que um dos desafios diários é manter-se afastado de eventuais confusões, assim como faz Bruno, autor do exemplo anterior. Um pouco adiante, Guilherme fala sobre seu comportamento:

[...] Ando "de boa" aqui dentro, tento não me envolver em confusão, não criar inimigos. Para isso, às vezes é necessário aceitar coisas que nem sempre concordo, muitas coisas não são pelo certo, alguns não aguentam a pressão de ficar longe da família e precisam tomar muitos remédios para controlar as ansiedades e a mente (RECRIAR, 2016, p. 270).

Mais uma vez não há descrição das rotinas, no entanto, neste exemplo mais recente conseguimos observar que existem no CASE, sim, aspectos com os quais os garotos não se identificam completamente, ideia corroborada quando Guilherme afirma que “é necessário aceitar coisas que nem sempre concordo, muitas coisas não são pelo certo [...]”. Como hipóteses, podemos supor que esteja se referindo às regras da instituição (e que podem ser indicativas de um processo de assujeitamento), ao comportamento de terceiros ou, ainda, ao próprio recurso do remédio como solução para aplacar a ansiedade, sensação provavelmente gerada justamente em função da reclusão, já que em seguida Guilherme faz menção ao uso de medicamentos prescritos para “controlar as ansiedades e a mente”, outro elemento que merece nossa atenção. Embora o rapaz não forneça outros detalhes, é fato que a abordagem do uso de medicamentos é séria e preocupante, porque reflete uma questão que tem se espalhado rapidamente por toda a sociedade: o consumo de remédios, muitas vezes de forma indiscriminada.

Goffman (1996) destaca rapidamente que, em algumas instituições totais, os internos são obrigados a ingerir medicamentos, orais ou intravenosos, um dos aspectos que o autor chama de “mortificação do eu” (p. 34). Bujes (2014) mostra que o apelo aos medicamentos como forma de controle dentro de centros de atendimento socioeducativo é uma preocupação que há anos tem alertado entidades ligadas à saúde e à defesa dos adolescentes no Brasil. Ela relata que, em 2006, o Conselho

Federal de Psicologia e a Ordem dos Advogados do Brasil coordenaram visitas simultâneas a centros de internação em todo o país e, em uma das unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) de Porto Alegre, constataram que cerca de 80% dos jovens usavam um medicamento psicotrópico em função de transtornos de ansiedade, principalmente por causa da abstinência do consumo de drogas (p. 109).

A autora faz um alerta: aponta que o uso de medicamentos pode acabar deslocando o debate de pontos como exclusão e vulnerabilidade social para que se reduza o cumprimento da medida socioeducativa a um diagnóstico de “adolescente infrator com transtorno mental”. Mais: sinaliza que este pode ser um “poder tutelar que, operante, invisibiliza, nestas práticas, os sujeitos, sua voz e seu protagonismo na vida pública, relegando-o ao espaço de silenciamento que representa seu diagnóstico” (BUJES, 2014, p. 117). Se tomarmos essa linha de raciocínio, de que remédios possam estar sendo administrados como forma de abrandar um problema que é muito maior, estaremos diante de mais um indício de assujeitamento.

Foucault fala em disciplinas como métodos, responsáveis por controlar minuciosamente as operações do corpo, “que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 1988, p. 126). Assim, para o autor, em qualquer sociedade, o corpo está diante do controle, das limitações, das obrigações, ou seja, dos códigos de disciplinas. Em relação a isso, acreditamos que podemos pensar no próprio CASE como exemplo.

Foucault remonta aos séculos XVII e XVIII para indicar que, naquela época, as disciplinas chegaram a servir como “fórmulas gerais de dominação”, mas não equivalentes à escravidão, já que as disciplinas, além de não se fundamentarem em uma espécie de apropriação dos corpos, servem para obter efeitos de utilidade (FOUCAULT, 1988, p. 126-127). O autor ainda diferencia a disciplina da domesticidade, aquela estabelecida a partir da vontade singular de um patrão (1988, p. 127), ou seja, a que impõe uma linha de pensamento.

Assim, em torno da disciplina se formaria uma “política de coerções”, que Foucault explica como sendo um “trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (1988, p. 127). A partir disso nasce, nas palavras do autor, uma anatomia política (ou uma mecânica do poder), que define como ter domínio sobre os corpos dos outros:

Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (FOUCAULT, 1988, p. 127).

Destacamos outro ponto das ideias de Foucault para comentar a associação que buscamos fazer entre o conceito de disciplina defendido pelo autor e o que conhecemos sobre o CASE. Foucault fala na disciplina como responsável pela distribuição dos indivíduos no espaço, por meio de elemento ao qual se refere como “cerca”, responsável por definir um local fechado em si mesmo. Como exemplos, cita os quartéis, para fixar o exército, e os colégios (religiosos), em que os conventos se impõem, estabelecendo o internato como o regime de educação (1988, p. 130). Traçando um paralelo com o CASE, poderíamos identificar duas cercas, uma interna e outra externa. A primeira, logicamente, seria a cerca que estabelece onde começa e onde termina o contato com o mundo exterior, representada fisicamente pelos muros que impedem a saída. Já a segunda, montada por força da necessidade de manter o controle, evitando ao máximo possíveis conflitos, seria a separação dos internos da instituição entre o Setor A e o Setor B, divisão feita conforme a facção à qual o jovem pertence (quando pertence), bem como a idade e a gravidade do delito que o levou à internação. Ao mesmo tempo, Foucault pondera que o princípio de clausura não é constante nos aparelhos disciplinares, que trabalham o espaço de forma flexível. Ou seja, a disciplina organizaria um espaço analítico, vigiando o comportamento de cada um, mas sem necessariamente realizar essas distribuições por grupos (FOUCAULT, 1988, p. 131).

A disciplina seria, em poucas palavras, a responsável por organizar os elementos de acordo com critérios que a própria disciplina estabeleceria. O trecho a seguir, de conceito cunhado por Foucault, serve para clarear essa interpretação:

As disciplinas, organizando as “celas”, os “lugares” e as “fileiras” criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. São espaços mistos: reais pois que regem a disposição de edifícios, de salas, de móveis, mas

ideais, pois projetam-se sobre essa organização caracterizações, estimativas, hierarquias. A primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de “quadros vivos” que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas (FOUCAULT, 1998, p. 135).

Essa transformação de “multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas” é o que se pode interpretar da aplicação das disciplinas em um determinado espaço. No caso da nossa pesquisa, em que consideramos o CASE, tendemos a pensar na imposição da disciplina funcionando, embora seja necessária para a operação do lugar, como uma espécie de assujeitamento a que o jovem é exposto. Afinal de contas, ele passa a ter toda a sua conduta monitorada, reduzindo-se a abertura para as liberdades individuais de ir e vir, a começar por ações simples e cotidianas.

Outra possibilidade é pensar nesse possível assujeitamento levando em consideração a ideia dos recursos de adestramento, apresentada por Foucault na mesma obra. Com base em Walhausen, que no final do século XVII falava “da ‘correta disciplina’ como uma arte do ‘bom adestramento” (1988, p. 153), Foucault afirma que a disciplina tem mais poder para adestrar do que para apropriar e retirar. Ou seja, para Foucault, “a disciplina ‘fabrica’ indivíduos” (1988, p. 153), sendo uma técnica que transforma os indivíduos em objetos e, ao mesmo tempo, em instrumentos. Assim chegamos a mais uma questão: será que podemos pensar nos internos do CASE como seres adestrados, ou seja, cujo comportamento é “fabricado” pelo sistema, para utilizarmos o mesmo termo escolhido por Foucault? Se pensarmos em um ser “fabricado” a partir das regras impostas e da necessidade de se adaptar ao sistema, acreditamos que, de certa forma, a resposta pode ser positiva.

Um possível indício dessa “fabricação de indivíduos” está na observância do uso de palavras ou expressões que, acreditamos, não seriam de uso comum do adolescente. É o que observamos nestas linhas escritas por Cássio, de 17 anos: “O meu sonho era estar perto da minha família, mas, infelizmente... hoje eu me encontro privado da minha liberdade. / Por causa do dinheiro fácil e das más amizades” (RECRIAR, 2016, p. 300). Ler que Cássio se envolveu com “más amizades” parece soar artificial, como se fosse mais natural que tal definição partisse de um educador social ou mesmo dos pais do rapaz. Ao mesmo tempo em que pode ser tomada como uma autocrítica, o uso de tal expressão pode denotar um possível assujeitamento do jovem autor, submetido ao sistema e aos valores impostos.

Foucault fala em uma disciplina que se adapta, usando o exemplo de grandes oficinas e fábricas. Ele refere-se aos aparelhos de produção, que se tornam mais importantes e complexos com o passar do tempo e à medida em que aumentam tanto o número de operários quanto a divisão do trabalho. Logo, as tarefas de controle passam a ser cada vez mais necessárias e, conseqüentemente, mais difíceis. Um mesmo raciocínio em relação ao CASE: quanto maior o número de internos, provavelmente maior a necessidade de se impor um código disciplinar preparado suficientemente para manter a rotina em ordem e, sobretudo, em segurança.

5.4 “GRAÇAS À MÃO DIVINA DE DEUS”: O USO DA FÉ NA INSTITUIÇÃO TOTAL

As referências à fé são recorrentes nos textos escritos pelos internos do CASE. A amostragem de trabalhos selecionados para esta pesquisa dá respaldo a essa afirmação: dentre as 25 redações estudadas, apenas em seis delas o autor não faz qualquer menção à religiosidade, como uma simples referência a Deus. Ao observar atentamente as manifestações, o que se procura é compreender o possível significado dessas expressões no contexto da reclusão.

Os elementos que direcionam à religiosidade surgem em momentos em que os rapazes fazem agradecimentos por algum objetivo alcançado ou pela proteção recebida, quando expressam pedido de perdão ou, ainda, solicitam apoio espiritual para não retornar ao crime. Para ilustrar, recorreremos ao texto escrito por Rafael (anexo a), de 16 anos. Ele faz uma espécie de depoimento que ocupa duas páginas do livro *Recriar Textos*, em uma narrativa que se inicia na infância e culmina com a chegada ao CASE. Rafael contextualiza o cenário da situação de vulnerabilidade em que nasceu, relatando que a mãe deu à luz quando estava algemada em uma cama de hospital da Grande Porto Alegre, já que ela cometera um delito durante a gravidez, ocorrida quando ela ainda era adolescente. Assim, o garoto passou parte da infância com a avó, enquanto a mãe cumpria pena.

O adolescente explica que voltou a viver com a mãe quando ela conquistou a liberdade, o que não significou, no entanto, o início de uma vida que possa ser entendida como tranquila e feliz. Conforme o texto de Rafael, o reinício ao lado da mãe foi em situação muito difícil: em alguns casos, a mãe chegava a deixar de comer para que ele não passasse fome. O jovem autor menciona a precariedade do lar onde recomeçaram a vida, dando ideia da situação de miserabilidade em que viviam, e faz

a primeira menção a Deus no texto quando escreve o seguinte, referindo-se à mãe: “Mas, graças a Deus, ela conseguiu um emprego melhor, alugamos uma casa melhor, ela começou a estudar e foi um dia na escola que um anjo apareceu em nossas vidas, com um homem chamado João” (RECRIAR, 2016, p. 190). Aqui a expressão “graças a Deus” parece surgir como a manifestação de um alívio, como a esperança de que, a partir daquele momento, a situação começasse a ser revertida e o sofrimento cessasse. Pode-se entender que, neste caso, o “graças a Deus” simboliza o anseio por uma virada na vida, sem deixar de considerar que, em muitas falas cotidianas, esses termos são utilizados sem um significado diretamente ligado à religiosidade, ou seja, as palavras chegam a ser banalizadas. Pode-se imaginar também que a expressão “graças a Deus” tenha sido utilizada por força da repetição, ou seja, que tenha sido absorvida pelo rapaz em função de ter sido escutada inúmeras vezes.

Seguindo o texto de Rafael, ele narra então sobre como conheceu João, um homem que passou a auxiliá-los tanto financeiramente quanto com conselhos. Contudo, o relacionamento entre João e a mãe de Rafael terminou e ela acabou envolvida com outros homens, teve um segundo filho, mas o interno conta que João jamais os abandonou completamente. A respeito dessa relação de confiança com João, o adolescente relata: “No início, diz minha mãe, eu brigava muito com ele, tinha muito ciúme dela, mas o destino separou os dois, ele continuou a me ver, trazer presentes e conversar comigo. Aprendi a gostar dele como se fosse meu pai” (2016, p. 190). Nesse trecho, nota-se o apreço nutrido pelo garoto em relação a João, que havia passado a representar a figura paterna, com a qual Rafael jamais convivera. Para o jovem, João cumpria esse papel estando próximo sempre que possível, se mostrando disposto a conversar ou mesmo lhe dando presentes, uma forma de alimentar o vínculo entre eles. Com o surgimento de João na família, mesmo que a relação dele com a mãe de Rafael não tenha sido duradoura, conforme a narrativa, o rapaz teve a possibilidade de experimentar a sensação de descobrir o que significa um pai no contexto familiar.

Mãe e filhos passaram então a viver em Feliz. É curioso o fato de que Rafael não menciona o nome da cidade da Grande Porto Alegre onde nasceu e cresceu, mas cita o município de Feliz no momento em que sinaliza para outro recomeço, desta vez, sem a presença de João no lar. O fato de não mencionar no texto o nome da cidade natal – seja de forma proposital ou não – mas explicitar qual é a outra, que traz na nomenclatura uma referência ao sentimento de felicidade, pode carregar consigo um

significado mais amplo, ou seja, o de que o jovem apostava na mudança de endereço como uma potencial chance de viver um dia a dia de harmonia e paz.

No entanto, o adolescente escreve sobre a rotina de brigas frequentes e agressões que a mãe sofria de um novo companheiro. Sobre essa fase, conta como costumava lidar: “Eu era pequeno e não podia fazer nada, tentava proteger meu irmão, chorávamos muito e pedíamos a Deus para aquilo tudo acabar, a cada briga naquela casa um novo desespero para nós dois. Crescemos no meio daquelas confusões” (RECRIAR, 2016, p. 191).

Essa ideia de apelo à fé, seja ela imposta ou internalizada, pode ajudar a compreender um possível assujeitamento sofrido pelos internos do CASE. Isso é demonstrado pela recorrência do discurso em torno de Deus, conforme mencionado anteriormente. É possível que tal modo de se expressar já pertencesse ao modelo de comunicação dos jovens antes do ingresso no Centro de Atendimento, mas também consideramos que os garotos podem ter adotado esse recurso em função da recorrência de momentos de oração realizados dentro da instituição.

Uma possibilidade a ser levada em conta é a de que o uso de palavras que remetem à religiosidade indique uma manifestação de vontade que existia em segundo plano, que fora alimentada e passou a ser evidenciada devido à situação vivida, ou seja, a reclusão. Ao nos referirmos à ideia de uma vontade em segundo plano, estamos supondo que o garoto carecia, internamente, de experimentar ou manifestar algum tipo de ligação com o divino, com alguma sensação que preenchesse o vazio causado pela situação em que passou a viver quando levado ao CASE. Nesta pesquisa estamos apresentando, obviamente, apenas suposições que podem ser feitas a partir das análises e das bases teóricas estudadas. Entendemos, assim, que não nos cabe responder categoricamente se o que é escrito pelos garotos consiste ou não em uma manifestação de verdadeira fé.

O que nos compete avaliar é se pode existir algum tipo de “evangelização” do interno. Movimentos ligados a diferentes religiões costumam levar seu trabalho a presídios, mesmo procedimento que ocorre em instituições de atendimento socioeducativo, como o CASE. Um exemplo é a Pastoral Carcerária, que embora não estivesse realizando atendimentos no CASE quando fizemos esta pesquisa, é ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e atua junto a pessoas privadas de liberdade. Trata-se de um trabalho que tem por objetivo levar a igreja para dentro do cárcere, por meio de equipes formadas por integrantes da pastoral.

Entidades ligadas às mais diversas religiões costumam organizar ações de oração e evangelização, em geral realizando a leitura de trechos bíblicos, pregações e orações, muitas vezes com o recurso da música. Os detentos podem ser motivados a participar dos encontros por razões variadas, seja por uma ligação anterior com a religião, seja como instrumento de “fuga” de uma realidade, ou ainda como uma alternativa para preencher o vazio de dias vividos no cárcere.

A evangelização é um recurso comum em instituições como penitenciárias, muitas vezes sob o discurso de ferramenta de ressocialização. Varella, que escreveu a obra *Estação Carandiru* (1999) após anos de trabalho para prevenção da AIDS dentro da Casa de Detenção de São Paulo, faz apontamentos sobre o papel da religião no cárcere. O autor, que aborda especificamente o caso daquele presídio, relata que há a presença de diversas religiões, entre elas a católica e a evangélica, muitas vezes em forma de cultos realizados pelos próprios detentos. Varella pondera que, apesar da experiência de mais de uma década de convívio com os presos, sempre teve dificuldade para diferenciar aqueles que realmente estavam convertidos dos que adotavam um estereótipo para escapar de eventuais acertos de contas dentro do estabelecimento prisional. Ou seja, segundo o autor, homens que cometeram crimes como estupro, que compraram drogas mas não efetuaram o pagamento, que delataram outros presos ou que trapacearam colegas acabam fingindo estarem convertidos para, assim, contar com o apoio do grupo religioso como forma de proteção (VARELLA, 1999, p. 117).

Para além das instituições penitenciárias, Foucault (2003) aponta para o que chama de uma “formidável ofensiva de moralização que incidiu sobre a população do século XIX” (FOUCAULT, 2003, p. 133). Segundo o autor, naquela época essa alternativa surgiu como opção para separar o povo “moral” dos delinquentes. Essa foi uma necessidade que a sociedade enfrentou, conforme Foucault, porque apesar dos severos e até selvagens castigos adotados desde o século XVIII para quem cometesse crimes, parte dos criminosos era tolerada pela população. Assim, com o avanço da capitalização e conseqüentemente das riquezas, como matérias-primas, máquinas e instrumentos, o que se percebeu foi uma necessidade de proteção desses bens. Foi a partir disso, de acordo com o autor, que surgiram grandes campanhas de cristianização a operários, já no século XIX.

Foi absolutamente necessário constituir o povo como um sujeito moral, portanto separando-o da delinquência, portanto separando nitidamente o grupo dos delinquentes, mostrando-os perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos. Donde o nascimento da literatura policial e da importância, nos jornais, das páginas policiais, das horríveis narrativas de crimes (FOUCAULT, 2003, p. 133).

Historicamente, observa-se a tendência de evangelização daquele que é mais fraco, mais suscetível a influências. Ribeiro, por exemplo, menciona as iniciativas de jesuítas e franciscanos para arregimentar índios recém-descobertos (1995, p. 59) e, portanto, completamente vulneráveis. Diante disso, refletimos sobre a ideia de liberdade religiosa e a possibilidade de que a fé seja reflexo do assujeitamento dos jovens internos do CASE no processo de institucionalização.

O discurso religioso em um ambiente público de ressocialização vai contra o princípio do Estado laico, configurando-se uma contradição do sistema. Especificamente em relação ao sistema socioeducativo, na Seção VII do ECA, intitulada Da Internação, o Art. 124, inciso XIV, estabelece como direito do jovem em cumprimento de medida privativa de liberdade "receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje". Nesse contexto, o que se questiona não é a possibilidade de o adolescente ter acesso a esse suporte, previsto em lei, mas os momentos em que determinadas ações, como a realização de uma oração, parecem ser uma ação imposta e que inclusive ignora a pluralidade religiosa. Aqui remetemos à cena presenciada na visita realizada ao CASE dia 3 de outubro de 2017, conforme relatado no início deste capítulo: não deixa de ser uma imposição o momento em que todos os internos obedecem à orientação de fazer "uma oração" rezando automaticamente um Pai-Nosso.

Cabe observar, ainda, que o CASE não é exceção quando falamos em quebra da ideia de Estado laico: uma discussão que inclusive tem sido trazida à tona com frequência nos últimos tempos é que as escolas, em geral, não dão espaço para a pluralidade religiosa.

Em outro texto selecionado para esta dissertação e já mencionado anteriormente, o jovem Guilherme, 18 anos, destaca que é na igreja que encontra "apoio nas horas mais difíceis". Nos parágrafos escritos para o *Recriar Textos*, Guilherme escreve:

Frequento uma igreja aqui mesmo, onde encontro apoio nas horas mais difíceis, força para ficar longe das confusões. Deus está no meu coração para me ajudar, recebo muitos conselhos dos socioeducadores Marcos, Zaira, Lauro, Peter; procuro respeitar todos, para ser respeitado (RECRIAR, 2016, p. 271).

Chama a atenção o trecho em que Guilherme conta que vai à igreja no próprio CASE. Em geral, pessoas ligadas às igrejas Universal e Assembleia de Deus vão ao Centro de Atendimento Socioeducativo de Caxias do Sul uma vez por semana, usualmente nas segundas e quartas-feiras, respectivamente. As pregações ocorrem de cela em cela e, em algumas ocasiões, pequenos cultos são realizados em uma sala no primeiro andar.

Ao afirmar que “Deus está no meu coração para me ajudar”, Guilherme parece demonstrar a vida solitária que leva dentro da instituição, nomeando Deus como seu interlocutor. O sentimento de solidão, a saudade de quem ficou do lado de fora ou mesmo da rotina vivenciada antes da reclusão também podem ser interpretados quando Guilherme cita as “horas mais difíceis”. Ainda, pode-se presumir que essas “horas mais difíceis” também sejam entendidas como os momentos em que ocorrem conflitos dentro do CASE, o que ele mesmo diz existir ao escrever que “Aqui todo dia tem uma confusão para atrapalhar a caminhada da gurizada, não é fácil” (2016, p. 270), logo no primeiro parágrafo.

No trecho transcrito, Guilherme assegura que procura respeitar a todos para ser respeitado, frase cuja ideia pode ter nascido dos ensinamentos repassados pelos próprios educadores e que pode significar, também, a adoção de uma postura como tentativa de se afirmar diante dos demais. Outro ponto que pode ser entendido como um modelo de comportamento escolhido por Guilherme ao ingressar no CASE é quando ele fala sobre como têm sido suas atitudes dentro da instituição. Talvez movido pela evangelização e pela busca por uma situação pacífica, motivado pela convivência com os outros garotos ou ainda por orientação das equipes da entidade, Guilherme fala sobre si, conforme a seguir: “Ando ‘de boa’ aqui dentro, tento não me envolver em confusão, não criar inimigos” (RECRIAR, 2016, p. 271).

Um aspecto a salientar é que ao usar a expressão “ando de boa”, o garoto pode estar indicando a busca por uma posição de certa neutralidade, em que evita o envolvimento com quaisquer situações que possam representar potenciais confusões e dá a entender que precisa, de certa forma, manter o controle total da condição em que vive. Além disso, Guilherme sinaliza para a necessidade de observar o exemplo

negativo da conduta de outros internos, como um caminho pelo qual não quer seguir. Esse discurso a respeito da manutenção da conduta correta, observando durante a caminhada os demais casos e buscando manter-se firme, sem cometer deslizos, pode ter nascido a partir da vivência com os socioeducadores e professores, ou seja, possivelmente pode ser fruto de noções que tenham sido absorvidas da repetição feita por esses profissionais. Logo também pode indicar, de alguma forma, um possível assujeitamento do jovem. Os dizeres que Guilherme traz a seguir corroboram essa possibilidade:

Minha rotina aqui é sempre a mesma, tento aproveitar ao máximo as coisas boas, pois quero ser alguém nessa vida, vou para escola e me esforço para aprender tudo que me é ensinado, mas nem todos pensam assim. Alguns vão para escola para matar tempo (RECRIAR, 2016, p. 271).

Ao afirmar que quer “ser alguém nessa vida”, o rapaz mais uma vez pode estar se apropriando, de forma natural e intrínseca, de informações e ideias possivelmente transmitidas pelos educadores, já que eles buscam meios para promover a ressocialização dos internos do CASE. Uma das possibilidades seria a tentativa de construir uma mentalidade pautada pelos princípios de convivência em harmonia, término de uma vida marcada pela delinquência e consequente guinada para uma rotina tranquila, que incluía trabalho e estudos, longe do envolvimento com a criminalidade.

No final do texto, Guilherme recorre à mesma ferramenta do exemplo anterior: o uso da expressão “graças a Deus”. Mais uma vez não se pode afirmar que essa já era uma fala cotidiana, em função das vivências no período em que estivera em liberdade, ou que foi assimilada dentro do CASE. Contudo, entendemos que é necessário e importante não tratarmos esse ponto com banalização, já que existe a possibilidade de significar um possível indício de assujeitamento. Nos dois últimos parágrafos, Guilherme escreve:

[...] Não pense ser fácil viver aqui. Além dos problemas que surgem no dia a dia, muitas vezes não temos o apoio da família. Graças a Deus eu tenho um pai e uma avó que me apoiam, auxiliam com conselhos e outras precisões que temos, o amor da minha vida Suélen também sempre me apoiou nesta caminhada extensa e deprimida. Os que diziam ser meus amigos na rua, desapareceram quando precisei do apoio deles, são poucos os amigos de verdade. Consegui superar muitos obstáculos, nunca baixei minha cabeça e luto pelos meus sonhos, não desisto deles, persisto todos os dias, pois, se não há provas, não há condenação, e

que Deus proteja todos os irmãos e as pessoas humildes da sociedade (RECRIAR, 2016, p. 271).

Além da expressão “graças a Deus”, em que agradece pelo suporte dado pelo pai e pela avó, o rapaz pede proteção a “todos os irmãos e as pessoas humildes da sociedade”, o que pode estar ligado a alguma mensagem religiosa que tenha escutado dentro do próprio CASE. Nesse último trecho citado, é importante observar o uso do termo “irmãos”, que é comum e recorrentemente utilizado para fazer referência aos fiéis de uma mesma crença ou frequentadores de uma mesma instituição religiosa. Ou seja, a escolha da palavra “irmãos”, em vez de simplesmente “pessoas”, ou “homens e mulheres”, o que também seria apropriado, pode indicar uma possível imposição da religião sobre a escrita do rapaz e, nesse caso, essa influência sobre a forma de escrever pode estar traduzindo uma sobreposição sobre o próprio modo de pensar e de agir.

Outro ponto que pode ter alguma ligação com cunho religioso é o fato de Guilherme escrever, ainda nesse mesmo parágrafo, “nunca baixei minha cabeça”. Ao mencionar isso, ele pode estar indiretamente se referindo a alguma outra mensagem de tom religioso que tenha ouvido, possivelmente em algum momento de pregação, em que são comuns as palavras de incentivo e de força para que a pessoa consiga “superar muitos obstáculos” (outros termos usados pelo adolescente), geralmente amparada em alguma figura ou sentimento de divindade. Aspecto semelhante é observado no trecho em que o interno pede proteção às “pessoas humildes da sociedade”, outra expressão que pode fazer parte de mensagens ligadas à evangelização. Ainda, quando afirma que “se não há provas, não há condenação”, pode ser percebido algum elo com a justiça divina, ou seja, de que alguém certamente pagará pelo delito caso tenha cometido o crime.

A partir desses elementos analisados, é possível deduzir que Guilherme busca na fé o suporte necessário para enfrentar as dificuldades do dia a dia dentro do CASE, que ele não detalha quais são, mas pode-se imaginar que digam respeito à convivência e à possível formação de grupos responsáveis por desentendimentos e pela separação dos internos na tentativa de evitar conflitos. Para os momentos em que não consegue encontrar uma válvula de escape para os problemas, a solução dele também pode estar na acolhida proporcionada pelo pai e da avó, que cita ao dizer “Graças a Deus eu tenho um pai e uma avó que me apoiam”.

O texto escrito por Felipe (anexo k), de 19 anos, narra as dificuldades enfrentadas na infância e tem desfecho que indica que foi no CASE que encontrou o caminho correto. Escreve que era um “moleque revoltado com a favela e tudo a sua volta” e que não conhecia seu pai. Demonstra uma forte revolta, sobretudo quando destaca “Com oito ou nove anos o crime dominava a mente, era tratado na escola como um delinquente” (RECRIAR, 2016, p. 305). Na sequência, passa a usar expressões que podem ter ligação com mensagens de cunho religioso, como quando salienta que “é fácil julgar o outro pelos seus atos, mas não sabem que a vida dele não é fácil”. Ele encerra dizendo “Foi aí que conheci o CASE Caxias, e ali aprendi a viver um dia de cada vez, e a pedir perdão para minha salvação, Senhor...” (RECRIAR, 2016, p. 305), indicando que foi após a internação que passou a modificar suas atitudes.

Apresentamos, ainda, um quarto exemplo. Trata-se de trecho de texto de Kevin (anexo l), de 19 anos. Ele conta que conheceu as drogas por meio de “má influência” e mostra arrependimento quando narra: “Mas quando você está lá, na sociedade, você vê seus amigos de questão usando, e acha legal, e pede para experimentar. Maldito dia que fui experimentar” (RECRIAR, 2016, p. 291). Conta que a partir disso só quis “festa e festa” e que deixou a família de lado, mas se redime:

Eu, Kevin, vou levar essa lição para minha vida. Por causa da “maldita”, perdi minha liberdade, fiz coisas erradas, me afastei das pessoas que mais amo. Agora, encontrei a paz com Jesus. Aqui, neste lugar, Deus me deu uma vida nova. Deus é tão bom que meu casamento estava por um fio. Agora minha mulher percebeu a mudança. “Maldito o homem que confia em outro homem”, diz o Senhor.

Mano, você que está lendo esse meu testemunho, pensa bem... observe se a droga é melhor do que um abraço bem forte na sua mãe, se é melhor do que estar e fazer sua família feliz. Mano, dê valor aqueles que te amam, pois o mundo é grande, está cheio de armadilhas, por aqueles que querem ver você mal.

Pense no que falei... fica com Deus, todos que levam meu testemunho. Um abraço! (RECRIAR, 2016, p. 291).

Vamos observar com atenção quando Kevin escreve “Agora, encontrei a paz com Jesus. Aqui, neste lugar, Deus me deu uma vida nova”. A “vida nova” a que se refere possivelmente diga respeito ao fato de ter adotado a religião como um refúgio. O discurso de arrependimento reforça essa tese, mostrando que, com o auxílio da fé, teria percebido o erro cometido – o próprio Kevin comenta “por causa da ‘maldita’, perdi minha liberdade, fiz coisas erradas”.

Quando relata que o casamento “estava por um fio”, Kevin usa um discurso recorrente adotado por religiosos que tentam mostrar como a fé pode ser um caminho para salvar o relacionamento, que é justamente o que o interno dá a entender. Ou seja, pode ser que esteja apenas reproduzindo algo que escutou em pregações dentro do próprio CASE.

Ao final, Kevin parece querer propagar a lição que aprendeu, já que aconselha “Mano, dê valor aqueles que te amam, pois o mundo é grande, está cheio de armadilhas, por aqueles que querem ver você mal”. O rapaz ainda fala em seu “testemunho”, que é outro termo provavelmente retirado das palavras que ouviu.

A partir dos trechos apresentados, percebemos como é marcante a influência da religião, que, ao menos para esses internos, parece funcionar como um suporte. Os jovens, aliás, assumem isso claramente, como faz Kevin no último caso mostrado. Como citado anteriormente, o ECA estabelece como um direito do interno “receber assistência religiosa” e aqui não buscamos, de forma alguma, questionar esse serviço, mas observar como esse recurso pode acabar moldando a forma de pensar, ao menos de acordo com as redações a que tivemos acesso por meio do *Recriar Textos*.

A fala dos internos conduz à ideia de que a presença da igreja seja uma chave para a ressocialização, contribuindo para equilibrar as desigualdades e recolocá-los de volta à sociedade com dignidade. No entanto, os índices de reincidência colocam essa possibilidade em xeque. O ombro amigo da fé, assim, ainda é um coadjuvante.

Ao abordar princípios de justiça na obra *Uma teoria da justiça* (1997), Rawls faz observações que podem ser levadas em consideração ao analisar os recursos de citações a Deus e outras manifestações de religiosidade nos textos escritos pelos internos. O autor aponta, entre características importantes dos princípios de Justiça, o fato de que eles asseguram proteção para as “liberdades iguais”. Para isso, aborda a questão da igual liberdade de consciência, que é “um dos pontos fixos dos nossos juízos ponderados da justiça” e, em função disso, serve para ilustrar “a natureza do argumento a favor do princípio de liberdade igual” (RAWLS, 1997, p. 223).

Considerando então a liberdade de consciência, parece evidente que as partes devem escolher princípios que assegurem a integridade de sua liberdade moral e religiosa. Obviamente, elas não sabem quais são suas convicções morais ou religiosas, ou qual é o conteúdo particular de suas obrigações religiosas ou morais ou interpretá-las (RAWLS, 1997, p. 223-224).

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos traçar o seguinte paralelo: ao mesmo tempo em que Rawls defende a busca da integridade das liberdades, será que os rapazes reclusos têm consciência do que é, de fato, essa liberdade? Sem a existência de uma compreensão, de um certo discernimento, é provável que se fique muito mais suscetível a qualquer informação que se receba. As condições de solidão, carência e saudade podem, de alguma forma, influenciar para que qualquer moral religiosa apregoada, seja por meio de uma oração, uma palavra de conforto ou qualquer outro tipo de aconselhamento possa facilmente ser incorporada por esses jovens. Afinal, ao viverem em reclusão, estão, de alguma forma, internamente vulneráveis.

Para sermos mais específicos: os próprios textos que citamos neste capítulo trazem trechos como estes de autoria de Guilherme, que escreve “[...] muitas vezes não temos o apoio da família” e “[...] os que diziam ser meus amigos na rua, desapareceram quando precisei do apoio deles, são poucos os amigos de verdade” (2016, p. 271), que apontam indícios de solidão e de necessidade de amparo.

Para Rawls, para haver igualdade, é preciso que haja liberdade, seja ela religiosa, seja ela da ordem das condutas gerais do indivíduo. Em relação aos internos do CASE, o que se percebe é que essa ideia de liberdade está cerceada, visto que os garotos só têm contato com aquilo que lhes é oferecido, assim como ocorre com indivíduos em outros modelos de privação de liberdade, como os presídios. Desta forma, pode-se entender que quaisquer discursos que lhes sejam proferidos poderão ser tomados como verdades absolutas – o fato de não terem possibilidade de escolher outra alternativa senão as oferecidas corrobora a ideia de que os garotos estejam vivendo um assujeitamento em nome de religiões com forte entrada no ambiente prisional e em uma situação de certa vulnerabilidade.

Se faz necessário ponderar que não pretendemos, aqui, nos direcionar a debater a importância da religião, mas observar os “vícios” encontrados no ambiente proposto à ressocialização e que, como pudemos perceber, em alguns momentos não segue a cartilha laica, e onde os princípios de Justiça, a partir da igualdade proposta por Rawls, são contrariados, ironicamente, num ambiente que faz parte do aparelho de Justiça do Estado.

Rawls explica que o Estado, além de não poder favorecer nenhuma religião, seja em qual ambiente for, não pode impor sanções para alguma afiliação religiosa ou mesmo a ausência de uma.

O governo não se preocupa com a doutrina religiosa e filosófica, mas regulamenta a busca, por parte dos indivíduos, de seus interesses espirituais e morais, de acordo com os princípios com os quais eles próprios concordariam numa posição de igualdade. Exercendo seus poderes dessa forma, o governo atua como o agente dos cidadãos e satisfaz as exigências de sua concepção comum de justiça [...]. Seu dever se limita a garantir as condições de igual liberdade religiosa e moral (RAWLS, 1997, p. 231).

Goffman aponta que as cerimônias nas instituições totais, tanto religiosas como de outra natureza, a exemplo das esportivas, são oportunidade para promover a unidade entre a equipe dirigente e os internados. O autor defende que “por mais insípida que seja (e por mais funcional), a cerimônia assinala um momento em que se afasta e até se inverte o drama social diário” (GOFFMAN, 1996, p. 97).

Rawls aponta a igualdade e a liberdade como princípios de Justiça. Para o autor, a conquista de benefícios econômicos e sociais não pode servir como razão que justifique que o cidadão aceite menos do que uma liberdade igual.

Parece possível consentir uma liberdade desigual apenas na hipótese de haver uma ameaça de coerção à qual, do ponto de vista da própria liberdade, não é prudente resistir. Por exemplo, pode ocorrer uma situação em que a religião de alguém ou o seu ponto de vista moral serão tolerados desde que não as proclame, ao passo que a sua reivindicação de uma liberdade igual causará uma repressão maior à qual não será possível resistir de modo eficaz (RAWLS, 1997, p. 225).

Rawls classifica, ainda, como um “véu de ignorância” o consenso sobre o princípio de liberdade igual, que para ele não deve de forma alguma ser imposta e que significaria o direito do cidadão de não sofrer quaisquer interferências de doutrinas de cunho moral ou religioso e, ainda, de garantir a liberdade do outro. Logo, pode-se pensar a liberdade de escolha religiosa como uma base da ideia de Justiça de Rawls. Para o autor, “basta dizer que se há qualquer princípio que possa ser aceito consensualmente, esse deve ser o princípio da liberdade igual” (RAWLS, 1997, p. 225).

O estudioso é crítico ao salientar que há aqueles que, por serem defensores de alguma religião específica, argumentam que o indivíduo que pensa diferente, que não segue as mesmas crenças e princípios básicos, estará errado e até “fora do caminho da salvação”. Para Rawls, é necessário que cada sujeito compreenda de que se tratam as obrigações religiosas e os princípios filosóficos e morais, para saber que não se pode esperar que o outro concorde consigo (RAWLS, 1997, p. 225-226). Assim, os indivíduos seriam independentes, de acordo com as ideias de Rawls.

O raciocínio aqui apresentado pode ajudar a interpretar as manifestações nos textos escritos pelos internos do CASE, se considerarmos que as expressões que indicam alguma ligação com a religiosidade possam ter surgido não por significarem a manifestação direta da fé, mas por uma apropriação de dizeres escutados repetidamente dentro da instituição, o que não deixa de indicar uma espécie de assujeitamento. Pode-se entender essa adoção de termos a partir da repetição como uma sobreposição de um sujeito sobre o outro, fazendo com que o mais vulnerável – no caso, o adolescente em privação de liberdade – absorva termos e ideias usados regularmente pelo outro.

Essa possibilidade se manifesta por meio dos textos que estamos analisando, por exemplo, ao tomarmos o exemplo de Rafael, quando o adolescente afirma que “[...] no CASE conheci a palavra de Deus, onde procuro forças para seguir meu caminho e a entender que tudo tem um propósito na vida: basta ser do bem e fazer o bem, sempre com Fé em Deus” (2016, p. 190). O que chama atenção em toda a sentença são as expressões “conheci a palavra de Deus” e o fato de Rafael dizer que “tudo tem um propósito na vida”.

Logo, são expressões que poderiam passar despercebidas a uma leitura rápida e desatenta, mas que, ao direcionarmos o olhar mais cuidadosamente, podem de alguma forma indicar um assujeitamento, que neste caso pode estar ligada à evangelização, um dos aspectos que procuramos evidenciar neste capítulo.

6 FABULAÇÃO E MEMÓRIA

6.1 ENTRE O AUTOBIOGRÁFICO E O FICCIONAL

O caminho até aqui mostrou um panorama do cenário-base da vida dos internos, tanto em relação ao CASE como por meio de informações acerca dos lugares de origem desses jovens. Esses subsídios foram necessários para melhor mergulhar nos textos em análise, detalhando elementos como o assujeitamento a que estão submetidos. Como uma culminância do processo, passamos a nos debruçar sobre elementos que já haviam sido percebidos nas etapas anteriores, mas ainda não esmiuçados: o papel da memória, dos silêncios e da linguagem na construção e interpretação dos escritos, bem como a presença de algumas possíveis fabulações.

Inicialmente, propomos retomar como se deu a construção do *corpus* que estamos analisando, material escrito por internos do CASE sob orientações repassadas por educadores sociais. Esses textos, convém lembrar, passaram por um processo inicialmente de seleção e, posteriormente, por edição, procedimento necessário e comum na formatação de um livro. Isso fica evidente se observarmos que, apesar de alguns erros, o produto final tem boa correção gramatical e de pontuação, o que provavelmente não seria possível caso fossem publicados tal e qual foram concebidos, sobretudo se levarmos em conta que, de acordo com o que mencionamos no capítulo número três deste estudo, o público do CASE em média sequer tem o ensino fundamental completo. Consideramos, assim, que apesar de haverem alterações de cunho editorial, a essência dos escritos permanece ali.

Uma linha que podemos adotar é a de Sarlo (2007), autora que acredita que a narração é uma “presença real do sujeito na cena do passado”, uma vez que “está unida ao corpo e à voz” (p. 24). Mais do que isso, o texto narrativo de certa forma condensaria um conjunto de informações, adaptando a linguagem ao formato escrito:

Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no *comum*. A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepetível [sic]), mas a de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar (SARLO, 2007, p. 24-25, grifo original).

Não temos elementos para afirmar que os escritos do CASE sejam relatos testemunhais, sobretudo um conteúdo com compromisso com a verdade, motivo pelo qual não pendemos nossa análise sobre essas questões. Sarlo construiu sua tese a partir da memória de vítimas e de familiares de ditaduras no Cone Sul (2007, p. 20), se preocupando bastante com a questão da verdade, mas sem de forma alguma menosprezar ou esvaziar os relatos. Para a autora, as memórias são discursos que “não deveriam ficar confinados numa cristalização inabordável” (p. 47). Quer dizer, é preciso colocar as ideias à mesa, sem deixá-las presas a uma espécie de blindagem que nos impeça de pensar sobre elas e até de questioná-las.

Assim, uma experiência, para Sarlo, seria algo como um ponto de partida sobre o qual, por isso mesmo, é preciso pensar. O resultado dessa experiência seria então uma construção.

[...] não se pode representar tudo o que a experiência foi para o sujeito, pois se trata de uma “matéria-prima” em que o sujeito-testemunha é menos importante que os efeitos morais de seu discurso. Não é o sujeito que se restaura a si mesmo no testemunho do campo, mas é uma dimensão coletiva que, por oposição e imperativo moral, se desprende do que o testemunho transmite (SARLO, 2007, p. 36).

Um testemunho, como em casos de pessoas que sofreram com ditaduras estudados por Sarlo, acaba sendo aceito como verdade até mesmo em função do apelo que esse tipo de conteúdo carrega consigo. Sem comparar as mazelas sofridas por tal público com a situação vivenciada pelos autores do nosso *corpus*, percebemos que a colocação de Sarlo é pertinente em nossa pesquisa. Para a autora, “todo testemunho quer ser acreditado, mas nem sempre traz em si mesmo as provas pelas quais se pode comprovar sua veracidade; elas devem vir de fora” (2007, p. 37). Quer dizer, é tarefa de quem lê considerar ou não a veracidade carregada naquelas linhas ou pender para outro tipo de interpretação. Para Sarlo, “o sujeito não só tem experiências como pode comunicá-las, construir seu sentido e, ao fazê-lo, afirmar-se como sujeito. A memória e os relatos de memória seriam uma ‘cura’ da alienação e da coisificação”. (SARLO, 2007, p. 39).

A autora destaca que, nas últimas décadas, a história passou a se aproximar da memória, gerando uma expansão das chamadas “histórias orais” e também das micro-histórias (2007, p. 43). Podemos, de certa forma, entender os relatos dos internos do CASE como histórias orais, mesmo que não sejam completamente reféns

de um compromisso com a verdade. O que percebemos é uma possível influência de elementos externos, como mostramos ao abordar o assujeitamento, motivo pelo qual não nos cabe decidir se é verdade ou ficção.

Um exemplo que nos faz refletir é este escrito por Pedro (anexo m), de 17 anos. O texto trata de um episódio em que ele, em função da cocaína, se envolveu em uma confusão e acabou encaminhado ao CASE:

[...] Mas um dia a casa caiu. Estava eu, indo pra casa dos parça, chegando lá, me abalei. Vi ela esticada em cima da mesa e a rapaziada em volta: um estava alisando o outro acariciando, outro só olhando. E quando me viram, se assustaram; por vez, não me aguentei. Briguei com eles!
E quando me dei por conta, o estrago... o estrago que tinha feito por ela. Me arrependi, foi por ela que eu perdi.
Hoje, graças a Deus consegui me livrar dela, com a ajuda de meus pais.
Pra você que quer saber quem é, ela era... a maldita, a tenebrosa... ela mesmo... a cocaína.
Hoje, a minha pior inimiga (RECRIAR, 2016, p. 260).

Representando ou não uma realidade, uma verdade, esse trecho nos coloca diante de uma discussão importante, mas que pode passar despercebida a olhos desatentos: a preocupante proximidade entre menores de idade e estimulantes como a cocaína. Tenha acontecido ou não, o episódio narrado por Pedro fala no vício em uma droga que, segundo o Ministério da Saúde, causa dependência química rapidamente e, por ter custo elevado, suscita o envolvimento do usuário em crimes, como o tráfico, e até prostituição, como formas de obter dinheiro para adquirir o entorpecente (2008, p. 126).

Trouxemos esse exemplo à tona para mostrar a gravidade de alguns dos temas explorados por nossos jovens autores e que estampam boa parte dos relatos, por vivência própria ou pelo conhecimento de casos envolvendo pessoas de seus círculos familiares ou de amigos. Ou seja, são temáticas que de alguma forma lhes provocaram a reflexão, talvez até por serem assuntos de apelo midiático – o que nos importa é que estamos diante de temas que, sim, saltam aos olhos. O trecho mencionado em relação à cocaína, em especial, é um alerta a respeito de um dos motivos que têm contribuído para encurralar o jovem na criminalidade.

Se o que lemos nos registros no papel pode ter relação com a memória, precisamos também pensar sobre o esquecimento. Colombo (1991) afirma que o esquecimento está ligado à escolha daquilo que ficará guardado como lembrança e à própria permanência dessa lembrança (p. 89). Trata-se de decidir o que, dentre um conjunto de dados, eventos ou informações, será privilegiado, ou seja, armazenado,

e o que ficará sujeito ao cancelamento, leia-se, esquecido (p. 89). Podemos aplicar essa linha de pensamento no *corpus* de que dispomos: lidamos com um material que não definimos como autobiográfico, tampouco como ficção propriamente dita, mas que carrega consigo um resultado do embate entre o que é registrado e o que é ignorado. Necessário ponderar que nem toda a lembrança será escrita, talvez por um mecanismo de fuga para não expor uma realidade, por algum tipo de assujeitamento, ou então por uma substituição pela fantasia. Portanto, aqui estamos falando tanto de recursos de autoproteção dos internos como de uma preservação de imagem – seja dos adolescentes ou da própria instituição CASE – que pode ter sido providenciada pelas mãos que editaram os textos.

Outra observação que se mostra fundamental é esclarecer que não estamos nos referindo à memória e ao esquecimento como condições racionais, vistas como decisões práticas, mas como processos que ocorrem de forma natural. Sobre a memória, Bergson aponta que ela

[...] não é uma faculdade de classificar recordações numa gaveta ou de inscrevê-las num registro. Não há registro, não há gaveta, não há aqui, propriamente falando, sequer uma faculdade, pois uma faculdade se exerce de forma intermitente, quando quer ou quando pode, ao passo que a acumulação do passado sobre o passado prossegue sem trégua (BERGSON, 2006, p. 47).

A memória, assim, constitui o sujeito do presente. Bergson entende que o “passado se conserva por si mesmo, automaticamente. Inteiro, sem dúvida, ele nos segue a todo instante: o que sentimos, pensamos, quisemos desde a nossa primeira infância está aí, debruçado sobre o presente que a ele irá se juntar” (BERGSON, 2006, p. 47-48).

Sarlo faz um alerta, afirmando que “o tempo passado não pode ser eliminado, e é um perseguidor que escraviza ou liberta, sua interrupção no presente é compreensível na medida em que seja organizado por procedimentos da narrativa [...]” (SARLO, 2007, p. 12). É claro que a autora constrói sua tese analisando os casos de vítimas da ditadura, mas não podemos ignorar que de alguma forma acaba colocando luz sobre a nossa pesquisa, sobretudo quando afirma que:

Se há três ou quatro décadas o “eu” despertava suspeitas, hoje nele se reconhecem privilégios que seria interessante examinar. É disso que se trata, e não de questionar o testemunho em primeira pessoa como instrumento jurídico, como modalidade de escrita ou como fonte da história, à qual em

muitos casos ele é indispensável, embora crie o problema de como exercer a crítica que normalmente se exerce sobre outras fontes (SARLO, 2007, p. 21).

Se não temos a pretensão de colocar a verdade e a fantasia sobre a mesa, estabelecendo uma análise dura e que tente – sem sucesso – responder aos anseios da curiosidade sobre o que é fato, é verídico, utilizamos os recursos de que dispomos para nos aprofundar nesse universo que o *Recriar Textos* nos oferece. Estudar as possibilidades da escrita da memória e das autorias compartilhadas são opções, como veremos a seguir.

6.2 A ESCRITA DA MEMÓRIA

Nesta etapa da pesquisa, passamos a observar e a refletir sobre como as memórias aparecem ou não nas manifestações escritas. Bachelard nos ajuda a compreender as relações entre a infância e a escrita do presente. Para o autor,

A memória é um campo de ruínas psicológicas, um amontoado de recordações. Toda a nossa infância está por ser reimaginada. Ao reimaginá-la, temos a possibilidade de reencontrá-la na própria vida dos nossos devaneios de criança solitária (BACHELARD, 1996. p. 94).

Bachelard trata da existência de um “núcleo de infância”, que permanece oculto para os outros, “uma infância imóvel mas sempre viva [...], disfarçada em história quando a contamos, mas que só tem um ser real nos seus instantes de iluminação — ou seja, nos instantes de sua existência poética” (1996, p. 94). É como se esse amontoado de informações carregadas desde a infância pudesse, de alguma forma, se manifestar.

Sem ingressar no campo da psicanálise, que trataria das patologias da infância, Bachelard nos remete ao recurso da fantasia, do devaneio para compreender o passado. Assim pensamos no relato ficcional, que parece se fundir com o real e de certa forma acaba injetando um pouco de “cor” ao que se quer contar, ao quebrar o caráter sisudo que uma história poderia ter ao ser contada tal e qual ocorreu. Para entender melhor, podemos pensar que todo escritor de ficção acaba, mesmo que de forma involuntária, inserindo elementos da sua memória mais profunda, da sua infância nos seus textos. Bachelard afirma que:

Quanto mais mergulhamos no passado, mais aparece como indissolúvel o misto psicológico memória-imaginação. Se quisermos participar do existencialismo do poético, devemos reforçar a união da imaginação com a memória. Para isso é necessário desembaraçar-nos da memória historiadora, que impõe os seus privilégios ideativos. Não é uma memória viva aquela que corre pela escala das datas sem demorar-se pelos sítios da lembrança. A memória-imaginação faz-nos viver situações não fatuais, num existencialismo do poético que se livra dos acidentes. Melhor dizendo, vivemos um essencialismo poético. No devaneio que imagina lembrando-se, nosso passado redescobre a substância. Para lá do pitoresco, os vínculos da alma humana e do mundo são fortes. Vive em nós não uma memória da história, mas uma memória do cosmos. As horas em que nada acontecia retornam (BACHELARD, 1996, p. 114).

Podemos pensar nesses devaneios da infância sugeridos por Bachelard como elementos que fazem parte de uma memória afetiva, de um conjunto de lembranças de momentos importantes e, em geral, recordações de vivências felizes, como de brincadeiras com irmãos, primos e amigos, atividades marcantes realizadas na escola ou então dias de diversão na casa da avó, exemplos comuns quando pensamos no lado bom de ser criança.

No entanto, recordações como essas que citamos não foram encontradas quando pesquisamos a fundo os textos do *corpus*. Se narrar momentos da infância pode significar revivê-los, talvez nossos jovens autores pouco ou nada tivessem de lembranças que quisessem relatar, uma vez que, ao escrever, remontariam ao passado e, de certa forma, acabariam vivendo novamente aquele fato. Não se esforçar para lembrar funcionaria como um dispositivo para apagar intimamente aquilo que marcou de forma negativa, causando sofrimento. É essa volta à infância que Bachelard sugere quando destaca que:

Ao sonhar com a infância, regressamos à morada dos devaneios, aos devaneios que nos abrem o mundo. É esse devaneio que nos faz primeiro habitante do mundo da solidão. E habitamos melhor o mundo quando o habitamos como a criança solitária habita as imagens. Nos devaneios da criança, a imagem prevalece acima de tudo. As experiências só vêm depois. Elas vão a contravento de todos os devaneios de alçar vôo. A criança enxerga grande, a criança enxerga belo. O devaneio voltado para a infância nos restitui à beleza das imagens primeiras (BACHELARD, 1996, p. 97).

Por outro lado, é possível que os nossos jovens autores tenham decidido ignorar as lembranças dos bons momentos para, em um manifesto de revolta, colocar no papel o contrário: as recordações que marcaram pela dor e pelo sofrimento, mesmo que demonstradas por meio de um relato fantasioso. Seria como um mecanismo de fuga e uma chave para a autoafirmação, dizendo a si mesmos que são homens fortes,

que não têm medo do que a vida lhes reserva, que não temem pelo que seus desafetos possam lhe fazer, o que não deixa de ser um devaneio. Afinal de contas, segundo Bachelard, “psicologicamente falando, é no devaneio que somos seres livres” (BACHELARD, 1996, p. 95).

Bachelard pondera que a infância não se deixa impregnar pelas fábulas fáceis contadas pelo adulto com a intenção de divertir. Assim, a imaginação da criança está na fábula própria: “É no seu próprio devaneio que a criança encontra as suas fábulas, fábulas que ela não conta a ninguém. Então a fábula é a própria vida” (BACHELARD, 1996, p. 112-113). De acordo com esse papel fabulador da memória apresentado por Bachelard, é como se um acontecimento pudesse ser recriado, reconstruído com as tintas do presente. Trazendo à nossa realidade, podemos pensar em como situações vividas podem ter recebido nova cor ao serem colocadas no papel, acentuando ou disfarçando algum elemento. Logo, o “peso” da memória é aspecto que não pode ficar de fora de nossos estudos.

Se é memória, é porque de alguma forma marcou, ficando registrada na caixa de recordações. Bachelard afirma que [...] estamos longe de uma memória exata, que poderia guardar a lembrança pura emoldurando-a (1996, p. 110). Evandro (anexo n), 17 anos, é um dos poucos jovens do CASE que abordam a infância. O texto dele é marcado pela narrativa a respeito do sentimento de tristeza por ter crescido sem pai. Como comentamos, passa longe das lembranças de momentos de alegria que pudesse compartilhar como uma marca de sua vida:

Vou contar minha história... Minha infância foi triste. Com três anos de idade meu pai me abandonou, deixando em mim uma tristeza muito grande. Lembro quando era véspera do Dia dos Pais, na casa dos meus amigos e primos, muita alegria e festa na comemoração, e eu ali, sozinho. As lágrimas caíam no meu rosto.

Com seis anos, sofria preconceito por não ter pai. Meus amigos, primos e colegas riam e gritavam: "Você não tem pai, nós temos!" Isso causou uma revolta no meu pensamento (RECRIAR, 2016, p. 274).

Evandro narra a revolta por não ter o pai por perto e o sofrimento por escutar o deboche de pessoas ao seu redor. A manifestação de tristeza em relação a esse período da infância aparece ao longo de todo o texto. Ao comentar sobre as festas em comemoração ao Dia dos Pais, dá a entender que vivia em uma família com costumes tradicionais, preocupada em celebrar datas comemorativas, mesmo que para ele aquilo soasse como uma tortura por ouvir zombarias.

Ele comenta o início do uso de drogas quando ainda era criança, aos 10 anos de idade. Essa informação é chocante, embora saibamos que é cada vez mais comum o contato com os entorpecentes ainda na infância, em muitos casos por meio de álcool ou cigarro – substâncias socialmente aceitas entre adultos, mas não por isso menos nocivas, sobretudo para um organismo em formação como o de uma criança.

Na carona do vício, Evandro começou a roubar para poder pagar pelo entorpecente – que ele não diz qual é – e comenta que por diversas vezes foi internado. Aqui, mais um elemento que indica que a família de Evandro não era completamente desestruturada, mesmo que o pai o tenha abandonado: o fato de contar que teve várias passagens por clínica de recuperação indica o esforço dos parentes para auxiliá-lo.

O rapaz escreve que passou por uma overdose em casa e aborda o desespero da mãe ao tentar buscar ajuda com os vizinhos. Em seguida, ele volta a falar da falta do pai:

Muitas vezes me pego a pensar se, se meu pai não tivesse me abandonado, minha vida poderia ser diferente. Não o culpo pelas escolhas que fez, mas me pergunto o porquê me abandonou, e hoje resolvi escrever uma música para homenagear meu pai.

Jamais vou esquecer a minha infância. Meu pai me abandonou, eu ainda era criança, sofri muito na vida, cresci traumatizado ao ver minha mãe mergulhada na tristeza. Minha infância não foi fácil, passei sofrimento vendo meus irmãos crescendo. Revoltado, tive que lutar e enfrentar as barreiras em meio à solidão, em meio à tristeza; não é fácil não, uma criança crescer sem pai, mas tive que lutar, tive que correr atrás, tive que fazer meus "corres" para sobreviver. Até tentei trabalhar, mas logo o crime da cidade me envolveu, pela necessidade tive que largar meu "trampo", pois me pagavam muito pouco e era o maior sufoco (RECRIAR, 2016, p. 274-275).

Evandro questiona se sua vida teria sido diferente caso tivesse o pai por perto, demonstrando como se sentiu por crescer sem ter essa referência masculina em casa. Dá a entender que o exemplo paterno poderia ter lhe ajudado a seguir outro rumo, sem a dependência da droga e, conseqüentemente, o crime e a internação no CASE. Mesmo assim, menciona escrever uma música para o pai, mas a canção não aparece em seu trabalho publicado no *Recrilar Textos*.

Chama a atenção quando Evandro escreve “jamais vou esquecer minha infância”, provavelmente em função da vivência traumática marcada pelo abandono e pela dor de ser comparado por quem convivia com pai e mãe presentes, em um formato de família tradicional que, pelo que escreve, supõe-se que seria o seu sonho

não realizado. Essas memórias de uma infância cheia de tristeza parecem ser muito fortes, tanto que Evandro destaca, no seu texto de seis parágrafos, seis vezes o fato de não ter pai. Ao final, salienta “[...] quero sair daqui e ajudar minha coroa, vida do crime é passado, da vida do crime eu tô de boa, de boa...” (RECRIAR, 2016, p. 275).

A falta do pai também é abordada por Antônio (anexo d), de 16 anos. Ele conta que a mãe se separou do marido (pai biológico do rapaz) porque ele consumia álcool e drogas e maltratava Antônio e a irmã. Depois, traz uma lembrança que demonstra sentimento de abandono, apesar de estar perto da mãe, que então já tinha um novo companheiro: “Quando pequeno, fiquei muito doente e por várias vezes fui internado no hospital. Minha mãe sempre me fala que quando pequeno eu incomodava muito e era muito teimoso, mas o que lembro mesmo foi a partir dos meus 6 anos de idade” (RECRIAR, 2016, p. 193).

O fato de Antônio citar essa memória de que na visão da mãe ele era um menino que “incomodava muito” pode estar nos indicando uma possível carência afetiva, como se ele ainda se sentisse como um peso para a mãe por frequentemente ficar doente e necessitar de atendimento médico, quando o seu sentimento deveria ser, em uma situação ideal, de gratidão pelo cuidado prestado pela mãe. Pelo contrário: Antônio se mostra triste. E esse não é o único trecho em que ele parece abatido, já que em outro ponto se compara aos irmãos, os dois mais velhos:

Eu sou o caçula dos meus irmãos maternos, mas o que me marcou muito foi que minha irmã, por ter problemas de saúde, e meu irmão, por ser deficiente, sempre receberam um tratamento melhor que eu. Eles ganhavam coisas melhores e às vezes eu nem ganhava (RECRIAR, 2016, p. 193).

Antônio demonstra estar ressentido por receber tratamento diferente dos irmãos e, pelo seu relato, leva a imaginar que a família de certa forma procurava “compensar” os problemas de saúde dos mais velhos dando-lhes presentes. Neste caso, a memória do jovem remete a uma falta de atenção que se refletia também na questão material, afinal de contas, sabemos que para uma criança um brinquedo tem um valor simbólico forte, por significar a representação da afetividade que, neste caso, era alvo de comparação.

O adolescente também lembra que não gostava da escola e comenta sobre os desentendimentos com o novo companheiro da mãe, por não considerá-lo como a figura de um pai: “[...] eu e meu padrasto não nos dávamos bem, brigávamos muito

por eu não aceitar que ele mandasse em mim. Eu dizia: ‘Você não é meu pai para querer me mandar’ (RECRIAR, 2016, p. 193). Antônio diz que foi crescendo revoltado e então passa a narrar como acabou no CASE:

Com 11 anos comecei a fumar e beber, aos 13 anos a usar drogas e arrumar confusão nas ruas. Com 14 anos fui apreendido pela primeira vez, e assim foi indo. Fui apreendido algumas vezes, tornei-me viciado em drogas, cigarro e álcool, até que em novembro de 2015 dei entrada no CASE. Foi muito difícil no início, mas acabei me acostumando. Hoje meu padrasto e eu nos damos bem, ele vem me visitar e, de certa forma, as coisas melhoraram muito! (RECRIAR, 2016, p. 193).

Antônio retrata fortemente os laços afetivos rompidos e acaba recorrendo a esses elementos como os culpados por ter entrado na criminalidade. É como se, ao relatar todo o sofrimento que viveu, assim como o fez Evandro no exemplo anterior, Antônio estivesse buscando uma justificativa para seus atos.

As brincadeiras de infância pouco aparecem nos relatos. Um caso é brevemente contado por Marcelo (anexo o), de 16 anos, dizendo que quando era pequeno “[...] só queria saber de brincar de futebol e arminha. Quando fui crescendo, fui deixando essas brincadeiras” (RECRIAR, 2016, p. 239). O que era apenas uma “brincadeira com arminha” se transformou em criminalidade, já que Marcelo acabou sendo internado no CASE. Sabe-se que as armas de brinquedo são muito procuradas pelas crianças mas, no caso de Marcelo, esse passatempo pode ter sido citado no texto como um reconhecimento de que, já na infância, era esse tipo de elemento que o fascinava.

Lucas (anexo p) retrata momentos sofridos de sua infância. Conta que a mãe visitou o marido (pai de Lucas) na cadeia durante 15 anos e narra uma lembrança de quando tinha apenas cinco anos de idade, quando denota certa revolta: “meu pai estava limpando uma arma, quando, de repente, disparou e acertou minha mãe, foi sem intuito de acertá-la, mas quase precisou amputar a perna. Foi neste momento que meus pensamentos começaram a mudar [...]” (RECRIAR, 2016, p. 277). O jovem diz que brigava muito e que aos 14 anos cometeu seu primeiro delito, quando acabou apreendido. Lucas, que no texto publicado no *Recriar* já tinha 18 anos, entrega que é reincidente: “Fui preso, em pouco tempo fui liberado, como foi bom sair daquele lugar!”, comenta, sobre o alívio de deixar o CASE após a primeira internação. Nota-se ainda que, quando fala a respeito dos primos, uma memória que poderia ser caracterizada por brincadeiras e diversão, ele os cita para mencionar o episódio em

que estava na casa dos parentes e recebeu a notícia de que seu tio havia sido assassinado. Lucas não explica o que cometeu, mas escreve que "Perdido na decepção da perda do meu tio, entrei novamente na vida do crime, pois precisava de dinheiro para conseguir comprar minhas necessidades que aquela vida me cobrava" (RECRIAR, 2016, p. 277).

Outro exemplo é o de Rafael (RECRIAR, 2016, p. 190), cujo texto foi analisado anteriormente: o pouco que ele diz é significativo, porque destaca que sua mãe engravidou na adolescência e, por cometer um delito, foi apreendida antes mesmo que Rafael nascesse. O rapaz conta ter sido criado pela avó em boa parte da infância e que era ela quem o levava para visitar a mãe, então detida. Sendo realidade ou ficção, trata-se de relato chocante de jovem que viu a mãe presa e acabou seguindo o mesmo exemplo, porque também foi apreendido durante a adolescência. É uma memória que o acompanha e, embora possa haver fantasia no relato, aponta sentimentos de carência.

Mesmo que não carreguem riqueza de detalhes que possam nos dar mostras concretas de como foi ser criança, as memórias desses internos são fundamentais para melhor mergulharmos na vida dos agora jovens autores. Ou seja, ao lembrar os passos que os levaram até o CASE, eles nos ajudam na montagem de um pano de fundo.

6.2.1 Autorias compartilhadas

Hollanda (2017) remonta à história para analisar o cenário das autorias de textos. Para ela, os marcos da cultura no século XXI serão transformações "nos paradigmas de autoria e de propriedade intelectual e seus efeitos nas áreas de produção cultural e artística" (2017).

Se hoje existe uma forte preocupação em atribuir a correta autoria de qualquer obra, Hollanda relata que na antiguidade esse zelo não existia: textos eram colocados em circulação sem qualquer menção a quem os produzira. Se não eram escravos de nobres ou governantes, os escritores, pintores ou escultores eram tidos como prestadores de serviços, assim, qualquer arte era considerada parte do patrimônio do patrão, uma condição praticamente inconcebível nos dias de hoje. Com o passar dos tempos, a autoria passou a ser reconhecida em função de uma necessidade de conhecer quem escreveu. Como exemplo, Hollanda cita que, com a Revolução

Francesa, textos de protesto circulavam na forma de panfletos anônimos, muitas vezes de forma agressiva. Assim o conhecimento da autoria, que até então era considerado irrelevante, passou a se tornar uma urgência, para que o responsável pudesse ser identificado e até penalizado. Para Holanda, o "autor surge quando os discursos tornam-se passíveis de punição" (2017).

Holanda menciona uma teoria do filósofo Marquês de Condorcet, que viveu no século XVIII, por considerá-la atual – de fato, trata-se de ideia propagada centenas de anos atrás e que parece contemporânea, conforme veremos. De acordo com Holanda, Condorcet defendia que “a propriedade literária não vem de uma ‘ordem natural’, mas, ao contrário, é fundada na sociedade, é, portanto intrinsecamente social, fruto de um processo coletivo de experiências” (HOLLANDA, 2017). Sendo assim, isso levaria a entender que a propriedade literária não seria “um direito verdadeiro, mas um privilégio” (HOLLANDA, 2017). A partir dessa linha de pensamento, poderíamos considerar que o texto escrito seria um conjunto de informações reunidas no papel pelo autor, que teria, assim, de alguma forma se “apropriado” de conhecimentos que adquiriu, transformando-os no seu ponto de vista.

Parte dessa autoria compartilhada pode ser percebida no quadro 1, em que dispomos um trecho da música *Sufrimento Eterno*¹⁰, de MC Bigô, e o texto de Leonardo (anexo q), de 16 anos (RECRIAR, 2016, p. 242). Encontramos a canção ao inserir em sites de busca na internet algumas frases da escrita atribuída no *Recriar Textos* a Leonardo.

Quadro 1 – MC Bigô x Leonardo

(continua)

Música de MC Bigô	Texto de Leonardo
[...] Eu prometi para mim mesmo que essa noite seria minha última vez Infelizmente não deu certo é difícil corrigir os erros que a gente fez Eu tava de fuga e sem esperar escutei vários tiros;	Aquela noite eu prometi que seria minha última vez, mas não deu certo, é difícil corrigir os erros que cometemos, Eu estava no corre, quando ouvi vários tiros

¹⁰ Disponível em <<https://www.vagalume.com.br/mc-bigo/sofrimento-eterno.html>>.

	(conclusão)
<p>Naquele momento pensei tanta coisa</p> <p>lembrei do meu filho;</p> <p>Não posso morrer</p> <p>ele tá pra nascer eu tenho que ser forte;</p> <p>Premonição eu não tenho mas não quero bater de frente com a morte;</p> <p>preso no hospital foi que eu acordei</p> <p>Muito soro na veia;</p> <p>Na semana seguinte eu fui pro sistema sofrer na cadeia;</p> <p>Preciso de Deus agora! mãe do filho meeu, não chora.</p> <p>Bate o martelo e o juiz no latrocinio me condena</p> <p>a 20 fechadão</p> <p>Quando o menor ficar maior</p> <p>Não diz pra ele</p> <p>que o pai dele sofre na prisão</p> <p>Mente que eu tô trabalhando, viajando o mundo inteiro</p> <p>E a angústia terá um fim</p> <p>Quando eu voltar vai ser com muito dinheiro. Oôô</p>	<p>Naquele momento pensei em tantas coisas,</p> <p>Lembrei da minha mãe</p> <p>Não podia morrer assim</p> <p>Ela está a me esperar, mas munição eu não tenho</p> <p>Não quero bater de frente com a morte</p> <p>Preso no hospital foi que eu acordei</p> <p>Muito soro na veia na semana</p> <p>Seguinte eu fui pro sistema</p> <p>Preciso de Deus agora</p> <p>Bate o martelo e o juiz</p> <p>Condena-me</p> <p>Três anos fechado</p> <p>Quando a minha irmã fica</p> <p>Maior não diz pra ela que o Mano</p> <p>Dela sofre na prisão</p> <p>Mente que eu estou trabalhando, viajando,</p> <p>O mundo inteiro</p> <p>Mas só quero a minha liberdade</p>

O que se percebe é que Leonardo fez uma adaptação da letra, que é de 2011, possivelmente usando elementos da sua própria realidade. Enquanto a música retrata a angústia vivida por um homem que não quer que o filho saiba que ele está preso, Leonardo se refere à irmã: “[...] Quando a minha irmã fica/ Maior não diz pra ela que o Mano/ Dela sofre na prisão/ Mente que eu estou trabalhando, viajando/ O mundo inteiro [...]” (RECRIAR, 2016, p. 242). Em outro trecho, enquanto o MC fala que pensa no filho, Leonardo cita a mãe.

Outra diferença percebida é que na música o MC Bigô canta que o homem (personagem da canção) foi condenado a 20 anos de prisão por latrocínio, enquanto que Leonardo não menciona o delito cometido e fala em “três anos fechado”, justamente o período máximo de permanência no CASE, o que é mais um indício de que o adolescente se referia, mesmo, a si quando empunhou a caneta para produzir a sua versão.

Uma outra parte também merece atenção. Leonardo preserva a rima mas muda o sentido quando escreve “munição eu não tenho/ não quero bater de frente com a morte”, enquanto a letra do funk traz os dizeres “Premonição eu não tenho/ mas não quero bater de frente com a morte”. Uma análise possível é a de que Leonardo tenha optado, por decisão própria ou induzido, por dizer que não possui munição justamente para não confrontar a morte, afinal, é amplamente conhecida a teoria de que existe grande risco de uma pessoa armada revidar a um ataque e restar ferida ou mesmo morta – campanhas policiais pedem, inclusive, para que vítimas nunca reajam a investidas criminosas. Se considerada essa hipótese, o fato de o jovem escrever que não tem munição pode, também, ser um indício de assujeitamento, possibilidade que abordamos no capítulo anterior.

A mesma interpretação pode ser feita em relação à parte final do texto de Leonardo. Enquanto o MC canta “Quando eu voltar vai ser com muito dinheiro”, referindo-se à futura saída do homem da prisão, Leonardo escreve desfecho diferente: “Mas só quero a minha liberdade”. Ora, aqui também é possível cogitar que essa alteração seja reflexo de assujeitamento, com o objetivo de fixar a ideia de que ter liberdade para retomar a vida é muito mais importante, ou mesmo socialmente correto, do que possuir dinheiro.

Encontramos mais um exemplo da influência da música no texto assinado por Gustavo (anexo r), de 18 anos (RECRIAR, 2016, p. 270). Desta vez a inspiração parte de outro ritmo, o rap. A canção chama-se *Baseado em fatos reais*¹¹, do grupo Detentos do Rap, que foi formado em 1998 dentro da penitenciária do Carandiru, em São Paulo, hoje extinta (SCUDDER; ARCOLINO; OLIVEIRA, 2015). No quadro 2 é possível observar as semelhanças entre um trecho da música e o parágrafo inicial do texto de Gustavo:

¹¹ Disponível em <<https://www.vagalume.com.br/detentos-do-rap/baseado-em-fatos-reais.html>>.

Quadro 2 – Detentos do Rap x Gustavo

Música do grupo Detentos do Rap	Texto de Gustavo
<p>Lembranças que eu trago no meu pensamento da vida que eu tive só de dor e lamento muitas coisas ruins bem poucos foram as boas, as drogas a Violência o crime, o sofrimento pra minha coroa não pensava em nada zuava a noite inteira aos 18 anos de idade a primeira besteira eu fiz um filho com a mina que já não era Firmeza [...].</p>	<p>As lembranças que trago no meu pensamento são só de dor e lamento, muitas coisas ruins, nem lembro as coisas boas... Muita violência, droga misturada com crimes e sofrimento faziam parte do meu dia a dia, minha mãe foi a pessoa que mais fiz sofrer. Muito cedo me envolvi na vida louca, com 12 anos estava envolvido com drogas e armas pesadas [...].</p>

O primeiro parágrafo escrito por Gustavo, conforme transcrito no quadro 2, mantém a essência da mensagem da música: as lembranças de momentos ruins vividos e a menção à mãe. Se na canção a mãe é chamada de “coroa”, Gustavo não usa esse recurso, o que parece um sinal de respeito à figura materna.

A música fala em primeira pessoa de alguém que “não pensava em nada zuava [sic] a noite inteira”, mensagem semelhante à que Gustavo transmite usando outra expressão, talvez até mais atual: “muito cedo me envolvi na vida louca”. Assim como faz Leonardo no exemplo anterior, Gustavo parece realmente falar de si quando menciona que com apenas 12 anos de idade já estava em meio à criminalidade. O texto segue uma linha diferente da música, que prossegue falando do rapaz que teve um filho não planejado com uma moça: Gustavo, por sua vez, afirma que se envolveu com “drogas e armas pesadas”.

Uma música do MC Felipe Boladão foi a inspiração para o texto assinado por Alexandre (anexo s), 17 anos. Este exemplo despertou nossa atenção em particular porque descobrimos o contexto envolvendo a história da canção e também do artista. A música intitulada *A Viagem*¹² cita os nomes de cinco pessoas, todas moradoras de Santos (SP) que faleceram em um acidente de trânsito ocorrido em fevereiro de 2008. Os jovens a quem MC Felipe Boladão se refere são Erick Bontempi da Silva, 20 anos,

¹² Disponível em <<https://www.letras.mus.br/mc-felipe-boladao/1467413/>>.

o irmão dele, Rackney Bontempi da Silva, 14 (conhecido como Tiney, apelido mencionado na música), Bárbara Vasconcelos dos Santos, 18, Diego Luiz Abud Garcia, 21, e Camila de Oliveira Martins, 19 anos. De acordo com reportagem publicada no site do jornal *Extra* na época, eles estavam em um Corsa que bateu de frente em um caminhão – todos os ocupantes do carro morreram na hora (BATISTA; MOREIRA, 2008).

Dois anos depois, MC Felipe Boladão, que era conhecido por músicas em tom de protesto, e o profissional que o acompanhava, o DJ Felipe da Praia Grande, também teriam um final trágico: foram assassinados a tiros em abril de 2010, quando se preparavam para um baile funk no litoral paulista, conforme o jornal *O Globo*.

É um cenário marcado por protesto, violência e mortes. No quadro 3, apresentamos trechos da música do MC Felipe Boladão e o texto de Alexandre na íntegra, observando que praticamente todo o conteúdo escrito pelo adolescente foi inspirado nos versos cantados pelo artista.

Quadro 3 – MC Felipe Boladão x Alexandre

(continua)

Música de MC Felipe Boladão	Texto de Alexandre
<p>Ao me deitar no travesseiro eu me lembro E não consigo acreditar Em oração eu peço a Deus que os cubram E que estejam em um bom lugar Destino trágico, triste que condenou Quatro famílias ao limite da dor E num pequeno gesto de carinho Cantaremos com amor Constantemente em nossos pensamentos Eternamente em nossos corações Estão no céu do outro lado da vida E além das ilusões</p>	<p>Quando vou dormir, aqui no "breti", eu me lembro... e ainda não consigo acreditar. Em oração peço a Deus que "os cubra" e que estejam em um bom lugar.</p> <p>Num pequeno gesto de carinho, contarei um pouquinho da história de vocês... com amor. Vocês estão constantemente em meus pensamentos, eternamente em meu coração, sei que vocês estão bem, lá no céu, além dessa "vida loka" de ilusões.</p>

E agora, os residentes do BNH
 Estão de luto, perplexos a chorar
 Inconformados com o acontecido
 Não sei, qual foi o propósito de Deus
 De levar assim cinco amigos meus
 Já faz um tempo e eu não acredito

[...] Erick, Tiney e a menina Barbara
 Eu não consigo encontrar palavras
 Pra resumir o que sentimos agora é
 dizer faz falta
 Eu sinto a falta do Diego, machuca a
 falta da Camila
 Faz falta a ausência deles, faz falta
 Vou recordar, e com amor lembrando
 sempre eu estarei
 Dedico essa canção sem exceção para
 vocês
 Valeu a pena o nosso convívio
 Um dia estaremos juntos
 Bem lá no céu num verdadeiro paraíso
 (meu Deus)

(conclusão)

Até agora, a minha família chora quando
 lembra, inconformada com o acontecido.
 Eu não sei qual foi o propósito de Deus,
 de levar assim esses meus parentes, já
 faz um tempo e eu ainda não acredito!

Esse sofrimento me deixa cada vez mais
 forte pra seguir em frente, mas, mesmo
 assim, eu não consigo entender.

Marcos, meu pai, meu primo Adão, eu
 não consigo encontrar palavras para
 resumir o que sinto agora... e dizer faz
 falta, eu sinto a falta do Wendel,
 machuca a falta do meu mano Rodrigo,
 faz falta a ausência deles... faz falta!

Hoje, aqui privado, lembrando com
 amor, eu sempre estarei.

Dedico esse pequeno texto, sem
 exceção, a vocês... valeu a pena o nosso
 convívio. Um dia, estaremos juntos...
 bem lá no céu, no verdadeiro paraíso.
 Um dia nós vamos nos reencontrar...
 família!

Esse pequeno texto eu fiz aos meus
 familiares, eu sinto SAUDADE!

Inicialmente, observamos que a narrativa de Alexandre segue a linha da música: o adolescente começa explicando que não consegue compreender o que ocorreu, fala do sentimento de dor e de saudade e então cita os nomes das pessoas que deseja homenagear. Uma diferença clara é a estrutura: Alexandre escreve um texto corrido, dividido em parágrafos (que buscamos distribuir na página para facilitar a comparação), e não em versos e estrofes.

No primeiro parágrafo, Alexandre se refere ao “breti”, ou “brete”, que é a forma comumente usada por presidiários para se referir ao seu espaço dentro da cela, ou seja, a cama, que em geral procuram isolar pendurando lençóis ou toalhas ao redor, na tentativa de preservar alguma privacidade. Apresentamos essa explicação porque percebemos que boa parte do linguajar utilizado em presídios se espalha aos centros de atendimento socioeducativo, caso do termo “brete”. É nesse espaço, o “brete”, onde tenta manter alguma privacidade, que Alexandre se lembraria daquelas pessoas que se foram, ou seja, viveria o seu luto.

Em seguida, Alexandre salienta que sempre pensa nas quatro pessoas que morreram e usa o termo “vida loka”, um recurso dos adolescentes para se referir à falta de regras ou ao ato de desrespeitá-las ou mesmo ignorá-las, quando estas existem. Depois, salienta que vai falar de pessoas que pertencem à sua família, sem especificar o que causou a morte delas. De qualquer forma, o simples fato de ter escolhido a música do MC para servir de base para o seu relato nos leva a presumir que as mortes tenham ocorrido em alguma situação traumática.

Alexandre cita quatro nomes – um a menos do que a música –, sendo dois integrantes da sua família: o pai (Marcos), o primo (Adão), o “mano” (Rodrigo), que pode ser uma referência tanto a um irmão como a um amigo próximo, tratado como se fosse um irmão, e uma quarta pessoa, Wendel, sobre o qual não dá pistas do parentesco. O fato de mencionar quatro pessoas e não cinco indica a possibilidade de que tenha escrito realmente sobre si, tomando a música apenas como um caminho para conseguir expressar seus sentimentos. Nesse mesmo parágrafo, conta que está “privado”, a mesma expressão à qual outros dos nossos jovens autores recorrem para dizer que estão internados no CASE, ou como se diria popularmente, presos. O desfecho também segue a mesma mensagem da música, mas com a alteração de algumas palavras e expressões.

Ao analisar esses três exemplos que trouxemos à tona, percebemos a forte influência da música, aqui por meio dos gêneros rap e funk, na comunicação escrita dos autores do nosso *corpus*. É como se as canções de alguma forma fizessem parte do cotidiano, tanto que os jovens fazem uso das mensagens dos artistas para se comunicarem. Essa estratégia também pode ser vista como uma fórmula usada para que o adolescente consiga, com suporte nas palavras de um outro com quem se identifica, “se dizer”.

No início da construção desta dissertação chegamos a excluir os trabalhos que apresentassem qualquer indício de terem sido produzidos com base em outro, seja ele música ou texto, por entendermos que poderia significar plágio. No entanto, o amadurecimento da pesquisa nos levou ao encontro de linhas de estudo como a proposta por Hollanda, nos fazendo refletir sobre as autorias compartilhadas. Nos exemplos que mostramos percebemos que a música pode, então, funcionar como referência para uma intertextualidade que acaba se configurando autoexpressão, porque seu autor auxilia o jovem no desafio de dar voz ao que talvez nunca chegasse ao papel.

6.3 “PRIVADO DA LIBERDADE”: EUFEMISMO E FABULAÇÃO

O estudo aprofundado do *corpus* nos fez tentar esmiuçar aspectos que pudessem de alguma forma nos transmitir alguma mensagem. Ao prestarmos atenção às palavras e expressões utilizadas, passamos a perceber a presença de eufemismos que pareciam terem sido cuidadosamente utilizados. Observamos que, em alguns casos, o apelo a certas expressões não soava natural ao que esperávamos encontrar escrito por um jovem que, de acordo com o perfil que mostramos, estudou pouco. Passamos, então, a buscar descobrir a função desse recurso.

Abrantes constrói um conceito de eufemismo a partir da linha de estudos de Bohlen e Zöller, e conceitua essa figura de linguagem como "um processo pelo qual uma designação explícita de uma realidade negativa é substituída por uma nomeação menos directa, mas também menos negativa" (ABRANTES, 2002, p. 192). Uma expressão popular transmite exatamente o que imaginamos ter sido o objetivo do uso dos eufemismos nos textos do CASE: “colocar panos quentes”, ou seja, agir para tentar abrandar o que é dito, diminuindo o impacto negativo que o leitor possa ter em relação ao fato narrado ou ao autor.

Observamos o cuidado que parece ter sido tomado para não utilizar ou então recorrer o mínimo possível a termos que de alguma forma pudessem rotular os jovens autores, bem como compará-los ou colocá-los em igualdade com homens que estão em presídios, em geral vistos pela sociedade como indivíduos perigosos e com pouca ou nenhuma chance de ressocialização. Essa estratégia faz sentido se lembrarmos que o projeto *Recriar Textos*, que é o berço do nosso *corpus*, tem como um de seus

objetivos dar voz e visibilidade a meninos e meninas em vulnerabilidade social e tem a preocupação de não estigmatizá-los.

É o que percebemos em relação ao uso de palavras como “crime” e “preso” e suas variações, por exemplo. Talvez o leitor desta dissertação note que também pouco recorremos a esses dois termos, e a justificativa é que nos ancoramos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em relação a tal aspecto. O ECA nomeia os delitos cometidos por crianças e adolescentes como atos infracionais, e não crimes. Quando dissertamos, também tivemos o cuidado de, ao falar do jovem apanhado por cometer um ato infracional, usar o verbo “apreender” e não “prender”. Afinal, conforme o ECA, o menor de 18 anos não é “preso”, mas “apreendido”.

Entendemos que devemos analisar o pouco uso das palavras “crime” e “preso” e suas variações porque imaginamos que um jovem naturalmente usaria esses termos por serem muito comuns. Afinal de contas, entre pessoas de fora do ambiente do CASE ou que não conhecem a legislação, é recorrente escutar que “um adolescente foi preso por roubar algo”, ou que “a polícia prendeu o menino que estava vendendo drogas”. Grandes veículos de comunicação, comprometidos com o uso da terminologia correta, procuram diferenciar “presos” de “apreendidos”, mas nem na imprensa a regra é completamente respeitada. Acreditamos que, ao menos logo após a chegada ao CASE, o jovem ainda não tenha sido ensinado – leia-se assujeitado – em relação aos termos corretos, acabando por utilizar em suas conversas informais aqueles de uso habitual.

Dentre os 25 textos que compõem nosso *corpus*, em apenas sete encontramos o termo “crime”. Em contrapartida, localizamos diversas expressões para driblar essa palavra, mas que deixam claro que existe o envolvimento do jovem com o delito. Um exemplo está no texto de Rafael (anexo a), de 16 anos. Ele escreve que “fez coisa errada”, motivo pelo qual acabou apreendido: “Ficava pelas ruas da pequena cidade a fazer bagunça com más influências, estava conhecido na cidade, logo fiz coisa errada e fui apreendido” (2016, p. 191). Em relação a “fazer bagunça”, podemos deduzir que ele esteja se referindo a provocar confusões pelas ruas ou mesmo cometer delitos.

Outro trecho que podemos observar com atenção é este de Pablo (anexo t), de 18 anos: “Saí de casa e a cada dia mais envolvido com o errado, até tentei sair daquela vida, conheci uma pessoa que me deu inspiração para sair daquele mundo impróprio” (2016, p. 265). Em apenas duas linhas, encontramos três eufemismos: “errado”,

“daquela vida” e “mundo impróprio”. Primeiro, Pablo narra estar envolvido com o “errado”, ou seja, o crime; em seguida, fala que tentou sair “daquela vida”, se referindo a parar de cometer crimes; o terceiro caso, “mundo impróprio”, faz referência ao “mundo do crime”, uma expressão bastante popular.

No exemplo seguinte, de Jorge (anexo f), que estudamos também em relação à sociedade de consumo, no capítulo 4, o crime é abordado usando uma gíria comum entre adolescentes, “vida louca”, que ele escreve na linguagem de muitos jovens na internet, “vida loka”. O texto de Jorge é em terceira pessoa: “Saindo de casa, o ‘muleke’ percebeu que podia ganhar dinheiro fácil e rápido na ‘vida loka’” (2016, p. 281). Neste caso, entendemos a expressão “vida louca/ loka” como um eufemismo que já faz parte da comunicação de meninos e meninas adolescentes, mostrando a falta de regras e limites. O crime, assim, pode estar associado à ideia de “quebrar uma regra”.

Willian (anexo u), de 16 anos, também faz uso de uma linguagem alternativa para falar que cometeu um crime: “A vida me mostrou um lado triste dela, onde a escuridão entra nos meus sonhos e me priva da liberdade” (RECRIAR, 2016, p. 244). O rapaz também escreve “quanta coisa errada eu fiz”, logo, evita usar termos que pudessem soar de forma mais agressiva.

Abrantes (2002) aponta que o eufemismo, um recurso de substituição lexical, “não é arbitrário, mas definido em função de motivações ou intenções específicas por parte do locutor, e que estão directamente associadas aos efeitos particulares que procura atingir junto do interlocutor” (p. 70). Conforme a autora, podem fazer parte dessas motivações fatores que resultam da experiência de vida em comunidade, assim como outros inerentes à própria linguagem. Isso ajudaria a explicar o apelo a expressões próprias do vocabulário do jovem escritor, como “vida louca”, para falar de algo que, em outras palavras, seria “o mundo do crime” ou “a criminalidade”. Ao escrever “vida louca”, o adolescente pode também estar tentando enaltecer esse modelo de conduta tomado de rebeldia, o que para ele é, no fundo, uma forma de se mostrar ao mundo.

Abrantes descreve o eufemismo como uma “estratégia de suavização”, que serve para mostrar a realidade de uma forma que seja mais aceitável, logo, menos negativa:

É como uma operação estética, que elimina no discurso os traços mais perturbadores dos temas negativos interditos. Contudo, a realidade em todos os seus traços, inclusive os mais negativos, é recuperável na expressão eufemística, se esta é reconhecida como tal e não como designação explícita de outra realidade (ABRANTES, 2002, p. 200-201).

Para a autora, eufemismo e tabu são indissociáveis e os temas que são alvo da figura de linguagem variam de acordo com fatores culturais (ABRANTES, 2002, p. 193). Quer dizer, o que é tabu para uma determinada comunidade ou para o público de uma certa faixa etária, por ser social ou culturalmente reprovável, pode ser aceito por outro recorte da sociedade.

Assim, o eufemismo não elimina o tabu, pelo contrário: garante a sobrevivência do tabu, porque permite que seja falado sobre temas que possivelmente não seriam abordados (ABRANTES, 2002, p. 200). Em relação ao nosso *corpus*, pode ser que alguns dos textos, sem o recurso do eufemismo, fossem dotados de fantasia para deixar de abordar questões como a violência e a criminalidade, o que provavelmente criaria uma distância ainda maior do leitor.

Também observamos a frequência do substantivo “preso” ou dos verbos “prender” ou “aprisionar”, que são ainda mais evitados no *corpus*. Analisando os 25 textos, encontramos pelo menos 13 formas para evitar escrever “preso” e suas derivações. Assim como em relação a “crime”, entendemos que “preso” seria a forma mais natural para que um jovem se expressasse, sem qualquer preocupação com termos oficiais ou formais ou, ainda, com uma linguagem que fosse classificada como a mais correta. No quadro 4, listamos algumas possibilidades que constatamos:

Quadro 4 – Alternativas ao uso do termo “preso” e suas variações

- privado da liberdade	- parei na detenção
- aqui estou, no aguardo da sentença	- aqui, trancado
- perder a liberdade	- eu fui pro sistema
- fui apreendido	- três anos fechado
- aqui privado	- puxando cadeia
- me encontro na detenção	- não quero mais acordar com barulho
- fechado entre quatro paredes	dos cadeados e das portas batendo

Algumas dessas expressões se repetem, sendo que “privado da liberdade” e as variações “privada da liberdade” ou “privado da minha liberdade” foram

encontradas 15 vezes no total. A impressão é que a intenção é, de certa forma, “mascarar” a informação de que jovem está recluso. Assim inverte-se o jogo, dando a entender que ele está temporariamente sem condições de viver em liberdade. Essa alternativa também colabora para a sensação de que essa é uma situação com data de término prevista – o que de fato é, a menos que o adolescente cometa outro ato infracional e retorne ao CASE ou, ainda, que atinja a maioridade e acabe recolhido em um presídio por algum outro crime. A seguir, analisamos alguns desses casos.

Luís (anexo v), 17 anos, usa duas vezes a expressão “privado da liberdade” em um texto pequeno, de apenas três parágrafos. É um caso interessante porque, além de não dizer que “está preso”, manifesta preocupação com o que os pais possam pensar a respeito dele. Assim, mostra sentir que “estar preso” não é algo bem visto, sobretudo pelo pai e pela mãe. Demonstra que se importa com a opinião da família e entrega certo arrependimento quando escreve “joguei fora minha juventude”:

[...] Hoje, estou privado de minha liberdade. Cheio de esperanças, pensando o que vai ser de mim... no futuro.
Pensando o que vai ser de mim no futuro. Pensando o que meus pais pensam de mim, sei que eles têm esperança... que eu mude. Joguei minha juventude fora e me sinto mal... só de lembrar. Talvez poderia estar trabalhando... construir uma família. Hoje... me encontro privado de liberdade, saudades a mil das pessoas que sempre me deram valor. Mas, sei que estou colhendo o que plantei (RECRIAR, 2016, p. 275).

O final do trecho representa outro eufemismo que merece reflexão: Luís afirma “estou colhendo o que plantei”, ou seja, está pagando pelo ato infracional que cometeu. Neste caso, Luís recorreu a uma expressão bastante popular e cujo sentido é mostrar que cada ato tem uma consequência. Mesmo que tenha recorrido ao chavão, Luís está assumindo que precisa prestar contas à sociedade, ou seja, cumprir a medida socioeducativa.

Em relação à expressão “privado da liberdade” e suas variações, levantamos a hipótese de que tenha sido uma opção dos próprios internos, o que foi corroborado na segunda visita realizada ao CASE, no dia 9 de outubro de 2017, e descrita no capítulo 5. Naquela data, acompanhamos uma aula dentro da Escola Estadual Paulo Freire, que ocupa as instalações do Centro de Atendimento, e notamos que, em conversas com a professora, os alunos falavam de si dizendo “eu estou privado da liberdade”, nunca como “eu estou preso”.

Ao questionar a docente a respeito dessa expressão ouvida e lida em trabalhos publicados no *Recrutar Textos*, a explicação dada pela professora foi a de que costuma orientar os garotos a escrever dessa forma, “privado da liberdade”, por entender que tal versão soa de forma mais amena do que dizer que está “preso”.

Mostramos mais um exemplo: o texto de Vítor (anexo w), de 18 anos, faz um lamento quando usa a expressão “privado de liberdade”: “[...] De repente, estou aqui, privado de liberdade, contando minha história e pedindo diariamente perdão a Deus em orações. Pelo meu erro, perdi pessoas queridas, inclusive minha amada” (RECRUAR, 2016, p. 289). Outros termos que lembram eufemismos aparecem, dando a ideia de que houve o cuidado – ou a edição – para abrandar o conteúdo, evitando o uso de palavras que pudessem chocar o leitor. Esses recursos surgem fortemente em um dos parágrafos, após ele narrar as dificuldades enfrentadas na vida, como a descoberta de que o homem que o criou não era seu pai biológico, a separação dos pais, as agressões que a mãe passou a sofrer do novo companheiro, a fome e o momento em que entrou na vida do crime, que ele chama de “vida louca”. A seguir, transcrevemos o parágrafo, no qual ele escreve na terceira pessoa do singular:

Depois de anos, já com seis filhos, o mais velho com 16 anos, Vítor, começa a ter companhias desagradáveis. Sua mãe descobre que é usuário de drogas. Atualmente, passa por situações nebulosas com o filho. A tristeza aumentou no dia em que ela descobriu que seu filho, numa viagem, a decepcionou, pegando objetos que não lhe pertencia (RECRUAR, 2016, p. 289).

Vítor usa a expressão “companhias desagradáveis” possivelmente para se referir a pessoas envolvidas com a criminalidade ou mesmo a usuários de drogas, já que em seguida ele fala que passou a consumir entorpecentes. É possível, ainda, que tenha escutado em casa a expressão “companhias desagradáveis”, quando familiares podem ter feito algum alerta para que se afastasse. Ao falar da mãe, Vítor tem ainda mais cuidado, quando escreve sobre “situações nebulosas”, provavelmente em relação a um período de grande rebeldia ligado ao início do uso de drogas. Para se referir a um furto ou a um roubo que cometeu, Vítor comenta que “pegou objetos que não lhe pertencia”, uma clara tentativa de encobrir a imagem negativa que soaria ao escrever que ele roubou ou furtou. Afinal de contas, dizer que alguém “roubou alguma coisa” choca muito mais do que dizer que essa pessoa “pegou algo que não era seu”, porque, nesta última versão, não está explícita a noção do crime.

Essa omissão dos verbos “roubar” ou “furar” também é tática de Marcelo (anexo o), de 16 anos. Para falar sobre o crime, ele usa a expressão “tirar coisas dos outros”: “[...] A partir daí, comecei a me esconder da polícia, deixando a minha mãe chorando... sem saber se eu ia voltar para casa, com vida. Até que resolvi... largar e deixar tudo isso de lado... comecei a tirar coisas dos outros” (RECRIAR, 2016, p. 239).

Marcelo parece confuso porque escreve, inicialmente, que gostaria de “deixar tudo isso de lado”, ou seja, os atos que estavam preocupando e entristecendo a mãe. Em seguida emenda, dizendo que passou a “tirar coisas dos outros”: admite que começou a roubar ou furar, mas escreve essa confissão de forma suavizada.

Outros exemplos estão no texto escrito por Gilberto (anexo x), de 18 anos, como mostra o trecho transcrito a seguir:

Olho as paredes deste dormitório, observo as tantas frases e nomes de adolescentes que já passaram por este lugar, alguns que não estão mais entre nós, tantas datas, bairros, cidades. Isso tudo é uma tortura, espero que um dia essa tempestade acabe e o sol possa brilhar novamente, não quero mais acordar com barulho dos cadeados e das portas batendo (RECRIAR, 2016, p. 278).

Quando Gilberto comenta sobre os adolescentes que já passaram pelo CASE e salienta “alguns que não estão mais entre nós”, faz uso do eufemismo para falar daqueles que já morreram, possivelmente assassinados. Gilberto dá a entender que esteja falando de morte, de tristeza, porque destaca que “isso tudo é uma tortura, espero que um dia essa tempestade acabe”. A tempestade seria o difícil período na reclusão, enfrentando, entre outras complicações e sofrimentos, o ato de pensar que muitos dos que já estiveram internados faleceram. Depois, Gilberto afirma não querer mais “acordar com barulho dos cadeados e das portas batendo”, ou seja, não quer mais acordar “preso”, quer a liberdade de volta.

Bento (anexo y) evita usar o verbo “matar” quando fala do receio de ser assassinado: “Agora na vida que eu levo, não posso brincar... tem um monte de ‘contra’ querendo me apagar” (RECRIAR, 2016, p. 192). A expressão usada por ele, “apagar” pode ser uma gíria, mas também pode estar expressando o receio de usar o verbo “matar”, que soaria mais agressivo. Até porque na sequência Bento escreve “Minha mãe vive no sofrimento, tendo seu filho como detento”, entregando a preocupação com a mãe, como faz também Vítor em caso mostrado anteriormente.

Esse zelo ao utilizar palavras amenas para se referir à mãe, buscando causar o menor sofrimento possível, aparece nos textos por meio de eufemismos.

De acordo com Abrantes (2002) existem palavras que são evitadas em função dos sentimentos que evocam quando pronunciadas e entre elas estão "morte" ou "morrer", termos que, para ela, são difíceis de lidar. A autora acrescenta que é necessário analisar esses usos da língua conforme o contexto histórico e social, porque variam de uma comunidade para outra e de quando foram ditos (p. 17). Se prestarmos atenção à nossa própria maneira de falar, existe uma grande cautela para evitar dizer que alguém "morreu", preferindo o verbo "falecer", sobretudo quando a pessoa em questão faz parte do círculo de amigos ou familiares. Quando se fala a respeito de alguém distante, como um artista, ou se comenta uma notícia veiculada na imprensa sobre um acidente de trânsito, por exemplo, é mais comum falar que a pessoa "morreu" do que "faleceu", porque em razão de não haver proximidade, diminui a cobrança pelo uso do termo mais suave.

Ao recorrer a outras palavras e expressões, tenta-se de alguma forma disfarçar a realidade. É isso que observamos nos exemplos mostrados, uma tentativa de remover a mácula deixada pelo crime. Independentemente do ato infracional cometido, a palavra "crime" soa de forma pesada. Assim, o eufemismo é recurso para buscar demonstrar que o adolescente está no CASE "de passagem", pagando por algum equívoco que tenha cometido, e se ressocializando. É como se, apesar de haver a necessidade de dizer algo, houvesse também um anseio por silenciar qualquer informação que pudesse soar ofensiva.

O eufemismo, então, é uma seara à qual nos debruçamos para analisar as falas, os dizeres mascarados e os silêncios. Logo, percebemos que o eufemismo funciona como um instrumento para a fabulação dentro do processo de escrita. Para Deleuze (1997) "Não há literatura sem fabulação" (p. 13). Em seguida, o autor completa com a seguinte linha de raciocínio, que nos remete a pensar nos tantos elementos presentes nas entrelinhas, muitos deles cobertos pelo manto do eufemismo: "Compete à função fabuladora inventar um povo. Não se escreve com as próprias lembranças, a menos que delas se faça a origem ou a destinação coletivas de um povo por vir ainda enterrado em suas traições e renegações" (DELEUZE, 1997, p. 14).

6.3.1 A cultura do eufemismo

Os eufemismos que localizamos no nosso *corpus* conduzem a refletir sobre o quanto essa figura de linguagem está presente no cotidiano. O ato de escrever, cercado pela aura da perenidade, provavelmente porque a escrita representa uma espécie de documento, de registro, reserva uma grande cautela com o que se coloca no papel, mesmo que o texto não tenha um objetivo formal. Escrever é registrar, seja em que formato e para qual finalidade for, diferentemente da fala, que se esvai ao mesmo tempo em que é proferida.

Nesta etapa da dissertação, em função das temáticas estudadas, logicamente passamos a prestar atenção até nos eufemismos que nós eventualmente estejamos utilizando em nossa escrita. Essa postura pode ser entendida como uma mostra de como funciona essa espécie de “adestramento” do linguajar: ouve-se falar a respeito da necessária atenção ao que se escreve e naturalmente passa-se a observar com mais zelo a forma como a mensagem está sendo colocada. Quer dizer, se os jovens autores do CASE podem ter passado por processo semelhante, de instrução, também estamos sujeitos, não por uma orientação expressa, mas induzidos pelo que estamos estudando.

Provavelmente por receio de magoar ou de soar rude ao interlocutor, são comuns casos cotidianos em que se faz uso de palavras que possam parecer mais amenas, ao menos na visão de quem escreve. Um exemplo é dizer que alguém “tem problemas”, para se referir a uma pessoa com deficiência. Outra situação comum é em relação ao cego, chamado muitas vezes de “pessoa com problema de visão”. Combater práticas como essas tem se tornado cada dia mais comum – até o Senado Federal, em um manual de comunicação online, orienta em relação a algumas questões, como dizer “cego” ou “pessoa cega” para se referir a quem tem cegueira, e “pessoa com deficiência” em vez de “deficiente”, “pessoa portadora de deficiência ou de necessidades especiais” para se referir a alguém com algum tipo de deficiência. Trata-se de imprimir mais objetividade, evitando um eufemismo que muitas vezes é revelador do preconceito ou do tabu envolvendo o que desvia da “normatividade social”.

Todo esse cuidado ao escrever aparece também nos meios de comunicação, especialmente nos últimos anos, quando se viu inflar a preocupação com termos corretos e que possam afastar a possibilidade de quaisquer constrangimentos ou

mesmo ações judiciais movidas contra o autor por aquele que se sentiu ofendido. No entanto, com o advento das redes sociais e consequente democratização da informação em muitos aspectos, existem cada vez mais movimentos para esclarecer que alguns eufemismos ainda comumente usados na verdade são vistos não somente como desnecessários, mas incorretos. É como chamar uma pessoa negra de “morena” ou “moreninha”, como mostra um dos volumes do *Minimanual de Jornalismo Humanizado*, montado pela Organização Não-Governamental (ONG) Think Olga: “A dificuldade em apontar alguém como negro (a) é sintomática do racismo na sociedade brasileira: para alguns, soa mais elogioso chamar de moreno (a)” (2016, não paginado). O material deixa bem claro: “A negritude abrange uma gama ampla de tonalidades e traços – e não é ofensa chamar alguém de negro (a)” (2016, não paginado).

O espanhol Jardiel (2005) alerta para um perigo: o risco do uso do eufemismo para manipulação social. Ele conceitua a figura de linguagem como “noções adulteradas que tendem a adoçar a realidade e a favorecer aos mais diversos interesses” (JARDIEL, 2005, p. 122, tradução nossa¹³).

Uma das possibilidades elencadas por Jardiel é de dar conotação positiva a situações que, na verdade, pouco ou nada têm de bom. Um exemplo citado por ele foi a adoção da expressão “limpeza étnica”, popularizada durante a guerra civil entre Bósnia e Herzegovina, de 1992 a 1995. O autor recorda que, na verdade, os termos que corretamente descreveriam o conflito seriam extermínio ou genocídio. O argumento de Jardiel se sustenta: em quatro anos de conflito, foram cerca de 100 mil pessoas mortas. O espanhol defende que, ao suavizar os aspectos negativos, se faz com que a sociedade tolere mais facilmente casos de situações-limite (2005, p. 124).

Por outro lado, dizer/ escrever “genocídio” evita que se use termos como “massacre”, “matança” ou “assassinatos em massa”, expressões que, mesmo que se tenha conhecimento do que significa um genocídio, certamente causariam um choque muito maior, por didaticamente explicar do que se trata. Ainda em relação ao genocídio, Tiburi explica que foi um termo criado por Raphael Lemkin após anos de luta para reconhecer aquilo que até então era um “crime sem nome”. Genocídio “[...] expressa muito melhor a destruição de um povo (*genos*) com o fito de estabelecer,

¹³ Transcrição original: “[...] nociones adulteradas que tienden a edulcorar la realidad y a favorecer a los más diversos intereses”.

segundo as palavras de Lemkin, 'o padrão nacional do opressor' no lugar do 'padrão nacional do oprimido" (TIBURI, 2016, grifo original, não paginado).

Jardiel vai além: aborda o eufemismo “inobservância da lei” e provoca, descrevendo como são beneficiados aqueles que são os detentores de riquezas: “quando essas pessoas cometem delitos, se diz que houve ‘inobservância’ da lei (eufemismo que nunca é usado para crimes cometidos por criminosos comuns) e suas atividades fraudulentas ou criminosas são apenas irregulares” (JARDIEL, 2005, p. 125, tradução nossa¹⁴).

Por fim, Jardiel nos alerta que os eufemismos, ao apelarem para a “correção política das expressões”, demonstram a cortesia linguística, mas não têm efeito prático: “uma prisão é menos cruel se suas dependências forem melhoradas, sua comida, o tratamento dos que estão lá, etc. Não é melhor simplesmente porque é chamado de 'centro de inserção social” (2005, p. 126, tradução nossa¹⁵). Isso nos leva a pensar no CASE como Centro de Atendimento Socioeducativo, onde medidas eficazes e que priorizem a educação ainda terão que ser pensadas para que o lugar seja, de fato, um espaço de passagem para que o jovem se recoloca em sociedade com condições de recomeçar a vida.

Se pararmos para observar os falares cotidianos, facilmente encontraremos termos utilizados para eufemizar determinadas situações que possam causar constrangimento aos envolvidos e, não sejamos ingênuos, com diferenciação de acordo com a classe social. É o caso da cleptomania, que embora considerada uma compulsão que leva o sujeito a furtar objetos, dificilmente veremos sendo associada a uma pessoa pobre. Em artigo, Correia-Krutzen afirma que um adolescente de classe média que passasse a tomar diversos objetos seria descrito como um caso de "cleptomania", "crise de identidade" ou "problema existencial", ao passo que, se fosse um pobre, seria chamado de "ladrão", "marginal" e até de "sujo" e "preguiçoso" (2001, p. 59).

O noticiário em geral é campo fértil para a constatação de outros exemplos de eufemismos. O ato de “desviar verba”, por exemplo, nada mais é do que se apropriar

¹⁴ Transcrição do original: “Cuando estas personas cometen delitos, a éstos se les denomina ‘inobservancias’ de la ley (eufemismo que nunca se usa para delitos cometidos por delincuentes comunes) y sus actividades fraudulentas o delictivas son sólo ‘irregulares”.

¹⁵ Transcrição do original: “Una cárcel es menos cruel si se mejoran sus dependencias, su comida, el trato a los que allí están, etc. No es mejor simplemente porque se la denomine ‘centro de inserción social”.

do dinheiro alheio, ou seja, furtar ou roubar para aplicar em outra área, mas em grandes casos, envolvendo importantes empresas, é a primeira expressão que prevalece (desviar verba).

Como percebemos, os eufemismos que notamos no *corpus* podem funcionar com a mesma estratégia que involuntariamente adotamos no dia a dia: como uma máscara para camuflar uma face mas que, no entanto, não escapa de ser percebida pelas análises/ olhares mais atentos.

6.4 LINGUAGEM E PODER

Percebemos a linguagem como detentora de um grande poder de emancipação, ao permitir que os jovens do CASE, que estão reclusos e sujeitos às rotinas da instituição, possam ganhar visibilidade. No momento em que escrevem, encontram um espaço no mundo que é significativo tanto para se autoafirmarem como para se reafirmarem diante de suas famílias, quando os laços ainda estão preservados. É como se a possibilidade de assinar um texto servisse como o elo necessário para mostrar que eles são sujeitos ativos e com voz. E mesmo que não se tratem de relatos autobiográficos, nos deparamos com vozes, sim, que andam em paralelo com outras influências, dentre elas o assujeitamento.

Por meio da linguagem, esses meninos conseguem ultrapassar o espaço da reclusão e chegar a um lugar simbólico talvez jamais imaginado: as páginas de um livro, passando a fazer parte de uma obra que está e estará sempre ligada à própria história da instituição em que temporariamente estão internados. Neste caso, conquistam espaço para exercitarem a autoexpressão. Ao escreverem, buscam na memória influências de situações já vividas ou se inspiram nos relatos de amigos e colegas de internação.

É uma forma, também, de proporcionar que esses adolescentes possam se constituir enquanto sujeitos, colocando-se como peças vivas de uma engrenagem que, queiramos assumir ou não, fica à margem da sociedade. É uma maneira de conquistarem um espaço e demonstrar um empoderamento necessário, ainda mais diante de um sistema que se propõe a promover a ressocialização. Afinal de contas, de que forma a tão discutida e almejada volta à sociedade poderá de fato se concretizar se o cidadão – no caso, o menor infrator – não puder se expressar e demarcar com isso seu lugar na sociedade? Assim, na linguagem escrita, esses

jovens podem encontrar mais um caminho de libertação, que se naquele momento não é física, é do campo do pensar.

A linguagem tem, ainda, o poder de situar o sujeito em um determinado espaço. É o que notamos ao encontrar nos textos termos como “breti”, mencionado por Alexandre (RECRIAR, 2016, p. 282) para designar o seu espaço no dormitório e sobre o que comentamos anteriormente, ou mesmo quando os jovens falam do lugar onde estão, como faz Gilberto, que escreve “não quero mais acordar com barulho dos cadeados e das portas batendo” (RECRIAR, 2016, p. 278), comentando como é estar recluso, trecho que também já analisamos, mas que retomamos para demonstrar mais esse poder da linguagem.

A linguagem, assim, acaba por moldar o sujeito de acordo com o espaço que este ocupa. Mesmo quando se inspira em outro texto, caso dos adolescentes que buscaram subsídios em letras de rap e de funk, o autor está, de alguma forma, falando, e é nisso que reside o poder da linguagem a que nos referimos.

Para Barthes, “[...] a língua, como desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (2001, p. 14). A realidade é representada de acordo com as categorias da língua (FIORIN, 2009, p. 150), logo, somos como “escravos” dela, dependendo de seus mecanismos para nos comunicar.

O próprio Barthes destaca, porém, que existem mecanismos para, de certa forma, burlar as regras impostas pela língua: aponta que é possível “trapacear” a língua e que isso é feito por meio da literatura.

Entendo por literatura não um corpo ou uma seqüência de obras, nem mesmo um setor de comércio ou de ensino, mas o grafo complexo das pegadas de uma prática: a prática de escrever. Nela viso portanto, essencialmente, o texto, isto é, o tecido dos significantes que constitui a obra, porque o texto é o próprio aflorar da língua, e porque é no interior da língua que a língua deve ser combatida, desviada: não pela mensagem de que ela é o instrumento, mas pelo jogo das palavras de que ela é o teatro (BARTHES, 2001, p. 16-17).

Pêcheux (1997) afirma que “o que o sujeito diz deve, pois, sempre ser referido às condições em que ele diz” (p. 150), e acrescenta que é necessário confrontar esse discurso com a prática. Em nosso caso, sem condições de efetuar esse confronto propriamente dito, buscamos outros elementos que nos dessem suporte, como o estudo de características encontradas dentro dos textos, tais como os indícios de assujeitamento. O discurso não se forma de maneira linear, mas é construído:

[...] sublinhemos que uma formação discursiva existe historicamente no interior de determinadas relações de classes; pode fornecer elementos que se integram em novas formações discursivas, constituindo-se no interior de novas relações ideológicas, que colocam em jogo novas formações ideológicas (PÉCHEUX; FUCHS, 1997, p. 167-168).

Bakhtin nos leva a pensar na carga de sentido contida nas palavras:

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.* É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida (BAKHTIN, 2006, p. 96, grifo original).

Logo, a palavra é como a materialização das ideias e, de acordo com o que defende Bakhtin, nós reagiremos a elas conforme aquilo que elas nos despertarem. Quer dizer, os eufemismos que fazem parte da comunicação acabam por abrandar muito do que é dito, mas sem deixar de dizer – e isso talvez faça parte da “trapaça” a que se refere Barthes. Afinal de contas, quando lemos, decodificamos a mensagem que está no papel de acordo com as nossas vivências. Em função disso, nosso entendimento não necessariamente será completamente igual à mensagem que o autor procurou transmitir.

O ato de falar proporcionado pelo *Recriar Textos* também pode ser entendido como uma estratégia para demarcar existência, fortalecer ou dar significado a algo ou alguém. Para entender melhor, propomos um exemplo prático: o da ex-presidenta Dilma Rousseff, primeira mulher eleita para o cargo e que fez questão de assim ser chamada, com a flexão de gênero da palavra presidente para o feminino. Dilma também sancionou a Lei Nº 12.605, de 3 de abril de 2012, que determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. O fato de ter escolhido ser chamada de presidenta foi uma estratégia para fortalecer a condição de que uma mulher havia sido escolhida para comandar o maior país da América do Sul. Cabe destacar que a palavra “presidenta” não foi criada por Dilma, porque fazia parte do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) da Academia Brasileira de Letras desde 1932 e do Dicionário Aurélio desde 1975 (DANTAS, 2017, p. 1316). Logo, o que ocorreu foi um decreto para que a partir daquele momento aquela fosse, de fato, a forma oficial a tratar a comandante do país.

6.4.1 Sistema socioeducativo em xeque

Em paralelo, a linguagem se manifesta por meio de um outro poder: o da dominação, de uma certa imposição de um sujeito sobre o outro, o que no nosso *corpus* é demonstrado por meio dos assujeitamentos e dos eufemismos. Ora, se é claro que não dispomos de textos “crus”, fica evidente esse poder que a linguagem tem de trabalhar – e muitas vezes até manipular ou silenciar – os dizeres. É quando nos deparamos, nos textos em análise, com a possibilidade de realidades suprimidas ou distorcidas.

Entre as lacunas que observamos no *corpus* está a falta de relatos de violência ou de dizeres profundos a respeito das vivências. Os internos fazem alguns lamentos, como os casos em que falam da ausência do pai ou da tristeza por estarem reclusos (situações em geral mencionadas de forma superficial) mas não abrem o jogo para falar profundamente de seus sofrimentos e mesmo dos problemas enfrentados dentro da própria instituição. Porém, reportagens colocam possíveis falhas à mesa, evidenciando tanto mau comportamento de internos como incoerências no atendimento prestado. A seguir, comentamos algumas reportagens publicadas antes ou em período logo após o lançamento do volume do *Recriar Textos* que estamos estudando.

No dia 10 de julho de 2016, o jornal Pioneiro publicou a reportagem *Monitor acusa 25 jovens de ameaças de morte e ofensas em unidade da Fase na Serra*. O texto explica que o caso teria acontecido durante um princípio de rebelião dois dias antes e explica que ocorreram ameaças de morte e ofensas verbais, mas que ninguém foi agredido. Também menciona que os internos danificaram o prédio, arrancando lâmpadas e forçando grades, e jogaram materiais de higiene e alimentos contra o funcionário. A matéria também indica a superlotação: seriam cerca de 80 jovens em um espaço projetado para 40 (TONETTO, 2016).

Pouco tempo depois, uma rebelião terminou em jovens denunciados à Justiça e em investigações a respeito das condições do atendimento prestado. A confusão ocorreu na noite de 17 de setembro de 2016, um sábado, quando dois jovens de 18 anos ficaram feridos e tiveram de ser atendidos em um hospital. A situação foi controlada por agentes do CASE e, na sequência, policiais militares ingressaram no prédio para realizar revista no interior das celas, quando encontraram pedaços de paredes, mesas e cadeiras quebradas e grades arrancadas (PIONEIRO, 2016a).

A gravidade do ocorrido naquela noite só seria divulgada quase um mês depois, quando outra reportagem informou que seis internos, todos maiores de idade, foram presos em flagrante durante a revista feita pela Brigada Militar na noite do dia 17 de setembro e acabaram encaminhados a uma penitenciária, o que é possível em função de que já tinham 18 anos de idade ou mais. A matéria narra que "De acordo com o Ministério Público (MP), o grupo atacou outros dois internos com estoques¹⁶ e utilizou um fio de luz para enforcar uma das vítimas (PIONEIRO, 2016b). No trecho a seguir, a reportagem conta o que teria motivado a rebelião e os desfechos possíveis:

Para a promotora Sílvia Regina Becker Pinto, a motivação do primeiro ataque foi justamente o desejo dos denunciados em serem transferidos para um presídio. Eles acreditariam ser mais satisfatório chegar ao sistema carcerário devido a um crime de homicídio do que por uma rebelião. A vítima escolhida foi um interno recém-chegado.

O segundo alvo foi um adolescente que pediu ajuda para a BM, quando preparava a retomada do abrigo. O rapaz foi espancado e teve ferimentos no pescoço provocados por um estoque (faca improvisada).

A denúncia do MP foi por tentativa de homicídio triplamente qualificado, por motivação torpe, meio cruel e recurso que dificultou a defesa da vítima. Desta forma, a pena prevista é de 12 a 30 anos de reclusão (PIONEIRO, 2016b).

No dia 11 de outubro de 2016 (curiosamente dois dias antes do lançamento, na Feira do Livro de Caxias do Sul, da obra que analisamos) o jornal *Pioneiro* divulgou a reportagem *MP investiga tratamento dado aos jovens do Case de Caxias*. O texto explica que um inquérito civil fora aberto em 29 de setembro daquele ano para apurar reclamações como comida estragada e demora no atendimento para ir ao banheiro. A matéria diz, ainda, que os internos ficariam imobilizados com algemas durante o banho e visitas. O autor da reportagem destaca que nove mães de adolescentes procuraram o jornal e foram unânimes em relação à reclamação a respeito da qualidade das refeições servidas. Também comentam a respeito de violência na rebelião ocorrida no mês anterior, na noite de 17 de setembro. Não há informações detalhadas a respeito da investigação do Ministério Público mencionada no texto porque, segundo a matéria, o caso corria em segredo de Justiça. A mãe de um adolescente de 15 anos faz o seguinte relato ao repórter:

O meu filho fica no outro bloco. Ele estava em uma cela com um colega, mas foram buscar e bateram igual. Ele ficou todo machucado. A rebelião foi no final de semana e na quarta-feira (dia de visita) encontrei ele passando frio,

¹⁶ Estoque é uma faca artesanal, feita com lâmina improvisada, muitas vezes utilizando peças que são quebradas de móveis ou utensílios.

de regata, com a bermuda rasgada e pé no chão. Assim não vai reeducar ninguém (LOPES, 2016b).

O desabafo da mãe é chocante, sobretudo porque ela afirma que, se mantidos os procedimentos que ela narra, “assim não vai reeducar ninguém”, como se propõe a instituição. Na mesma reportagem, Robson Vinn, presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), instituição à qual o CASE está vinculado, explica que a alimentação é produzida em local terceirizado, assim como nas demais unidades no Rio Grande do Sul, e que seria impossível haver a suposta má qualidade denunciada. Ele também fala a respeito do relacionamento entre os agentes socioeducadores e os internos e afirma:

O agente socioeducador tem uma obrigação institucional de cobrar uma postura. Cobrar que esse adolescente acorde cedo, que se higienize, que faça uma atividade física, que ele produza institucionalmente. Se é rigoroso, é feito para moldar nesse sistema mínimo. No Case, ao contrário do sistema penal adulto, o controle ocorre 24 horas por dia. Nossos servidores não utilizam qualquer tipo de arma. É exclusivamente o diálogo (LOPES, 2016b).

Como se percebe, transparece a forte discrepância entre os diálogos dos familiares dos internos e da administração da entidade, o que fortalece a possibilidade de existirem muitas lacunas a serem fechadas no sistema.

No mesmo dia, embora algumas horas depois, o mesmo jornal publicou outra reportagem, *Conselho Tutelar confirma irregularidades no Case de Caxias*. O texto informa que o Conselho Tutelar de Caxias do Sul esteve no CASE no dia 28 de setembro daquele ano e que confirmou incoerências, descritas em um relatório entregue ao Ministério Público. A matéria destaca que os conselheiros perceberam problemas na alimentação dos jovens, na estrutura do prédio e nos dormitórios, classificados como precários, além de superlotação e denúncias de maus-tratos. A fala da coordenadora do Conselho Tutelar Sul, Evandra Pellin, é forte: "Consideramos a questão grave e urgente. Os apontamentos estão com o Ministério Público para que sejam tomadas as medidas cabíveis" (LOPES, 2016a).

As reportagens mencionadas atestam que, assim como em presídios, onde é de amplo conhecimento e divulgação os casos de rebeliões e violência, o CASE não está alheio a esse tipo de situação. Pelo contrário: o cenário pode ser ainda mais grave se pensarmos que ali estão jovens com idades a partir dos 13 anos, ou seja, recém-saídos da infância. Uma das matérias que mostramos explica que o motivo de

uma rebelião ocorrida no CASE teria sido forçar a transferência de rapazes maiores de idade para um presídio, o que é outro fato gravíssimo, arquitetado possivelmente para que pudessem ficar mais próximos de outros detentos, o que mostra que o CASE e os presídios pouco têm de diferença além da faixa etária e da obrigatoriedade de estudar estabelecida no primeiro. Essas realidades todas, no entanto, sequer são mencionadas nos textos do *corpus* que estudamos. As condições do CASE são omitidas, limitando-se a relatos que pouco dizem, como “[...] Aqui todo dia tem uma confusão para atrapalhar a caminhada da gurizada, não é fácil” (RECRIAR, 2016, p. 270).

São questões importantes, porque mostrariam de forma mais transparente as dificuldades enfrentadas pela própria gerência da instituição, que tem em mãos a tarefa de comandar um espaço superlotado onde estão menores de idade ou jovens adultos que cometeram delitos graves. Preocupa pensar que, se essas informações não aparecem, outros relatos dos jovens também podem estar ocultos.

Se entendermos a educação como forma emancipadora e o *Recriar Textos* como uma possível ferramenta para isso dentro do CASE, devemos pensar criticamente sobre a forma com que o projeto busca cumprir essa função. Apesar dos percalços enfrentados na época em que desenvolvia seus estudos, sendo inclusive submetido ao exílio durante a ditadura militar no Brasil, Freire (1967) reconhecia os desafios que a educação ainda teria de enfrentar e defendia os princípios de uma educação libertadora: “A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação” (FREIRE, 1967, p. 36).

Weffort, no prefácio dessa mesma obra de Freire, *Educação como prática da liberdade*, aponta que “[...] todo aprendizado deve encontrar-se intimamente associado à tomada de consciência da situação real vivida pelo educando” (WEFFORT, 1967, p. 5). Quer dizer, não basta ensinar a juntar letras e posteriormente formar frases, mas trabalhar para que o uso do poder da palavra sirva para que o sujeito realmente se reafirme no mundo. Depois, Weffort acrescenta que se alguém diz que “[...] a educação é afirmação da liberdade e toma as palavras a sério — isto é, quando as toma por sua significação real — se obriga, neste mesmo momento, a reconhecer o fato da opressão, do mesmo modo que a luta pela libertação” (WEFFORT in FREIRE, 1967, p. 6).

Voltando a Bakhtin, o autor salienta que “em condições normais, o critério de correção linguística cede lugar ao critério puramente ideológico: importa-nos menos a correção da enunciação do que seu valor de verdade ou de mentira, seu caráter poético ou vulgar, etc.” (2006, p. 97). E a produção desta dissertação mostrou que essa máxima é verdade: quisemos, o tempo todo, entender melhor o que cada palavra grafada poderia nos dizer. E esse interesse não existe apenas porque somos pesquisadoras: acreditamos que mesmo que não faça questionamento algum, a pessoa que ler os relatos do CASE certamente se perguntará, internamente, quais são as verdades daqueles textos e em que circunstância eles nasceram. Trata-se da natureza curiosa do homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um compêndio de emoções, sejam elas tristezas, alegrias ou esperanças, dito por silêncios e por vozes que gritam e que disfarçam. Assim pode ser resumido o conjunto de textos assinados por internos do CASE e estudado nas páginas anteriores. Um discurso que precisava ser entendido em suas entranhas, e que nos mostrou uma nova forma de olhar para o sistema socioeducativo em um regime de reclusão.

Entendemos os escritos analisados como uma espécie de voz. Fomos, passo a passo, percebendo que o *corpus* possuía um discurso que, embora nascido no ambiente de reclusão, carregava diversas nuances que nos colocavam diante de um dilema: havia ali realidade, ficção ou ambas? Enquanto procurávamos essa resposta, percebemos que nosso foco, apesar do anseio enquanto jornalistas e pesquisadoras, não era diferenciar e evidenciar verdades e mentiras, mas nos apropriarmos dessas lacunas para chegarmos o mais próximo possível daquele contexto, que se mostrava permeado de fantasia. Afinal de contas, colocar as informações em xeque exigiria confronto com entrevistas verbais, que não nos pareceram fundamentais porque relatos feitos pelos internos em contato pessoal também poderiam ser fabulares. Logo, ficou ainda mais claro que olhar detalhadamente para o *corpus* já seria um grande desafio, porque estávamos nos dispondo a interpretar textos que, em muitos momentos, falavam pelo silêncio.

Este estudo também serviu para atestar que uma obra sempre merece um segundo olhar atento dos pesquisadores. Isso fica muito claro se remontarmos ao início da pesquisa, quando, em um primeiro contato, imaginávamos ler no *Recriar Textos* relatos detalhados que expusessem a vulnerabilidade e a vida no cárcere. Se tínhamos à nossa frente a possibilidade e o tempo suficientes para declinar do estudo, optando por analisar materiais literários de maior campo semântico, como o de grandes autores, por exemplo, percebemos que procurar pistas nas entrelinhas desse *corpus* poderia nos mostrar muito mais do que sentenças claramente ditas, até óbvias. Logicamente o percurso escolhido exigiu que examinássemos de forma mais minuciosa, mas nos colocou muito mais próximas da realidade e provou que os silêncios e os eufemismos dizem, e muito.

Calar, em um tempo em que tanto se defende a livre manifestação de ideias, preocupa. Pensar na palavra calada induz ou deveria induzir a imaginar o motivo

daquele silêncio. Essa é uma de nossas grandes preocupações, sobretudo porque estamos lidando com os dizeres de rapazes jovens, alguns recém-saídos da infância, e que possivelmente anseiem, mesmo que internamente, por verbalizar. Aliás, talvez por essa necessidade é que tenhamos nos deparado com redações inspiradas ou parcialmente copiadas de músicas. Se muitas palavras versadas por artistas são inspiração aos amantes, aos escritores, por que não o seriam para os internos do CASE se expressarem? Esse foi um ponto que nos alertou para a relevância desses relatos.

Em alguns momentos as “vozes” dos educadores sociais aparentavam estar impressas nos textos assinados pelos adolescentes. Ao mesmo tempo, observamos que alguns escritos pareciam transmitir a mensagem esperada pelo leitor, ou seja, tanto de redenção do jovem delinquente como da narrativa sobre como ocorreu um delito, satisfazendo a uma curiosidade comum. Houve casos em que a falta de naturalidade saltou aos olhos e nos levou a questionar se aquelas frases haviam sido mesmo grafadas por um adolescente com baixo nível de escolaridade e em situação de reclusão, longe do convívio familiar e da vida no mundo externo. Prestar atenção a esse conjunto de vozes nos colocou diante de um *corpus* marcado por grande complexidade: quem fala, de que modo fala e em quais circunstâncias fala são algumas das questões que buscamos responder. Além disso, na maior parte dos textos não encontramos um estilo marcante, mas uma certa uniformidade que nos colocou diante do assujeitamento.

Esse contexto leva à figura do professor, que no CASE é o responsável por orientar os internos na escrita dos trabalhos para o *Recriar*. Possivelmente esses docentes sequer tenham sido corretamente preparados para a árdua missão de lecionar em um espaço de reclusão, e sabemos que a falta de incentivos aos professores é uma triste realidade em todo o país.

A forma eufemizada com que a delinquência é tratada no *Recriar Textos* é um elemento que muito nos aflige. Entendemos que pode ter havido uma tentativa de blindagem do sistema socioeducativo, no entanto, acreditamos que evidenciar verdades e carências, além das amenidades, seja um movimento necessário e que pode abrir caminho para novas iniciativas ou para o aperfeiçoamento daquelas já existentes. Outra preocupação que temos é se, ao assujeitar e eufemizar, o sistema não deixa de cumprir aquilo que é justamente a que veio, ou seja, contribuir para empoderar esses jovens e auxiliá-los no retorno à sociedade. Quer dizer, essas

ferramentas podem estar, de certa forma, mascarando o sistema. O *Recriar Textos* é uma publicação séria e nos assusta acreditar que a imagem do interno transparecida nas páginas, de um rapaz que escreve com correção e com termos moderados, pode não ser a mesma que encontramos ao conversar com os rapazes. Talvez por causa de uma cautela exagerada com a preservação de um modelo se esteja deixando de lado a oportunidade de deixar claro que 78,5% dos internos não têm sequer o ensino fundamental completo. Por motivos como esse, o *Recriar Textos* deixa uma lacuna enquanto documento.

Também atestamos a crueldade com que a sociedade de consumo atua sobre o jovem, colocando-o na delicada posição entre ter ou não a posse de algo, sob a pena de não fazer parte de um determinado sistema. Percebemos, em alguns dos textos, a manifestação do desejo material, que bate de frente com a fragilidade dos laços familiares do adolescente. O apelo da sociedade de consumo acaba operando como um verdadeiro convite ao crime, ao caminho fácil para chegar a uma conquista que talvez demorasse a ocorrer ou não acontecesse por uma via lícita, como o trabalho.

Buscar amparo na religião para enfrentar seus dilemas é um direito dos internos estabelecido em lei, mas outro fator que nos angustia é a forma com que a evangelização pode contribuir para assujeitar. É como se a “voz” da Igreja fosse rápida e facilmente incorporada por meio da repetição ou mesmo em função da falta de outra alternativa para o jovem manter o vínculo com atividades do dia a dia.

Ao mesmo tempo, o *Recriar Textos* é um espaço de escuta e que demonstra que é possível construir, por meio da fantasia, novos finais. É um mecanismo para que esses jovens autores percebam que existem outras alternativas, as quais talvez necessitem apenas serem olhadas com atenção na mesma proporção que tivemos de dedicar a esta pesquisa.

Buscamos, também, colocar luz à necessidade de tentar oferecer perspectivas concretas para esses jovens, ampliando os olhares sobre o sistema socioeducativo e, conseqüentemente, sobre todo o sistema penal, geralmente renegados às páginas policiais dos jornais e aos raros casos de divulgação de ações positivas. É preciso encontrar meios, e o *Recriar* é um começo, para devolver a dignidade a esse público, como um caminho para a recolocação em sociedade. Esperamos, assim, ter prestado uma singela contribuição a todo esse processo, reconhecendo que muitas outras vozes ainda poderão emergir do *Recriar Textos*.

A reincidência também nos inquieta porque, como mostramos no capítulo 3, de um total de 65 internos, 14 já estavam no CASE pelo menos pela segunda vez. Em relação a esse tema, educação e trabalho povoam os argumentos quando se fala em combater o reingresso no sistema prisional. Foucault (2003) chega a conceituar a prisão como um "instrumento de recrutamento" para a delinquência (p. 133) e fala da inutilidade do trabalho penal que, para ele, não deixava de ser uma estratégia: "O problema então não era ensinar-lhes alguma coisa, mas ao contrário, não lhes ensinar nada para se estar bem seguro de que nada poderão fazer saindo da prisão" (2003, p. 134). Foucault fez essa afirmação remontando ao século XIX, o que não tira a relevância de pensarmos em como o trabalho é tratado atualmente nessas instituições, assim como a educação. Se há incentivo, certamente o modelo adotado ainda não está conseguindo ser efetivo.

O caso de um presidiário que foi aprovado no vestibular em Caxias do Sul em 2011, mas não conseguiu cursar as aulas, ajuda a ilustrar os percalços da educação nesse meio. Na época, a história foi acompanhada pela autora desta dissertação, que trabalhava como repórter no jornal Pioneiro. Eder da Silva Torres, então com 32 anos de idade, cumpria pena de 23 anos e três meses por homicídio e tráfico e estava recolhido em regime fechado na Penitenciária Industrial de Caxias do Sul (PICS), atualmente chamada de Presídio Regional (BARCELOS, 2011a e BARCELOS, 2011b).

O resultado do concurso foi divulgado no dia 29 de junho daquele ano e, no dia 5 de julho, Torres efetuou a matrícula pessoalmente. Ele conseguiu autorização para ir do presídio até a Universidade de Caxias do Sul (UCS) escoltado por dois agentes da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e acompanhado por duas professoras do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Novo Horizonte, que funcionava dentro da cadeia e incentivou Torres aos estudos.

O pedido para Torres ser autorizado a deixar o presídio três vezes por semana para estudar foi feito por um defensor público, mas negado pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJ-RS) no dia 1º de agosto de 2011. Depois, já no final de setembro, a decisão final: desembargadores negaram os últimos recursos que ainda tramitavam como tentativa para que o apenado obtivesse o benefício de deixar o presídio e estudar. Após alguns dias, agentes da SUSEPE encontraram um celular na cela que Torres dividia com outros detentos, o que é considerado uma falta grave, embora não

se soubesse qual dos presos efetivamente era o dono do aparelho. A partir daí, a hipótese de cursar o ensino superior foi esquecida.

Trouxemos e detalhamos esse exemplo como uma amostra dos obstáculos existentes entre a reclusão e a educação, sem nos arriscarmos a discutir o mérito do apenado em questão, tampouco apresentar uma visão romantizada da situação, como um enredo de filme. O que quisemos foi demonstrar que existem brechas a serem observadas e que esse caso evidencia os abismos entre os livros e quem está atrás dos muros de um presídio ou de um centro de atendimento socioeducativo. Nesse contexto, o *Recriar Textos* é uma ferramenta já existente, mas cuja operação pode e deve ser analisada em busca de uma fórmula ideal.

Ao dissecar o *corpus* conseguimos retirar o *Recriar Textos* da obscuridade, fazendo com que essa produção ultrapassasse as portas do CASE e alcançasse o ambiente acadêmico. Isso é uma prova, aliás, de que a Academia pode prestar importante serviço social ao ajudar a dar vazão e a estudar criticamente esse tipo de material, que diz respeito a um público que procura e merece um meio para ser visto. Por acreditarmos no poder transformador da educação e na necessidade de pensá-la constante e criticamente, temos convicção de que nosso estudo poderá contribuir para que a iniciativa do *Recriar Textos* ou outras semelhantes possam ser aperfeiçoadas e no futuro consigam ampliar a sua contribuição para a tão sonhada diminuição da reincidência e, quiçá, do primeiro ingresso de jovens na criminalidade.

As possibilidades de estudo do *Recriar Textos* certamente não se restringem ao que mostramos: vários temas surgiram ao longo dos capítulos, como a questão da fé ou do influente motor do consumo, e são terreno fértil para que o projeto possa ser ainda mais dissecado em novas pesquisas. O material que tivemos em mãos durante os meses em que nos debruçamos ainda poderá se abrir em diversas outras vertentes, reforçando a sua relevância e abrindo caminho para novas contribuições no campo social.

Um dos grandes desafios que ainda terá de ser muito estudado, por meio do espelhamento em iniciativas que tenham dado certo em locais com perfis semelhantes ao do Brasil, e provavelmente será alvo da tentativa de diversos modelos até que se encontre algo que efetivamente funcione, é a ressocialização e o consequente combate à reincidência. O retorno ao sistema socioeducativo é gravíssimo, sobretudo porque falamos de jovens com não mais de 21 anos de idade. O problema é o mesmo e talvez maior em presídios, que é o caminho onde possível – e infelizmente – devem

chegar aqueles meninos que não encontraram opções para não retornar ao crime. Muitos deles poderão ser Pedros, Pablos, Guilhermes, Evandros, Brunos, e tantos outros que ocupam hoje as celas do CASE, em uma invisibilidade que o *Recriar Textos* tenta combater.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Carla Caires. *Rolezinho pelo funk ostentação: um retrato da identidade do jovem da periferia paulistana*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2014.

ABRANTES, Ana M. *É a Guerra: o uso do eufemismo na imprensa - um estudo contrastivo em linguística cognitiva*. ed. 1. Viseu: Passagem Editores, 2002. Disponível em <<http://clientes.netvisao.pt/phandenbe/passagem/titel%20ana%20margarida.htm>>. Acesso em 5 jun. 2018.

ASSIS, Simone Gonçalves de. *Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

ATKINSON, Rob. Combatendo a Exclusão Social Urbana: o papel da participação comunitária na regeneração das cidades europeias. Trad. Marcos Reis. *CADERNOS IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro)*. Rio de Janeiro, ano XII, n. 1, p. 107-127, 1998. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/download/274/83>>. Acesso em 11 fev. 2018.

BACHELARD, Gaston. *A poética do devaneio*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BARCELOS, Cristiane. Apenado matricula-se para cursar Direito na Universidade de Caxias do Sul. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 5 jul. 2011. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/noticia/2011/07/apenado-matricula-se-para-cursar-direito-na-universidade-de-caxias-do-sul-3376996.html>>. Acesso em 17 jun. 2018.

_____. Negado recurso para que detento da Penitenciária Industrial de Caxias do Sul estude sem escolta. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 1 ago. 2011. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/noticia/2011/08/negado-recurso-para-que-detento-da-penitenciaria-industrial-de-caxias-do-sul-estude-sem-escolta-3426649.html>>. Acesso em 17 jun. 2018.

_____. Apenado que passou no vestibular da UCS não irá estudar em 2011. *Pioneiro*, 1 out. 2011. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/noticia/2011/10/apenado-que-passou-no-vestibular-da-ucs-nao-ira-estudar-em-2011-3509106.html>>. Acesso em 17 jun. 2018.

BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2001.

BATISTA, Gabriel; MOREIRA, Fabrício Calado. Pais de jovens mortos em acidente em Miracatu denunciam sumiço de dinheiro das vítimas. *Extra*. 4 fev. 2008. Disponível em <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/pais-de-jovens-mortos-em-acidente-em-miracatu-denunciam-sumico-de-dinheiro-das-vitimas-457656.html>>. Acesso em 01 jun. 2018.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo – A transformação das pessoas em mercadoria*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BAZEMORE, Gordon. Os jovens, os problemas e o crime: justiça restaurativa como teoria normativa de controle social informal e apoio social. In: SLAKMON, Catherine; MACHADO, Máira Rocha; BOTTINI, Pierpaolo Cruz (Orgs.). *Novas direções na governança da justiça e da segurança*. Brasília: Ministério da Justiça, 2006. P. 597-620. Disponível em <http://www.comunidadessegura.org.br/files/Novas%20direcoes%20na%20governaca_10.pdf>. Acesso em 17 mai. 2018.

BERGSON, Henri. *As Duas Fontes da Moral e da Religião*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. *Memória e Vida - Textos escolhidos por Gilles Deleuze*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRAITHWAITE, John. Entre a proporcionalidade e a impunidade: confrontação Verdade - Prevenção. In: SLAKMON, Catherine; MACHADO, Máira Rocha; BOTTINI, Pierpaolo Cruz (Orgs.). *Novas direções na governança da justiça e da segurança*. Brasília: Ministério da Justiça, 2006. P. 371-388. Disponível em <http://www.comunidadessegura.org.br/files/Novas%20direcoes%20na%20governaca_10.pdf>. Acesso em 17 mai. 2018.

BRANCHER, Leoberto Narciso. *Justiça para o século 21 – Instituinto práticas restaurativas*. Porto Alegre: AJURIS, 2008.

_____. Justiça, responsabilidade e coesão social. In: SLAKMON, Catherine; MACHADO, Máira Rocha; BOTTINI, Pierpaolo Cruz (Orgs.). *Novas direções na governança da justiça e da segurança*. Brasília: Ministério da Justiça, 2006. P. 667-692. Disponível em <http://www.comunidadessegura.org.br/files/Novas%20direcoes%20na%20governaca_10.pdf>. Acesso em 18 mai. 2018.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 5 out. 2017.

BUJES, Janaina de Souza. Governar infratores ou tratar corpos? A medicalização de jovens internados na FASE/RS como política pública da/na socioeducação. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*. Vitória, v. 15, n. 1, p. 105-124, jan./jun. 2014.

Disponível em: <<http://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/649>>. Acesso em 17 jun. 2018.

BUTLER, Judith. *Precarious life - the powers of mourning and violence*. New York: Verso, 2004.

CALLIGARIS, Contardo. *Terra de ninguém*. São Paulo: Publifolha, 2004.

CENTRAL de Informação. *Acesso à informação – Resposta* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por csbarcel@ucs.br, em 10 abr. 2018.

CHIARADIA, Nilda Stecanella. *Um olhar para além do fracasso escolar - um estudo de caso nas turmas de progressão da rede municipal de ensino de Caxias do Sul - RS - Escola Machado de Assis*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3301>>. Acesso em 20 dez. 2017.

COLOMBO, Fausto. *Os arquivos imperfeitos*. Trad. Beatriz Borges. São Paulo: Perspectiva, 1991.

CONSELHO Nacional de Justiça (CNJ). *Modelo inovador garante menor índice de reincidência criminal de jovens em Pernambuco*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/62380-modelo-inovador-garante-menor-indice-de-reincidencia-criminal-de-jovens-em-pernambuco>>. Acesso em 18 mai. 2018.

CORREIA-KRUTZEN, Eugênia. A pobreza como álibi. *Pulsional Revista de Psicanálise*. Perdizes: Editora Escuta, nº 143, p. 52-64, 2001. Disponível em <http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/143_07.pdf>. Acesso em 14 jun. 2018

DANTAS, Danielle Paiva. Presidente/ presidenta: uma abordagem discursiva da variação linguística. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, Nº 69, p. 1314 – 1338, set./dez.2017. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/rph/ANO23/69supl/0105.pdf>>. Acesso em 16 jun. 2018.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. *Crítica e Clínica*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1997.

DIAGNÓSTICO Socioterritorial de Caxias do Sul. In: Fundação de Assistência Social (FAS). 2017. Disponível em <<https://fas.caxias.rs.gov.br/>>. Acesso em 23 abr. 2018.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. Trad. Julio Assis Simões. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. Língua, discurso e política. *Alea: Estudos Neolatinos*, Rio de Janeiro, vol.11, no.1, p. 148-165, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2009000100012>. Acesso em 4 jun. 2018.

FORÇA-TAREFA busca diminuir violência no entorno e dentro das escolas em Caxias do Sul. *G1*, Caxias do Sul, out. 2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/forca-tarefa-busca-diminuir-violencia-no-entorno-e-dentro-das-escolas-em-caxias-do-sul.ghtml>>. Acesso em 20 dez. 2017.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos*. Trad. Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *Microfísica do poder*. Org. e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

_____. *Vigiar e Punir*. Trad. Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1988.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FUNDAÇÃO de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE). Disponível em <<http://www.fase.rs.gov.br/wp/unidades/>>. Acesso em 27 ago. 2017.

_____. *Regimento interno*. Disponível em <<http://www.fase.rs.gov.br/wp/wp-content/uploads/2014/11/REGIMENTO-INTERNO-PDF.pdf>>. Acesso em 21 nov. 2017.

GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Autoria: uma morte anunciada*. Disponível em <<http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/autoria-uma-morte-anunciada/>>. Acesso em 30 mai. 2018.

INQUÉRITO será aberto para investigar rebelião no Case, em Caxias do Sul. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 18 set. 2016a. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/policia/noticia/2016/09/inquerito-sera-aberto-para-investigar-rebeliao-no-case-em-caxias-do-sul-7500458.html>>. Acesso em 15 jun. 2018.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Caxias do Sul. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/caxias-do-sul/panorama>>. Acesso em 5 mai. 2018.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal: esclarecimentos necessários*. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150616_nt_maioridade_penal.pdf>. Acesso em 14 abr. 2018.

JARDIEL, Enrique Gallud. El eufemismo como instrumento de manipulación social. *Revista Comunicación y Hombre*. Madrid, n. 1, p. 121-129, 2005. Disponível em <<http://www.redalyc.org/html/1294/129413737008/>>. Acesso em 10 jun. 2018.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, Baer (Org.). *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

KEHL, Maria Rita. *A fátia órfã: conversas sobre a juventude*. São Paulo: Olho d'Água, 2008.

LIPOVETSKY, Gilles e SERROY, Jean. *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LOPES, Leonardo. Conselho Tutelar confirma irregularidades no Case de Caxias. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 11 out. 2016. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/policia/noticia/2016/10/conselho-tutelar-confirma-irregularidades-no-case-de-caxias-7752022.html>>. Acesso em 15 jun. 2018.

_____. MP investiga tratamento dado aos jovens no Case de Caxias. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 11 out. 2016. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/policia/noticia/2016/10/mp-investiga-tratamento-dado-aos-jovens-no-case-de-caxias-7740201.html>>. Acesso em 15 jun. 2018.

MANDARINO, Diego. Case de Caxias do Sul opera com o dobro da capacidade. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 30 jun. 2015. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/policia/noticia/2015/06/case-de-caxias-do-sul-opera-com-o-dobro-da-capacidade-4792264.html>>. Acesso em 15 jun. 2018.

MANUAL de Comunicação da Secom. Brasília: Senado Federal. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao>>. Acesso em 7 jun. 2018.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo – ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARUSCHI, Maria Cristina; BAZON, Marina Rezende. *Justiça Juvenil: a aplicação e a execução das medidas socioeducativas pelos parâmetros do modelo “Risco-Necessidade-Responsividade”*. São Paulo: Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) da USP, 2013. Disponível em <<https://goo.gl/MhYMzd>>. Acesso em 12 mai. 2018.

MARUSCHI, Maria Cristina; ESTEVÃO, Ruth. BAZON, Marina Rezende. Risco de persistência na conduta infracional em adolescentes: estudo exploratório. *Estudos*

de *Psicologia*, Campinas, v. 29, p. 679-687, out./ dez. 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v29s1/04.pdf>>. Acesso em 12 mai. 2018.

MCCRACKEN, Grant. *Cultura & consumo: novas abordagens no caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Trad. Fernanda Eugenio. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO da Saúde. *Saúde do Adolescente: competências e habilidades*. Brasília, 2008. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_adolescente_competencias_habilidades.pdf>. Acesso em 31 mai. 2018.

OLGA, Think. *Minimanual de Jornalismo Humanizado*. Parte III: racismo. 2016. Disponível em <<https://think-olga.s3.amazonaws.com/pdf/racismo.pdf>>. Acesso em 5 jun. 2018.

ONLINE, Tribuna. Dois DJs de bailes funk são executados na Praia Grande, litoral paulista. *O Globo*. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/dois-djs-de-bailes-funk-sao-executados-na-praia-grande-litoral-paulista-3025315>>. Acesso em 01 jun. 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 2012.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 2001.

PASTORAL carcerária. São Paulo: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Disponível em <<http://carceraria.org.br/>>. Acesso em 20 set. 2017.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise e HAK, Tony (Orgs). *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. *O discurso - estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel e FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso. In: GADET, Françoise e HAK, Tony (Orgs). *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PINHEIRO, Leandro R. *Identidades em narrativa – práticas e reflexividades na periferia*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

PIRES, Vera Lúcia. TAMANINI-ADAMES, Fátima Andréia. Desenvolvimento do conceito bakhtiniano de polifonia. *Estudos semióticos*, São Paulo, nov. 2010.

Disponível em <http://www.revistas.usp.br/esse/article/view/49272>. Acesso em 4 abr. 2018.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Trad. Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RECRIAR Textos. *Ler e escrever: da realidade à infância*. IX Mostra Literária da Rede Recria. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 2016.

REDE de Atenção à Criança e ao Adolescente de Caxias do Sul (Recria). Disponível em <<https://recria.org.br/>>. Acesso em 5 set. 2017.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro - a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCUDDER, Priscila de Oliveira Xavier; ARCOLINO, Vinícius Comparini; e OLIVEIRA, Rogério Mendes de. A construção e os usos do conceito de direitos humanos através do rap em uma penitenciária: uma biopolítica do isolamento. *Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro*, Brasília, n. 16, p. 22-45, 2015. Disponível em <[http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/Priscila%20Xavier%20\(3\).pdf](http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/Priscila%20Xavier%20(3).pdf)>. Acesso em 18 mai. 2018.

SEIS jovens são denunciados por tentativas de homicídio durante rebelião no Case de Caxias. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 10 out. 2016b. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/policia/noticia/2016/10/seis-jovens-sao-denunciados-por-tentativas-de-homicidio-durante-rebeliao-no-case-de-caxias-7740134.html>>. Acesso em 15 jun. 2018.

SOUZA, Antonio Augusto Guimarães de. O Judiciário protege a criança e o adolescente? In: LEVISKI, David Léo (Org). *Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo/ Hebraica, 2007, p. 187-198.

TEIXEIRA, Manuela. Evasão escolar e drogadição marcam histórias de menores do Case de Caxias. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 24 abr. 2015. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/policia/noticia/2015/04/evasao-escolar-e-drogacao-marcam-historias-de-menores-do-case-de-caxias-4746229.html>>. Acesso em 15 jun. 2018.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2013.

TIBURI, Marcia. *Filosofia prática* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Record, 2016.

TONETTO, Mauricio. Monitor acusa 25 jovens de ameaças de morte e ofensas em unidade da Fase na Serra. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 10 jul. 2016. Disponível em: <

<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2016/07/monitor-acusa-25-jovens-de-ameacas-de-morte-e-ofensas-em-unidade-da-fase-na-serra-6519819.html>>. Acesso em 15 jun. 2018.

TRIBUNAL de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul - Poder Judiciário. *Juizados da Infância e da Juventude*. Disponível em <https://www.tjrs.jus.br/site/poder_judiciario/comarcas/juizados_da_infancia_e_da_juventude/>. Acesso em 30 out. 2017.

VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VÉRAS, Maura. Exclusão social – um problema brasileiro de 500 anos. In: SAWAIA, Baer (Org.). *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

VOLPI, Mario (Org.). *O adolescente e o ato infracional*. São Paulo: Cortez editora, 1997.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Baer (Org.). *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

ANEXO A – TEXTO DO INTERNO RAFAEL

A minha história

Rafael, 16 anos

Vou contar um pouco da minha história: minha mãe engravidou quando era uma adolescente ainda. No meio dessa gravidez, ela cometeu um delito e foi privada da liberdade. Eu nasci com minha mãe algemada numa cama de hospital da Grande Porto Alegre.

Fui criado pela minha avó, que me levava visitar minha mãe quase sempre. Lembro de pouquíssima coisa da minha infância. Quando minha mãe recuperou a liberdade, me levou para morar com ela. Passamos muitas dificuldades, num quarto muito pequeno, com lesmas nas paredes. Quando chovia, pingava em cima da cama. Passávamos fome, muitas vezes percebia que minha mãe não comia para deixar para mim. Mas, graças a Deus, ela conseguiu um emprego melhor, alugamos uma casa melhor, ela começou a estudar e foi um dia na escola que um anjo apareceu em nossas vidas, com um homem chamado João.

Depois de uma palestra no almoço, ele escreveu seu nome e telefone no guardanapo e mandou entregar à mais bela mulher daquele lugar. Assim, os dois começaram a namorar. No início, diz minha mãe, eu brigava muito com ele, tinha muito ciúme dela, mas o destino separou os dois, ele continuou a me ver, trazer presentes e conversar comigo. Aprendi a gostar dele como se fosse meu pai.

Minha mãe começou a sair muito e namorar outros caras. Muitas vezes agrediam ela na minha frente, me deixava na casa dos outros para ir às festas. Foi numa festa que ela conheceu o pai do segundo filho dela, que antes do nascimento do filho também a abandonou. Foi nesse momento que João reapareceu na nossa vida, ajudando com dinheiro e palavras de conforto, parecia que tudo voltava ao normal na nossa vida. No entanto, a felicidade durou pouco, logo ela voltou a frequentar festas e sair com outros caras. O João nunca abandonou a mim e meu irmão, assim minha mãe decidiu ir embora de Porto Alegre. Fomos morar numa cidade chamada Feliz.

Eu sempre muito triste, longe dos meus amigos, e do meu grande companheiro João. Ele vinha me visitar quando podia.

Minha mãe casou-se novamente, muitas brigas e agressões contra ela. Eu era pequeno e não podia fazer nada, tentava proteger meu irmão, chorávamos muito e pedíamos a Deus para aquilo tudo acabar, a cada briga naquela casa um novo desespero para nós dois. Crescemos no meio daquelas confusões. Nosso protetor João recebeu uma proposta de trabalho em Feliz, sem pensar duas vezes aceitou. Assim, era o novo diretor do hospital de Feliz, foi uma felicidade só. Todos os sábados, passávamos o dia com ele, enquanto isso minha mãe ficava bebendo e se agredindo com o companheiro em casa.

Com o passar dos dias resolvi ir morar com João, dependia dele para tudo, inclusive financeiramente. Não me animava muito isso, ficar pedindo dinheiro, minha pouca idade não permitira trabalhar ainda. Ficava pelas ruas da pequena cidade a fazer bagunça com más influências, estava conhecido na cidade, logo fiz muita coisa errada e fui apreendido. Fui liberado, voltei para casa. Não era aquela vida que eu queria para mim, mas o erro tinha sido cometido. Assim, fui a julgamento e apreendido ao CASE Caxias. Hoje, aqui quem me visita e apoio é o João. Mesmo fazendo muitas coisas erradas, ele continua junto comigo, não desistiu de mim. Aqui no CASE conheci a palavra de Deus, onde procuro forças para seguir meu caminho e a entender que

tudo tem um propósito na vida: basta ser do bem e fazer o bem, sempre com Fé em Deus.

ANEXO B – TEXTO DO INTERNO ARTHUR

Um dia após outro

Arthur, 17 anos

Prazer! Meu nome é Arthur, tenho 17 anos, moro no Loteamento Campos da Serra e, infelizmente, sou mais um adolescente privado da liberdade de ser feliz, mas não de sonhar. Por falta de escolhas entrei para vida do crime, me joguei numa "vida louca" de tráfico e usuário de drogas, causando tristeza para família e sofrimento para minha mãe.

Nessa "vida louca" encontrei uma "mina" chamada Rafaela, foi a melhor coisa que aconteceu; amo muito essa "mina", mas nem esse amor conseguiu me tirar dessa vida. Numa sexta-feira, eu e meus amigos planejamos uma situação, parecia estar tudo dando certo, conseguimos apanhar o que planejávamos, mas, na volta, na entrada do nosso bairro, uma grande operação policial esperava por nós. Fomos perseguidos, e por diversas situações de risco nos envolvemos, fomos pegos e hoje estou aqui, privado de minha liberdade, contando um pouco da minha vida para vocês, e o que aprendi com isso é que o crime não passa de uma ilusão.

Lembro quando eu jogava bola com meus amigos, conversávamos até altas horas na esquina, dando muitas risadas, fazíamos churrasco com os vizinhos ouvindo música, que tempo feliz que ficou para trás, pois o crime carregou aquelas crianças de maldade, fazendo uns ficarem contra os outros, tentando acabar com a própria vida do amigo.

Uma onda de violência tomou conta daquele bairro, fazendo as pessoas boas se afastarem daquele lugar. Fico a me perguntar por que aconteceu isso, será que algum dia a política de bons vizinhos retornará? Rezo muito para que a humanidade tome consciência das maldades que o ser humano pratica e que todos possamos viver em paz novamente. Eu vou fazer minha parte pois decidi que quero mudar minha história, por mim, pela minha família e pela Rafaela, que amo, pois neste momento complicado está me apoiando todos os domingos na visita, sempre com um belo sorriso no rosto, construir com ela uma família cheia de paz e amor, pois prefiro ser um covarde vivo a um valente morto.

Não esqueçam: o crime destrói famílias e não compensa... Fiquem com Deus.

ANEXO C – TEXTO DO INTERNO FRANCISCO

Um pouco da minha história

Francisco, 18 anos

Minha vida não foi fácil. Aos dois meses de vida, minha mãe, que não tinha condições de me sustentar, passou minha guarda para minha avó, fui criado sem mãe e sem pai. Fui crescendo com um sentimento de vazio e solidão em mim.

O tempo passou e, aos doze anos de idade, voltei a ter contato com minha mãe. Logo em seguida, conheci meu pai, mas não consigo sentir por ele um amor de filho para pai, simplesmente o respeito por ser meu pai, mas não sinto amor, pois nos momentos que precisei ele não estava presente.

Minha avó nunca deixou faltar nada em nossa casa, roupa, comida, material escolar, calçados... e sempre me deu muito amor e atenção. Mas não me contentei mais com as coisas que minha avó me dava.

Assim, comecei a roubar para conseguir ter as coisas de marcas caras, cada dia mais envolvido em situações erradas, achando que nada aconteceria comigo. Mas nada é para sempre e o que eu mais tinha receio aconteceu; tudo tem seu preço, e o meu foi perder a liberdade e estar longe de minha família, sem ouvir as doces palavras de minha avó. Muitas vezes choro, lembrando das coisas boas e ruins que já passaram pelo meu caminho, penso como poderia ser diferente minha vida.

Todo dia lembro uma frase “fui esquecido pelos amigos e lembrado pelos inimigos”. Assim, não sei como vai ser quando eu sair deste lugar, mas o importante é que meu pensamento está muito diferente, espero que a liberdade cante logo, para dar alegrias a minha avó.

Chega de tristeza as nossas vidas, espero recuperar o tempo perdido com minha mãe. Sempre que ela consegue vem me ver, aprendi a gostar dela, e, porque não dizer, amar ela... assim termino minha história por hoje, sendo que o final dela ainda não foi escrito.

Fiquem com Deus!

ANEXO D – TEXTO DO INTERNO ANTÔNIO

Breve resumo

Antônio, 16 anos

Meu nome é Antônio, tenho 16 anos, irei contar um pouco da minha história. Nasci numa família pobre. Antes mesmo de completar um ano de idade, já havia habitado várias cidades, de favor ou aluguel. Nesta mesma época, meu pai biológico começou a beber demais, usar drogas e cometer alguns delitos. Assim sendo, minha mãe resolveu se separar dele, pois ele nos maltratava, a mim e a minha irmã, e deixava faltar coisas básicas do dia a dia de uma casa. Tempos depois, minha mãe conheceu e acabou se envolvendo com outro homem. No começo era tudo muito bom. Quando pequeno, fiquei muito doente e por várias vezes fui internado no hospital. Minha mãe sempre me fala que quando pequeno eu incomodava muito e era muito teimoso, mas o que lembro mesmo foi a partir dos meus 6 anos de idade.

Lembro-me que foi uma infância muito difícil. Mais ou menos nesta época nós compramos um terreno e construímos uma casa, eu era pequeno, mas mesmo assim queria ajudar como podia, pois foi meu tio e meu padrasto que construíram a casa. Eu sou o caçula dos meus irmãos maternos, mas o que me marcou muito foi que minha irmã, por ter problemas de saúde, e meu irmão, por ser deficiente, sempre receberam um tratamento melhor que eu. Eles ganhavam coisas melhores e às vezes eu nem ganhava.

Eu sempre tive um sério problema com a escola, nunca gostei... Ainda na minha infância me lembro que eu e meu padrasto não nos dávamos bem, brigávamos muito por eu não aceitar que ele mandasse em mim. Eu dizia: “Você não é meu pai para querer me mandar”. O tempo passou, fui crescendo revoltado. Com 11 anos comecei a fumar e beber, aos 13 anos a usar drogas e arrumar confusão nas ruas. Com 14 anos fui apreendido pela primeira vez, e assim foi indo. Fui apreendido algumas vezes, tornei-me viciado em drogas, cigarro e álcool, até que em novembro de 2015 dei entrada no CASE. Foi muito difícil no início, mas acabei me acostumando. Hoje meu padrasto e eu nos damos bem, ele vem me visitar e, de certa forma, as coisas melhoraram muito!

Esse é um breve resumo da minha vida...

ANEXO E – TEXTO DO INTERNO CÁSSIO

Meu sonho

Cássio, 17 anos

O meu sonho era estar perto da minha família, mas, infelizmente... hoje eu me encontro privado da minha liberdade.

Por causa do dinheiro fácil e das más amizades.

Entrei pra vida do crime

sem opção... virei malandro.

Hoje, me encontro na detenção, com vários irmãos...

Mas, logo...

logo estarei no mundão.

De Audi... do meu paizão... mais tarde, vou investir no meu Opalão

ANEXO F – TEXTO DO INTERNO JORGE

O “muleke”

Jorge, 17 anos

Vou contar uma história, mas não é para você se comover...

Um menino de família de classe baixa, a vida dele não era fácil, pois em casa o “muleke” havia dificuldades a enfrentar.

Saindo de casa, o “muleke” percebeu que podia ganhar dinheiro fácil e rápido na “vida loka”. Pois gostava de adrenalina... de muita adrenalina. Cometeu sabotagens e sua vida tornou-se um pesadelo. Porém, tinha um sonho, o de ajudar a sua família e de viver uma vida normal!

ANEXO G – TEXTO DO INTERNO DANIEL

Sonhar, nunca desistir!

Daniel, 18 anos

Quando eu era pequeno gostava de jogar futebol. Meu sonho, com o da maioria dos meninos da minha idade, era ser um jogador famoso e ganhar muito dinheiro. Mas o primeiro desafio era a falta de apoio da família. Minha mãe me falava para desistir deste sonho, minha tia me pediu para tirar isso da cabeça, ir trabalhar e ser alguém nessa vida, e meu sonho foi se distanciando, dando lugar a uma revolta no meu pensamento. O relacionamento com minha família começou a se desestruturar, qualquer coisa era motivo para brigar comigo.

Os anos se passaram e as situações eram as mesmas. Com 13 anos comecei a fazer algumas amizades na escola que, talvez, não fossem boa influência. Começamos a fazer bagunça, arrumar confusão e usar drogas. Minha mãe já não conseguia mais me controlar. Dois anos depois abandonei a escola. Nesta época, usava drogas e frequentava festas de ostentação, muitas mulheres e drogas. Assim, para poder sustentar essa vida, necessitava de dinheiro. Comecei a fazer tráfico de drogas e outras coisas erradas, e ali terminava o sonho de ser um grande jogador e começava o de ser um poderoso traficante, ostentando com muito dinheiro e carros luxuosos. Todo dia praticava alguma coisa ilícita, gastava em roupas caras e celulares modernos. Mas nada dura para sempre e como diz o ditado, "um dia a casa cai". A minha desmoronou.

Hoje estou privado da minha liberdade, mas agradeço todo os dias pelo apoio da minha mãe, que em todas as visitas está presente, a todos os meus tios, tias, avó e avô que me apoiam quando podem. Tenho que agradecer a Deus por ele ter colocado essas pessoas na minha vida, que elas sejam abençoadas por Ele.

Hoje com ajuda de Deus percebo que esta "vida louca" é um caminho que destrói o ser humano e sua família, e novos sonhos começam fazer parte dos meus pensamentos. O principal é ser feliz trabalhando honestamente, adquirir com meu trabalho uma casa e nela estruturar uma família unida. Graças a Deus, estou "regenerado".

ANEXO H – TEXTO DO INTERNO BRUNO

Cada dia um recomeço, cada recomeço uma vitória...

Bruno, 19 anos

Hoje não é um dia muito legal para escrever, pois estou num lugar que chamamos de isolamento. Vim parar aqui por uma brincadeira que acabou em briga, em plena segunda-feira. Eu até tento ficar sereno, mas nem sempre consigo ficar tranquilo. Ontem mesmo, na visita, prometi a minha mãe que iria ficar de boa, entretanto nem sempre isso é possível. Hoje, foi um erro que permiti acontecer. Não é fácil controlar a raiva e os sentimentos neste lugar, às vezes uma palavra mal interpretada causa uma tremenda confusão.

Parece que foi ontem que cheguei e já se passaram oito meses. Tudo o que queremos aqui é que o tempo passe rápido, para poder voltar ao mundão. Muitas vezes penso que lá fora a vida também não está fácil. Amigos meu estão mortos, outros presos, alguns precisaram sumir no mundo para não morrer. Me pergunto se estaria vivo na rua, mas isso quem sabe é Deus, talvez ter vindo para este lugar foi uma maneira de ter uma nova chance na vida.

Os pensamentos ruins vêm na cabeça do cara. Nestas horas lembro-me da minha mãe, que está puxando cadeia junto comigo, sofrendo por mim. É por ela que quero mudar, ter uma nova vida. Sei que não vai ser fácil, quem entra nessa vida nem sempre desponta dela feliz. Quero dar orgulho e ajudar minha mãe, constituir uma família feliz. Com fé que tenho em Deus, me esforço todos os dias para conseguir atender ao pedido da minha Rainha, rezo para ter forças e seguir minha caminhada na boa, sem ter esses problemas que tive hoje. No entanto, aprendi a recolher estas pedras para construir um castelo onde vou morar com minha Rainha, que amo muito... Te amo, Maria!

ANEXO I – TEXTO DO INTERNO FÁBIO

Minha vida

Fábio, 18 anos

Desde pequeno, tudo foi difícil pra mim. Fui abandonado pelos meus pais, aos seis meses de vida, mas graças a Deus encontrei uma família. Me ensinaram a ser honesto e trabalhador. Cresci na favela em meio ao delito, drogas, e vi vários manos com dinheiro e outros morrerem em busca dele.

Mas, sempre procurei o caminho mais difícil, pois tive que trabalhar desde pequeno para ajudar no sustento da minha família.

Passaram-se alguns anos e perdi meu pai. Desde então tudo se tornou mais difícil, para mim e para minha família. Foi aí que entrei pra essa "vida bandida"... abandonei o serviço, fui embora de casa e não quis ouvir os conselhos da minha mãe e irmãos. Achava que o dinheiro era tudo; quanto mais eu furtava... mais eu queria... isso tornou-se um vício. Queria realizar meus sonhos, ter tudo que eu não tive... mas, na verdade, não ganhei nada... só consegui dar desgosto pra minha família.

Sabia que a "vida bandida" tem dois caminhos: extinção ou algema, mas, mesmo assim, quis pagar pra ver... no último delito... me acertaram... e fui pego!

Hoje, estou aqui... trancado, contando um pouco da minha história. Meus amigos se esqueceram de mim, só estavam comigo por interesse, quando eu tinha dinheiro. Mas ainda bem que eu tenho Deus e a família ao meu lado. Eu mudei! Me entreguei pra Deus, quero sair e começar uma vida nova. Construir uma família, ter um bom emprego e não me envolver mais com o delito.

Caí na real e vi que essa "vida louca" é pura ilusão, por isso mano, te digo, "se tu tá pensando em entrar pra vida "bandida", pense bem, porque depois... é tarde, e talvez você nem tenha uma segunda chance... como eu tive!"

ANEXO J – TEXTO DO INTERNO GUILHERME

Liberdade de um sonhador

Guilherme, 18 anos

Já faz um tempo que não nos encontramos, amigo, vou te contar como anda minha vida. Faz um tempo que estou longe do mundão, num sistema onde o bagulho é louco, parece brincadeira, mas não é. Aqui todo dia tem uma confusão para atrapalhar a caminhada da gurizada, não é fácil.

Frequento uma igreja aqui mesmo, onde encontro apoio nas horas mais difíceis, força para ficar longe das confusões. Deus está no meu coração para me ajudar, recebo muitos conselhos dos socioeducadores Marcos, Zaira, Lauro, Peter; procuro respeitar todos, para ser respeitado. Ando "de boa" aqui dentro, tento não me envolver em confusão, não criar inimigos. Para isso, às vezes é necessário aceitar coisas que nem sempre concordo, muitas coisas não são pelo certo, alguns não aguentam a pressão de ficar longe da família e precisam tomar muitos remédios para controlar as ansiedades e a mente.

Minha rotina aqui é sempre a mesma, tento aproveitar ao máximo as coisas boas, pois quero ser alguém nessa vida, vou para escola e me esforço para aprender tudo que me é ensinado, mas nem todos pensam assim. Alguns vão para escola para matar tempo.

Comecei um projeto de hip hop com o agente socioeducador Marcos, onde vários dos adolescentes mostraram talento. Agora no segundo semestre, teremos um festival de hip hop, estou muito feliz em participar deste projeto, seremos entrevistados na UCS TV. Nesta oportunidade será lançado um CD com minha música. Não pense ser fácil viver aqui. Além dos problemas que surgem no dia a dia, muitas vezes não temos o apoio da família.

Graças a Deus eu tenho um pai e uma avó que me apoiam, auxiliam com conselhos e outras precisões que temos, o amor da minha vida Sofia também sempre me apoiou nesta caminhada extensa e deprimida. Os que diziam ser meus amigos na rua, desapareceram quando precisei do apoio deles, são poucos os amigos de verdade. Consegui superar muitos obstáculos, nunca baixei minha cabeça e luto pelos meus sonhos, não desisto deles, persisto todos os dias, pois, se não há provas, não há condenação, e que Deus proteja todos os irmãos e as pessoas humildes da sociedade.

ANEXO K – TEXTO DO INTERNO FELIPE**Apenas mais um**

Felipe, 19 anos

Essa é mais uma história que começa a ser contada
Moleque revoltado desde pequenininho,
Revoltado com a favela e tudo em sua volta.
Não se conforma com o passado de sua senhora,
O caminho pelo certo
não estava mais adiantando.
Não conhecia seu pai,
Com oito ou nove anos
o crime dominava a mente.
Era tratado na escola
como um delinquente,
Foi aí que experimentou
uma droga bem forte...

Se dá sorte, fica vivo e escapa da morte.
É fácil julgar o outro pelos seus atos,
Mas não sabem
que a vida dele não é fácil,
É com um carro sem roda
Num circo sem palhaço.
Solidão eu sentia,
Necessidade eu tinha
de conhecer meu pai...
Foi aí que conheci o CASE Caxias,
E ali aprendi a viver um dia de cada vez,
E a pedir perdão para minha salvação, Senhor...

ANEXO L – TEXTO DO INTERNO KEVIN

Má influência

Kevin, 19 anos

Por causa da má influência, conheci as drogas. Mano, quando você conhece as drogas... você perde o domínio de você. Lembro bem da minha primeira vez, quando usei... mano, isso não é legal. Mas quando você está lá, na sociedade, você vê seus amigos de questão usando, e acha legal, e pede para experimentar. Maldito dia que fui experimentar... Logo em seguida, você só quer festa e festa, deixando a sua família de lado. Eu, Kevin, vou levar essa lição para minha vida. Por causa da "maldita", perdi minha liberdade, fiz coisas erradas, me afastei das pessoas que mais amo.

Agora, encontrei a paz com Jesus. Aqui, neste lugar, Deus me deu uma vida nova. Deus é tão bom que meu casamento estava por um fio. Agora minha mulher percebeu a mudança. "Maldito o homem que confia em outro homem", diz o Senhor.

Mano, você que está lendo esse meu testemunho, pensa bem... observe se a droga é melhor do que um abraço bem forte na sua mãe, se é melhor do que estar e fazer sua família feliz. Mano, dê valor aqueles que te amam, pois o mundo é grande, está cheio de armadilhas, por aqueles que querem ver você mal.

Pense no que falei... fica com Deus, todos que levam meu testemunho. Um abraço!

ANEXO M – TEXTO DO INTERNO PEDRO

Aquela

Pedro, 17 anos

Desde pequeno eu só observava a sua beleza. Ficava eu, de longe, só admirando. Eu lhe desejava mais do que qualquer um.

Meus pais já me diziam que ela não era a melhor escolha, mas era com ela, que me satisfazia. Ficava a vontade... me sentia bem.

Um dia fomos dar um "rolê" eu, ela e meus amigos. Eles ficavam só a observando, que fazia comigo, o tempo todo.

Eu já pressentia e, no futuro previa, sabia que ela andava estranha mas, não me ligava, pensava que era uma coisa da mente, que "confusão".

Mas um dia a casa caiu. Estava eu, indo pra casa dos parça, chegando lá, me abalei. Vi ela esticada em cima da mesa e a rapaziada em volta: um estava alisando o outro acariciando, outro só olhando. E quando me viram, se assustaram; por vez, não me aguentei. Briguei com eles!

E quando me dei por conta, o estrago... o estrago que tinha feito por ela. Me arrependi, foi por ela que eu perdi.

Hoje, graças a Deus consegui me livrar dela, com a ajuda de meus pais. Pra você que quer saber quem é, ela era... a maldita, a tenebrosa... ela mesmo... a cocaína.

Hoje, a minha pior inimiga.

ANEXO N – TEXTO DO INTERNO EVANDRO

Minha música

Evandro, 17 anos

Vou contar minha história... Minha infância foi triste. Com três anos de idade meu pai me abandonou, deixando em mim uma tristeza muito grande. Lembro quando era véspera do Dia dos Pais, na casa dos meus amigos e primos, muita alegria e festa na comemoração, e eu ali, sozinho. As lágrimas caíam no meu rosto.

Com seis anos, sofria preconceito por não ter pai. Meus amigos, primos e colegas riam e gritavam: "Você não tem pai, nós temos!" Isso causou uma revolta no meu pensamento.

Quando fiz 10 anos comecei a me envolver com amigos, e, junto com eles, comecei a usar drogas. Para sustentar meu vício, comecei a roubar, fui internado várias vezes, mas de nada resolveu, saía da clínica de recuperação e voltava a ser usuário. Lembro um dia, na minha casa, quando consumi muita droga e me deu uma overdose! Minha mãe ficou desesperada, chorava e, aos gritos, pedia ajuda aos vizinhos, mas ninguém podia fazer nada... Foi chamado o SAMU, este demorou muito, eu ali quase morrendo, minha mãe de joelhos ao meu lado e com toda fé fez uma oração.

Eu acredito que o que me fez voltar foi a oração e o poder de Deus em nossas vidas. Muitas vezes me pego a pensar se, se meu pai não tivesse me abandonado, minha vida poderia ser diferente. Não o culpo pelas escolhas que fez, mas me pergunto o porquê me abandonou, e hoje resolvi escrever uma música para homenagear meu pai.

Jamais vou esquecer a minha infância. Meu pai me abandonou, eu ainda era criança, sofri muito na vida, cresci traumatizado ao ver minha mãe mergulhada na tristeza. Minha infância não foi fácil, passei sofrimento vendo meus irmãos crescendo. Revoltado, tive que lutar e enfrentar as barreiras em meio à solidão, em meio à tristeza; não é fácil não, uma criança crescer sem pai, mas tive que lutar, tive que correr atrás, tive que fazer meus "corres" para sobreviver. Até tentei trabalhar, mas logo o crime da cidade me envolveu, pela necessidade tive que largar meu "trampo", pois me pagavam muito pouco e era o maior sufoco.

Nessa situação não consegui aguentar; é muito sofrimento, mano, que eu vou falar: pode um pai e uma mãe abandonar os seus filhos, mas Deus nunca abandona os seus escolhidos. Mergulhei num mar de angústia e sofrimento, e o único caminho que encontrei foi o crime violento, foi o crime que eu quis, foi o crime que eu escolhi, mas hoje estou privado da liberdade e só quero sair daqui e ajudar minha coroa, vida do crime é "passado, da vida do crime eu tô de boa, de boa..."

ANEXO O – TEXTO DO INTERNO MARCELO

Fases

Marcelo, 16 anos

Quando eu era pequeno, só queria saber de brincar de futebol e arminha. Quando fui crescendo, fui deixando essas brincadeiras. E comecei a fazer coisas erradas, que eu não queria fazer, comecei a andar com gente que não devia... comecei a deixar a minha mãe preocupada.

A partir daí, comecei a me esconder da polícia, deixando a minha mãe chorando... sem saber se eu ia voltar para casa, com vida. Até que resolvi... largar e deixar tudo isso de lado... comecei a tirar coisas dos outros.

Saía de casa às dez da noite, e só dizia tchau para a minha mãe e voltava às cinco da manhã. Quando eu chegava em casa... encontrava a minha mãe sentada no sofá, chorando.

A minha família dizia para eu mudar, eu não dava ouvidos.

Agora, mudei e larguei isso de mão...

ANEXO P – TEXTO DO INTERNO LUCAS

Minha vida não mudou do nada

Lucas, 18 anos

Cresci no meio do crime, mas eu era um menino tranquilo, muito feliz, sempre tive de tudo, não posso reclamar. Via minha mãe acordar para ir visitar meu pai. Durante 15 anos ela foi a todas as visitas vê-lo, até que um dia resolveu que não iria mais.

Escrevendo agora, lembrei que quando eu tinha 5 anos de idade, meu pai estava limpando uma arma, quando, de repente, disparou e acertou minha mãe, foi sem intuito de acertá-la, mas quase precisou amputar a perna. Foi neste momento que meus pensamentos começaram a mudar, era revoltado e brigava por qualquer motivo. Com 14 anos, fiz meu primeiro delito, parecia estar tudo certo, mas na fuga fomos perseguidos e pegos. Fui preso, em pouco tempo fui liberado, como foi bom sair daquele lugar!

Mas os dias de felicidades permaneceram pouco ao meu lado. Logo que saí fiquei com minha mãe aqui em Caxias, meus pensamentos em Farroupilha, até tentei me manter aqui, longe de tudo, mas num belo dia estava eu lá com meus primos e amigos em Farroupilha. Até estava tranquilo, "de boa" com meus amigos. Encontrei meu tio, que me convidou para ir a sua casa à noite. Fiquei passeando pelo Centro e logo que anoiteceu fui até a casa dele. Chegando lá, estava tudo fechado, fui subindo para casa da minha avó, quando alguém gritou "Lucas, mataram teu tio!", saí correndo, parecia não chegar nunca até ele.

Quando cheguei ele estava caído no chão, todo baleado, meu mundo caiu, considerava-o meu pai, chorei muito, prometi naquele momento que vingaria sua morte. Perdido na decepção da perda do meu tio, entrei novamente na vida do crime, pois precisava de dinheiro para conseguir comprar minhas necessidades que aquela vida me cobrava. Óbvio que fazendo a coisa errada, minha apreensão era inevitável.

Aqui estou eu, no aguardo da sentença...

ANEXO Q – TEXTO DO INTERNO LEONARDO**Eu tentei**

Leonardo, 16 anos

Aquela noite eu prometi que seria minha última vez,
mas não deu certo,
é difícil corrigir os erros que cometemos,
Eu estava no corre, quando ouvi vários tiros
Naquele momento pensei em tantas coisas,
Lembrei da minha mãe
Não podia morrer assim
Ela está a me esperar, mas munição eu não tenho
Não quero bater de frente com a morte
Preso no hospital foi que eu acordei
Muito soro na veia na semana
Seguinte eu fui pro sistema
Sofre na cadeia
Preciso de Deus agora
Bate o martelo e o juiz
Condena-me
Três anos fechado
Quando a minha irmã fica
Maior não diz pra ela que o Mano
Dela sofre na prisão
Mente que eu estou trabalhando, viajando,
O mundo inteiro
Mas só quero a minha liberdade

ANEXO R – TEXTO DO INTERNO GUSTAVO

Vida real

Gustavo, 18 anos

As lembranças que trago no meu pensamento são só de dor e lamento, muitas coisas ruins, nem lembro as coisas boas... Muita violência, droga misturada com crimes e sofrimento faziam parte do meu dia a dia, minha mãe foi a pessoa que mais fiz sofrer. Muito cedo me envolvi na vida louca, com 12 anos estava envolvido com drogas e armas pesadas.

A vida não era fácil, minha família passava por muitas dificuldades, eu queria ajuda-los, porém neste meu querer, acabei me atrapalhando, pois me envolvi com pessoas erradas, na vida cruel do crime, que não perdoa. A cada dia que passava me envolvia mais um pouco. Minha mãe já não chorava mais pelas dificuldades que passava em casa, mas sim por ver seu filho perdido. Muitas vezes, de joelhos, me pedia para sair daquela vida, eu iludido não percebia que aquilo era meu fim, até que um dia fui privado da minha liberdade.... Aqui muito longe da minha família, fechado entre quatro paredes onde nem o sol tem passagem, comecei a perceber tudo o que perdi, que o tempo não traz mais de volta, quanta dor causei...

Agradeço por estar vivo, por ter uma nova chance para recomeçar uma nova vida.

ANEXO S – TEXTO DO INTERNO ALEXANDRE

Fazem falta

Alexandre, 17 anos

Quando vou dormir, aqui no "breti", eu me lembro... e ainda não consigo acreditar. Em oração peço a Deus que "os cubra" e que estejam em um bom lugar.

Num pequeno gesto de carinho, contarei um pouquinho da história de vocês... com amor. Vocês estão constantemente em meus pensamentos, eternamente em meu coração, sei que vocês estão bem, lá no céu, além dessa "vida loka" de ilusões.

Até agora, a minha família chora quando lembra, inconformada com o acontecido. Eu não sei qual foi o propósito de Deus, de levar assim esses meus parentes, já faz um tempo e eu ainda não acredito!

Esse sofrimento me deixa cada vez mais forte pra seguir em frente, mas, mesmo assim, eu não consigo entender. Marcos, meu pai, meu primo Adão, eu não consigo encontrar palavras para resumir o que sinto agora... e dizer faz falta, eu sinto a falta do Wendel, machuca a falta do meu mano Rodrigo, faz falta a ausência deles... faz falta!

Hoje, aqui privado, lembrando com amor, eu sempre estarei.

Dedico esse pequeno texto, sem exceção, a vocês... valeu a pena o nosso convívio. Um dia, estaremos juntos... bem lá no céu, no verdadeiro paraíso. Um dia nós vamos nos reencontrar... família!

Esse pequeno texto eu fiz aos meus familiares, eu sinto SAUDADE!

ANEXO T – TEXTO DO INTERNO PABLO

Ter fé e acreditar

Pablo, 18 anos

Minha vida não é das melhores, não são apenas palavras que foram jogadas ao vento, que não entravam no meu pensamento. No começo era um guri normal, fazia aquelas coisas que qualquer menino daquela idade apronta. Comecei a observar alguns guris mais velhos que estavam na vida do crime. Aquilo parecia ser bom. Fui crescendo neste mundo, na minha adolescência comecei a usar drogas e, para manter o vício, comecei a fazer coisas erradas.

Saí de casa e a cada dia mais envolvido com o errado, até tentei sair daquela vida, conheci uma pessoa que me deu inspiração para sair daquele mundo impróprio, amei muito aquela menina e fomos muito felizes por algum tempo, mas a "vida louca" me chamava de volta. O dinheiro que eu ganhava com meu trabalho era pouco, assim começaram as discussões entre nós dois, e quando percebi estava eu naquela vida novamente.

Por várias vezes tentaram me matar... Graças à mão divina de Deus estou vivo. Privado da liberdade, me arrependo das coisas que eu fiz e do sofrimento que causei às pessoas, mas errar é humano e espero, quando sair daqui, levar uma vida honesta e longe das confusões.

Acredito que tenha coisas boas reservadas para mim. Rezo todos os dias para que amanhã seja um dia de grandes vitórias em minha vida.

ANEXO U – TEXTO DO INTERNO WILLIAN

Lembranças

Willian, 16 anos

Quando penso em você
Meu coração sente muita dor...
Lembro-me dos momentos que passei ao seu lado,
Nem gosto de lembrar que não tenho mais você.
Sinto falta de você, dos teus carinhos, de como me amava...
Arrependo-me de não ter demonstrado o quanto te amava.
Às vezes acho que Deus foi injusto conosco,
Mas espero que você esteja bem, num lugar cheio de luz...
Pois eu aqui não estou bem,
A vida me mostrou um lado triste dela,
Onde a escuridão entra nos meus sonhos e me priva da liberdade.
Talvez se aqui estivesse, poderia ter sido diferente.
Quanta coisa errada eu fiz...
Mas não foi por falta dos teus conselhos...
Nem da minha família e, sim, por tolice minha...
Agora é tarde para retroceder,
Contudo não para recomeçar a viver novamente,
Seguir teu exemplo e correr atrás dos meus sonhos...
Mostrar que posso te dar alegrias e orgulho,
Não só tristeza... Mesmo não estando mais ao meu lado
Quero te dizer que te amo eternamente meu avô.

ANEXO V – TEXTO DO INTERNO LUÍS

Vivendo e aprendendo

Luís, 17 anos

Eu nome é Luís, tenho 17 anos, moro no Ramos, mais conhecido por Burgo. Hoje, estou privado de minha liberdade. Cheio de esperanças, pensando o que vai ser de mim... no futuro.

Pensando o que vai ser de mim no futuro. Pensando o que meus pais pensam de mim, sei que eles têm esperança... que eu mude. Joguei minha juventude fora e me sinto mal... só de lembrar. Talvez poderia estar trabalhando... construir uma família. Hoje... me encontro privado de liberdade, saudades a mil das pessoas que sempre me deram valor. Mas, sei que estou colhendo o que plantei.

Mesmo assim, não me deixo abalar, cada dia que me acordo agradeço a Deus pela vida que tenho, mesmo com tantas barreiras não perco a esperança, porque cada dia é dia de "Glória"... assim a gente vai vivendo e aprendendo.

ANEXO W – TEXTO DO INTERNO VÍTOR

Meus passos

Vítor, 18 anos

Bom, vou contar um pouco de mim...

De repente aqui estou, em uma rua brincando, sorrindo com os olhos, cheios de felicidade e encanto. Filho único, um pai e uma mãe, vida perfeita, assim eu pensava.

Até os meus 7 anos, tudo era perfeito... até a separação dos meus pais. Na verdade, descobri recentemente que meu pai, meu herói, não era meu pai biológico, mas o cara que me sustentou e me fez acreditar que minha vida era perfeita.

Em um dia ensolarado, minha mãe disse que mudaríamos, não sabia o motivo, porém tive uma sensação ruim. Foi quando soube que meu "pai" não iria conosco e que pela força do destino acabaríamos em outra casa, com um cara que eu nunca tinha visto antes.

Esse tal cara era namorado da minha mãe, um cara legal, até vê-la sendo agredida pela primeira vez. Era viciado, e a nossa vida mudou muito.

Logo, fomos presenteados por Luciano e Giovana, meus irmãos mais velhos. Muitas vezes a fome batia em nossa porta, meu padrasto descontava na minha mãe. Minha vida maravilhosa até então, tornou-se um abismo. Uma criança sem infância, um jovem com muita mágoa, raiva no coração.

Em meio a dificuldades, resolvi me atirar na "vida louca", mexer com drogas e objetos proibidos: não sendo problema pra mim, já era uma diversão. O barato é "loco", mas, hoje, foi tudo momentâneo, felicidade passageira.

Passaram-se anos, e eu me afundava mais nessa vida. Minha mãe, cansada de ser maltratada, abandona seu tal marido. No início, foi difícil, pelas ameaças recebidas. Numa madrugada, ao atender um telefonema, a notícia que seu ex-marido havia falecido. Aos poucos, tudo foi se encaixando, ela estava começando a ter a vida que toda mulher independente desejava, sem ninguém para atrapalhar, começou refazer a sua vida.

Depois de anos, já com seis filhos, o mais velho com 16 anos, Vítor, começa a ter companhias desagradáveis. Sua mãe descobre que é usuário de drogas. Atualmente, passa por situações nebulosas com o filho. A tristeza aumentou no dia em que ela descobriu que seu filho, numa viagem, a decepcionou, pegando objetos que não lhe pertencia.

De repente, estou aqui, privado de liberdade, contando minha história e pedindo diariamente perdão a Deus em orações. Pelo meu erro, perdi pessoas queridas, inclusive minha amada.

Hoje, minha mãe é realizada, feliz com a vida que leva, apesar da situação de seu filho.

Me preparando, estou para ganhar a minha liberdade, ser aquele menino que minha mãe contemplava, brincando, sorrindo com os olhos cheios de felicidade.

ANEXO X – TEXTO DO INTERNO GILBERTO

Minha história

Gilberto, 18 anos

Hoje, dia 2 de junho, faz exatamente um ano que estou privado da minha liberdade; na mente, lembro poucas coisas lá de fora. Aqui, minha mãe e meus irmãos vêm me visitar, sou filho de faxineira com muito orgulho, nunca me deixou faltar nada em casa, uma super-mãe, honesta e dedicada, que sempre conquistou tudo com o fruto do seu trabalho. Tenho mais quatro irmãos, entre eles uma irmã que não está mais entre nós; esta perda desestabilizou muito nossa família até nem gosto de falar sobre isso.

Sempre tive muitos amigos lá na rua, hoje percebo que eram amigos de momento, amigos do dinheiro e das necessidades deles, do egoísmo; não meus amigos. Sei que o mundo não é um mar de rosas, que do outro lado dessas muralhas a lei da vida fala mais alto, quem pode mais chora menos, é assim e sempre será, não dá para confiar em ninguém, o meu mundo me ensinou a ser assim. Hoje, aqui, lembro os conselhos da minha mãe, tantas lágrimas derramadas por mim que não dei valor para nenhuma gota, tantas noites acordada preocupada comigo, e eu só desgosto para ela... Sinto um arrependimento no peito que me destrói, peço perdão todas as visitas para ela, não é o suficiente para mostrar o quanto me arrependo do sofrimento que causei. Mas me compromisei em mudar de vida para ter de volta o sorriso nos lábios dela.

Lá fora, as pessoas julgam pelas aparências, pelo que fizemos, não pelo que somos, cada um de nós passa por sofrimentos na vida e muitas decepções. Olho as paredes deste dormitório, observo as tantas frases e nomes de adolescentes que já passaram por este lugar, alguns que não estão mais entre nós, tantas datas, bairros, cidades. Isso tudo é uma tortura, espero que um dia essa tempestade acabe e o sol possa brilhar novamente, não quero mais acordar com barulho dos cadeados e das portas batendo. Sei que sou mais um entre tantos, sou mais um pecador no mundo, não sei se Deus ouve minhas orações, mas não vou desistir, pois o meu nome está no livro da vida. Talvez esteja quase apagado, mas com certeza tem um propósito, não sei qual é o meu objetivo no mundo, não sei por que estou vivo ainda, mas acredito que tenha coisas boas guardadas para mim. É esse sentimento que me dá forças e esperanças para não desistir da vida. Talvez essa história seja mais uma entre tantas perdidas na biblioteca ou no armário velho esquecido.

Neste tempo aqui, privado da liberdade, fui esquecido pelos amigos e lembrado pelos inimigos, mas jamais, jamais esquecido por Deus.

ANEXO Y – TEXTO DO INTERNO BENTO

História de vida

Bento, 16 anos

Na vida, nunca tive muitas opções. Vendo meu avô, meus tios, dentro "dum" caixão, me revoltei, entre pra "vida bandida", virei malandro.

O tempo foi passando, a maldade, só foi aumentando, logo depois... inimigos fui criando.

Aos 16 anos parei na detenção, até a mina que dizia me amar me deixou... depois vim pra cá.

Agora na vida que eu levo, não posso brincar... tem um monte de "contra" querendo me apagar. Minha mãe vive no sofrimento, tendo seu filho como detento.

Aqui, fechado, não tem recuperação, só alimenta o ódio que tem no coração.

Fiz muitos espinhos, amigos também... uns querendo meu fim, outros querendo meu bem.

Aqui, a saudade é imensa, mas cada ato tem sua consequência.

Só quero sair daqui, jamais me vingar, Deus sabe o que faz.

Só quero me libertar.

Ter uma vida normal, conviver com a minha família e tal!

ANEXO Z – PERFIL DE INTERNOS DO CASE - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

6/25/2018

E-mail de Ucs.br - Acesso à informação - Resposta



Cristiane da Silva Barcelos <csbarcel@ucs.br>

Acesso à informação - Resposta

1 mensagem

pesquisa@fase.rs.gov.br <pesquisa@fase.rs.gov.br>
Para: csbarcel@ucs.br

10 de abril de 2018 15:04

Prezada(o) Cidadã(o):

Em resposta à sua solicitação, conforme detalhada abaixo, comunicamos o retorno a seguir:

DEMANDA

ASSUNTO: Acesso à informação - Resposta

19567

DESCRIÇÃO:

Transparência: Solicito um perfil da população de internos do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), de Caxias do Sul, com as seguintes informações: faixa etária, principais atos infracionais cometidos, cidade e bairro da moradia dos internos, escolaridade, renda familiar e reincidência. Justificativa: sou aluna do mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS), e estou realizando pesquisa a respeito da Mostra Literária da Rede Recria (Recrilar Textos), que conta com a participação de jovens internos do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) de Caxias do Sul. A pesquisa deve-se à grande relevância deste projeto educacional, alinhado com o perfil socioeducador do CASE. As informações que solicito devem servir para contexto em meus estudos. Entendo que tais dados devam estar disponíveis para divulgação pública, uma vez que não ferem a preservação da identidade dos internos, como bem preza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

DEMANDANTE

PESSOA: Cristiane da Silva Barcelos

TELEFONE: +5554999240714

E-MAIL: csbarcel@ucs.br

ENDEREÇO:

RESPOSTA

Prezada Senhora Cristiane da Silva Barcelos,

Relativo ao seu pedido de informação ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul informamos, conforme segue, o perfil da população do CASE Caxias do Sul internada em 1º/3/2018:

1) Faixa etária:

14 anos: 1 interno
 15 anos: 3
 16 anos: 7
 17 anos: 19
 18 anos: 17
 19 anos: 14
 20 anos: 4

2) Atos infracionais:

Roubo: 37 internos
 Homicídio: 16
 Tentativa de homicídio: 3
 Tentativa de latrocínio: 3
 Tráfico de drogas: 3
 Latrocínio: 2
 Sequestro e cárcere privado: 1

3) Cidade/Bairro:

Bento Gonçalves: 7 internos (bairro Eucaliptos: 4; Municipal: 1; Ouro Verde: 1; Vila Nova II: 1)
 Caçapava do Sul: 1 (bairro Vila Sul: 1)
 Canela: 3 (bairro Canelinha: 2; Santa Marta: 1)
 Caxias do Sul: 36 (bairro 1º de maio: 3; Belo Horizonte: 4; Beltrão de Queiroz: 1; Campos da Serra II: 1; Castelo: 1; Centenário II: 1; Desvio Rizzo: 1; Esplanada: 1; Forqueta: 1; Jardelino Ramos: 1; Jardim América: 1; Kayser: 1; Marechal Floriano: 3; Pioneiro: 2; Planalto: 2; Por do sol: 2; Rosário II: 1; Santa Catarina: 1; Santa Fé: 3; São Cristovão: 1; São Pedro: 1; Serrano: 1; Vila Ipê: 2)
 Farroupilha: 4 (bairro 1º de maio: 1; Industrial: 2; São José: 1)
 Nova Petrópolis: 4 (bairro Fazenda Pirajá: 2; Pinhal Alto: 1; não informado: 1)
 São Francisco de Paula: 2 (bairro Campo do Meio: 1; Rincão: 1)
 São Leopoldo: 1 (Feitoria: 1)
 Vacaria: 6 (bairro Imperial: 1; Kenedy: 2; Municipal: 1; Planalto: 1; Seminário: 1)
 Viamão: 1 (bairro Tarumã: 1)

4) Escolaridade:

https://mail.google.com/mail/u/1/?ui=2&ik=159d8a7491&jsver=etVnF1nQTao.pt_BR.&cbl=gmail_fe_180619.12_p2&view=pt&q=case&qs=true&se... 1/2

6/25/2018

E-mail de Ucs.br - Acesso à informação - Resposta

1º EF: 1 interno
2º EF: 1
4º EF: 1
5º EF: 6
6º EF: 16
7º EF: 17
8º EF: 9
9º EF: 3
1º EM: 9
3º EM: 1
Não informado: 1

6) Reincidência

Internos de 1º ingresso: 51,
Internos com mais de 1 ingresso na FASE: 14,

Quanto às informações sobre a **renda familiar** dos internos, estes deixarão de ser respondidos, com base no art. 8º-B, inciso III, do Decreto nº 49.111/2012, com alterações introduzidas pelo Decreto nº 52.505/2015, uma vez que não se tratam de dados sistematizados e que, para tal, exigiriam trabalhos adicionais de análise, interpretação e de consolidação. No entanto, caso tenha interesse em mensurar a renda familiar, é permitida pela FASE a realização de pesquisa acadêmica, desde que preenchidos os requisitos expostos na Resolução 004/2017 (disponível em: <http://www.fase.rs.gov.br/wp/resolucao-112007-normas-para-pesquisas-e-atividades-academicas-na-fase>)

Atenciosamente,
Serviço de Informação ao Cidadão/FASE

Algumas orientações importantes:

- Se a resposta for o indeferimento ao pedido de acesso a informação ou não apresentar as razões da negativa ao acesso, comunicamos que é possível solicitar o reexame da demanda dentro do prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento dessa mensagem eletrônica.
- O pedido de reexame da demanda deverá ser feito, pelo próprio cidadão, no formulário apresentado [aqui](#), devendo fundamentar de maneira clara e objetiva quais itens da resposta não atendem satisfatoriamente sua solicitação, incluindo o esclarecimento daquilo que poderia ser respondido pela Administração Pública Estadual e foi negado.
- Após o recebimento do pedido de reexame, a autoridade máxima do órgão terá um prazo de 10 (dez) dias para reexaminar e responder. A resposta será enviada também por meio deste e-mail.

Atenciosamente,
Casa Civil
Central de Informação

Esta mensagem, incluindo quaisquer anexos, é de acesso restrito e destina-se, exclusivamente, à pessoa ou entidade para a qual foi endereçada. Se você a recebeu indevidamente, por favor, elimine-a e informe o equívoco ao emissor imediatamente. O uso não autorizado do conteúdo da mensagem ou anexos é proibido e sujeito a penalidades cabíveis.